

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS-UFMG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E
PROPRIEDADE INTELECTUAL

NAYARA DE CASTRO DIAS

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO SOCIAL NA GOVERNANÇA PARTICIPATIVA:
Maior utilização de ferramentas da Tecnologia da Informação e Comunicação como apoio na participação social no Conselho Estadual de Promoção de Igualdade Racial de Minas Gerais.

Belo Horizonte- MG

2021

NAYARA DE CASTRO DIAS

**TECNOLOGIA E INOVAÇÃO SOCIAL NA
GOVERNANÇA PARTICIPATIVA:**

Maior utilização de ferramentas da Tecnologia da Informação e Comunicação como apoio na participação social no Conselho Estadual de Promoção de Igualdade Racial de Minas Gerais.

Trabalho de Conclusão do Curso do Mestrado Profissional em Inovação Tecnológica e Propriedade Intelectual da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Inovação Tecnológica e Propriedade Intelectual.

Área de concentração: Gestão da Inovação e Empreendedorismo.

Orientador: Francisco Vidal Barbosa.

Co orientação: Yone Maria Gonzaga

Belo Horizonte- MG

2021

043 Dias, Nayara de Castro.

Tecnologia e inovação social na governança participativa: maior utilização de ferramentas da Tecnologia da Informação e Comunicação como apoio na participação social no Conselho Estadual de Promoção de Igualdade Racial de Minas Gerais [manuscrito] / Nayara de Castro Dias. – 2021.

146 f.: il. ; 29,5 cm.

Orientador: Francisco Vidal Barbosa. Co orientação: Yone Maria Gonzaga.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Ciências Biológicas. Programa de Pós- Graduação em Inovação Tecnológica e Propriedade Intelectual.

1. Inovação tecnológica. 2. Tecnologia da informação e da comunicação. 3. Gestão Pública. 4. Participação social. I. Barbosa, Francisco Vidal. II. Gonzaga, Yone Maria. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Instituto de Ciências Biológicas. IV. Título.

CDU: 608.5



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E PROPRIEDADE INTELECTUAL

ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO Nº 134 DE NAYARA DE CASTRO DIAS

Às 14:00 horas do dia 30 de agosto de 2021, em ambiente virtual, realizou-se a sessão pública para a defesa da Dissertação de Nayara de Castro Dias. A presidência da sessão coube ao PROF. DR. FRANCISCO VIDAL BARBOSA, FACE/UFMG – ORIENTADOR. Inicialmente o Presidente fez a apresentação da Comissão Examinadora assim constituída: PROFA. DRA. YONE MARIA GONZAGA, FAE/UFMG – COORIENTADORA; PROF. DR. IVAN BECK CKAGNAZAROFF, FACE/UFMG; PROFA. DRA. VITÓRIA RÉGIA IZAÚ, FAE /UFMG; PROF. DR. NALDEIR DOS SANTOS VIEIRA, DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO /UFVJM - SUPLENTE; E PROF. DR. FRANCISCO VIDAL BARBOSA, FACE/UFMG – ORIENTADOR. EM Seguida, a candidata fez a apresentação do trabalho que constitui sua Dissertação de Mestrado, intitulada “TECNOLOGIA E INOVAÇÃO SOCIAL NA GOVERNANÇA PARTICIPATIVA: MAIOR UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO COMO APOIO NA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DE IGUALDADE RACIAL DE MINAS GERAIS”. Seguiu-se a arguição pelos examinadores e, logo após, a Comissão reuniu-se, sem a presença da candidata e do público e decidiu considerar aprovada a Dissertação de Mestrado. O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pelo Presidente da comissão. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a sessão e lavrou a presente ata que, depois de lida, se aprovada, será assinada pela Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 30 de agosto de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Ivan Beck Ckagnazaroff, Professor do Magistério Superior**, em 30/08/2021, às 17:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vitória Régia Izaú, Usuário Externo**, em 30/08/2021, às 21:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Yone Maria Gonzaga, Usuário Externo**, em 31/08/2021, às 12:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Vidal Barbosa, Professor do Magistério Superior**, em 04/09/2021, às 10:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0933625** e o código CRC **EBCA153B**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que de algum modo contribuíram para a concretização deste curso e pesquisa. Especialmente, agradeço ao Dr. Francisco Vidal e Dra. Yone Gonzaga pela atenciosa, sábia e acolhedora orientação; ao amigo Dr. Paulo Tiego pelas sugestões, ao Dr. Allan Claudius por me apresentar à Inovação Social; à Dra. Renata Borges por responder meus e-mails, ou ligações com dúvidas de metodologia; às professoras Rayane e Mônica por contribuírem com a minha atual corrida para o aprendizado em línguas. Agradeço à Kelly, servidora da secretária deste curso, por todas as informações repassadas; ao professor Cheng pelos conselhos/advertências e aos demais profissionais e professores da UFMG. Sou grata, também, aos membros do Movimento Negro e do Conselho Estadual de Promoção de Igualdade Racial de Minas Gerais (CONEPIR) pela parceria; à sociedade e ao Estado que apoiam a capacitação de seus servidores; aos amigos de caminhada no mestrado e na Administração Pública (Gláucia, Hércules, Jonathan, Marcela, Erika, Camila) pelos momentos para socialização de alegrias, suporte e preocupações. Agradeço, ainda, aos meus pais por apostarem na educação e na ciência, mesmo que para isso haja grandes sacrifícios; aos meus irmãos, sobrinhos, tios, prima e cunhados pela torcida; ao meu esposo pela compreensão nos momentos de ausência e ansiedade; à minha madrinha e professora Lilia que, desde minha tenra infância, foi quem me proporcionou informações e brinquedos que promovessem a criatividade e o lúdico. E ao meu cachorro pela companhia nos momentos de leitura e escrita. Com o suporte de todos, fui a primeira mulher, negra e cotista a obter o título de Mestre em Inovação Tecnológica e Propriedade Intelectual deste programa.

RESUMO

Este estudo de caso qualitativo objetivou analisar a maior utilização de ferramentas da Tecnologia de Comunicação e Informação (TIC) em um conselho de participação social, o Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial de Minas Gerais (CONEPIR). Verificou-se como as alterações gestionárias com a maior utilização dessas ferramentas de TIC na governança participativa resultaram em modificações na participação e em inovações sociais. Foram abordados, ainda, os gargalos nessa dinâmica tendo em vista paradigmas existentes sobre a maior utilização das ferramentas tecnológicas e para participação social do público considerado, e paradigmas sobre a inovação em ambientes do primeiro setor. Para este último item é dado enfoque para a inovação social nesse cenário estudado. A coleta de dados foi realizada, no período compreendido entre os anos de 2019 a 2021, por meio de estudos a documentos institucionais (atas) e realização de entrevistas semiestruturadas com 07 membros do colegiado (conselheiros civis e governamentais, e secretaria executiva). E para análise dos dados das entrevistas, utilizou-se da metodologia da Análise do Discurso (AD) buscando a compreensão e abordagem das informações na fala e no contexto dos entrevistados. Constatou-se que a performance do colegiado com maior utilização de ferramentas de TICs foi impactada pela inovação social no processo de participação social diante da ação dos atores envolvidos, numa ação em rede inovadora e engajada para superar obstáculos de uma gestão administrativa displicente. Logo a maior utilização das TICs também foi impactada pela capacidade estatal. Ou seja, mesmo que haja abertura e esforços do público deste colegiado para a maior utilização dessas ferramentas de Tecnologia de Informação e Comunicação, bem como abertura para a inovação social, verificou-se que elementos gestionários basilares no processo da governança participativa neste conselho ainda são pontos de atenção que devem ser evoluídos pela Gestão Pública. Concluiu-se que a inovação social nos processos de participação no CONEPIR foi uma resposta dos atores membros do colegiado frente à necessidade de utilização das ferramentas de TICs determinada *top down* para o colegiado na continuidade das atividades, mas motivada pela redução de custos informada. Os resultados apontaram que não foi um processo assistido e monitorado diante das necessidades de inclusão digital e social latentes na governança participativa deste conselho. O envolvimento e a participação social, principalmente da

sociedade civil e parceiros, numa ação em rede inovadora e engajada, foram elementos cruciais para tentar suprir as ausências e carências observadas.

Palavras chaves: Tecnologia de Comunicação e Informação, Inovação social, Gestão Pública.

ABSTRACT

This qualitative case study aimed to analyze the greater use of Communication and Information Technology (ICT) tools, from 2019 to 2021, in a social participation council, hereby referred to as Minas Gerais State Council for Racial Equality Promotion (CONEPIR). Furthermore, on how managerial changes with the greater use of these ICT tools in participatory governance result in changes in participation and social innovations. This study also addresses the bottlenecks of this dynamic, taking into account the paradigms both in the convergence of the use of technological tools and social participation of the public considered, as well as the innovation in first-sector environments. For this last item is given focus on social innovation in this scenario studied. Data collection was done through study of institutional documents, minutes and semi-structured interviews with seven (07) CONEPIR's members. For this last approach, a focus on social innovation in the studied scenario is provided. As result, it is found that the performance of the collegiate with the use of ICT tools is impacted by social innovation, and also by the state capacity.

That is, even if there is openness and efforts by the public of this collegiate to make greater use of these Information and Communication Technology tools, as well as openness to social innovation, it appears that better management in some elements that are fundamental in the process of participatory governance in this council are still points that must be developed by Public Management. And it is concluded that the social innovation in the processes of participation in CONEPIR was a response of the members of the collegiate facing the need to use ICT tools determined top down for the collegiate in the continuity of activities, but It was motivated by cost reduction announced. Furthermore, it was not a run and monitored process in view of the latent needs of digital and social inclusion in the participatory governance of this council. The public really involved with social participation, mainly civil society and partners, was the crucial one, in an innovative and engaged network action, to try to make up for the verified absences and needs.

Keywords: Innovation, Social Innovation, Public Management.

LISTA DE SIGLAS

ALMG -Assembleia Legislativa de Minas Gerais

CAPES-Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

CCN-Comunidade Negra de Minas Gerais

CEDCA-Conselho Estadual da Criança

CEI - Conselho Estadual do Idoso

CEJUVE-Conselho Estadual do Adolescente

CEM-Conselho Estadual da Mulher

CERN -*Conseil Européen pour la Recherche Nucléaire*

CES- Conselho Estadual de Saúde

CEPCT-MG-Comissão Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais

CGI -Comitê Gestor da Internet no Brasil

COEPIR -Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial

CONEDH -Conselho Estadual dos Direitos Humanos

CONEPIR-Conselho Estadual de Promoção de Igualdade Racial

CONPED- Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência

CGE- Controladoria Geral do Estado de Minas Gerais

COVID-19-*Corona Virus Disease*

LDO -Lei das Diretrizes Orçamentárias

LOAS -Lei Orgânica da assistência social

LOS -Lei Orgânica da Saúde

PET-Planos de Ensino Tutorado

Pir -Promoção da Igualdade Racial

POP -Procedimento Operacional Padrão

PPAG -Plano Plurianual de Ação Governamental

PPAG -Plano Plurianual de Ação Governamental

PROCAN -Programa de Seleção Socioeconômica da Universidade do Estado de Minas Gerais

PROCAN/UEMG- Programa de Seleção Socioeconômica da Universidade do Estado de Minas Gerais

PRODEMGE-Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais.

SCDPMG -Sistema de Concessão de Diárias e Passagens de Minas Gerais

SEDESE-MG -Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais

SEDE-Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais

SEE/MG-Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais

SEI!MG- Sistema Eletrônico de Informações

SEPLAG/MG -Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais

TIC -Tecnologia de Informação e Comunicação

TRF4-Tribunal Regional Federal da 4ª Região

UEMG-Universidade do Estado de Minas Gerais

WHO -*World Health Organization*

LISTA DE TABELA

Tabela 1- Modelos-padrão versus Modelos sociotécnicos de TIC.....	39
Tabela 2- Classificação do conteúdo das reuniões plenárias do CONEPIR, Minas Gerais, 2019-2021.....	84

LISTA DE QUADRO

Quadro 1-Algumas definições de Inovação.....	54
Quadro 2-Metodologia e estratégia utilizada.....	66
Quadro 3- Categorias de análise por temática	68
Quadro 4-Autores recorrentes por seção.	69
Quadro 5-Perfil dos entrevistados(as)	76

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Quadro: Campo de Inovações na relação Estado-sociedade baseada na TIC.....	43
Figura 2- Quadro 04 :Conceitos de Inovação Social.....	56
Figura 3-Síntese das vertentes teóricas dominantes no campo da Inovação Social.....	58
Figura 4-Níveis de análise da Inovação Social.....	61
Figura 5-Características de Inovação tecnológica e social.....	62
Figura 6-Etapas da análise das entrevistas.....	72
Figura 7-Resposta do questionário do CONEPIR: formato de participação.....	87
Figura 8-Computador doado por terceiros à entidade civil com cadeira no CONEPIR pelo segmento povos ciganos.....	89
Figura 9- Ação 4158 do PPAG: Promoção da Inovação e Modernização da Gestão Pública .	92
Figura 10- Print Canal de disponibilização da live do CONEPIR com proposta pedagógica e divulgação de dados de pesquisa com o recorte racial.....	96
Figura 11- Relatório de Acessos ao site dos conselhos: personalizado para o CONEPIR.....	97
Figura 12- Suporte oferecido pela SEDES-SEDPAC anterior a 2020.....	100
Figura 13- Suporte oferecido pela SEDESE-SEDPAC em 2020.....	101
Figura 14- Sistema Eletrônico de Informações.....	117
Figura 15: Reunião de membros do CONEPIR em acampamento cigano de MG.....	144
Figura 16 :Presidente do CONEPIR em Audiência Pública na ALMG, 2019.....	144
Figura 17 - Reunião Plenária Modalidade Mista de setembro de 2019.....	145
Figura 18: Reunião plenária virtual de 26 de agosto de 2020.....	145
Figura 19 -Equipe CONEPIR, 2019.....	146

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 Contextualização.....	18
1.2 Problematização.....	20
1.3 Objetivos Geral e Específicos.....	21
1.3.1-Objetivo geral.....	21
1.3.2-Objetivos específicos	22
1.4 Relevância.....	22
1.5 Estrutura do Trabalho	24
2. REFERENCIAL TEÓRICO	26
2.1-Governança Participativa.....	26
2.3 A Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) na Governança Participativa	34
2.3.1 Educação tecnológica e sociedade.	46
2.4- Inovação Social na Governança Participativa	51
3. METODOLOGIA.....	65
3.1- Metodologia 1ª Parte.	66
3.1.1- Procedimento metodológico	66
3.1.2- Caracterização e abordagem	67
3.1.3- Coleta de dados	70
3.2 Metodologia: 2ª Parte: Execução	74
4 ANÁLISE DO SETOR.....	78
4.1 CONEPIR e a Participação Social	78
4.1.2 Dados das atas e encaminhamentos	83
4.1.3 Análise dos fluxos de atividades	84

4.1.4 Análise das entrevistas	85
4.2 Ferramentas de Tecnologia da Informação e Comunicação no CONEPIR.....	113
4.3- Inovação Social e o CONEPIR.....	118
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	125
REFERÊNCIAS	130
APÊNDICE A-PERGUNTAS DA ENTREVISTA À CONSELHEIROS(AS) CIVIS E GOVERNAMENTAIS.....	141
APÊNDICE B- PERGUNTAS PARA ENTREVISTADO(A) DA SECRETARIA EXECUTIVA	142
ANEXO.....	144

1 INTRODUÇÃO

As distintas maneiras de interação entre os seres humanos na sociedade requerem desenvolvimento de dinâmicas, normas e ferramentas cujas utilizações perpassam desde acesso aos Direitos da primeira geração -relacionados aos direitos individuais- à até mesmo aos Direitos da terceira geração -aqueles relacionados aos direitos coletivos, difusos, e pujança tecnológica¹-. Diante disso, observa-se, cada vez mais, o uso da Tecnologia de Comunicação e Informação (TIC) que proporciona alterações no fluxo de conteúdos na sociedade e nas organizações, alterações no tempo para a realização disso, acessos, espaços, comportamentos, e práticas gestonárias inclusive na Administração Pública. Assim, a escalabilidade das informações e comunicação ultrapassa fronteiras geográficas, e o cerne é o conteúdo transmitido que reverte em poder, seja econômico, informacional, político; e interações coletivas para o bem-estar social.

A presença da sociedade civil organizada junto aos agentes governamentais em espaços de governança participativa tem importância singular na gestão pública possibilitando mais assertividade, responsividade, *accountability*², e fortalecimento da configuração do Tripé Participativo, que é composto pela vontade política governamental, o grau organizacional com a participação da sociedade civil, e o desenho institucional. Isso, no caso brasileiro, principalmente, após a Promulgação da Constituição Cidadã de 1988 e o crescimento da participação social. Além disso, observa-se em artigos e produções basilares para a realização deste trabalho que as pressões e interações dos diversos segmentos sociais resultaram em ganhos coletivos nas últimas décadas não somente no âmbito da participação social, mas, também, da inovação. Pois com as novas configurações das dinâmicas da informação e comunicação na sociedade, a inovação tem sua aplicação cada vez mais

¹ Há divergência doutrinária quanto as gerações, porém é consenso a classificação de primeira à terceira. E nas subdivisões da terceira geração em quarta e quinta gerações, também há divergências, Bonavides (2008, p. 530).

² *Accountability*: refere-se a um valor e a uma série de mecanismos que devem guiar tanto a ação do governo relacionada à responsabilidade de suas ações perante a sociedade, quanto o equilíbrio de poder dos governantes em termos de freios e contrapesos (REPETTO, 2003, p. 16 apud CARNEIRO, 2018, p. 48). Há ainda autores como Smulovitz e Peruzzotti (2000, p.148) que abordam a *accountability* vertical – presente nos processos eleitorais-.

salientada, seja em alterações de estruturas gestonárias e performativas, seja nas tecnologias digitais e informacional, ou na Inovação Social³ abarcando as necessidades de público e povos nas franjas sociais e econômicas. Público e povos que conquistaram avanços também na representação, participação e visibilidade na arena política e pública. Assim, mudanças e inovações nos processos e estruturas são realizadas considerando o público, o cenário, o mercado, e o contexto envolvidos.

1.1 Contextualização

Na contemporaneidade, verificamos cada vez mais a pujança da inovação e como ela se faz presente nas relações entre agentes que interagem em determinados espaços da economia, do governo e das universidades. Com isso em mente, essa relação reforça o conceito da Tríplice Hélice desenvolvido por autores clássicos da inovação, como Etzkowitz (1997), que aborda a importância desses três setores (universidade, empresas e governo). Então, o contexto contemporâneo é marcado por iniciativas de colaboração/parcerias entre agentes de diferentes setores. E tais iniciativas por colaboração ocorre em momentos em que se verifica a busca por um desenvolvimento sinérgico das nações.

Apesar de não descartar a evolução deste conceito e a importância das variações existentes da inovação (gerencial, tecnológica, social) na construção e desenvolvimento da sociedade face às demandas do mercado, modelo econômico vigente e demandas sociais; este trabalho terá como foco os pontos de destaque (positivos e negativos) nos processos na maior utilização da Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) na governança participativa.

Requer, logo no início deste trabalho, pontuar que ajustes e mudanças em muitas organizações foram necessários face aos desdobramentos do contexto pandêmico vivenciado a partir de 2020. Uma vez que a *World Health Organization* (WHO) classificou a *Corona Virus Disease* (COVID-19), ou Doença do Coronavírus, como uma pandemia, em 11 de março de 2020 que ainda perdura até o momento da elaboração deste estudo.

³ Conceitos sobre Inovação Social estarão explicitados na seção de metodologia.

A pandemia de saúde causada pela COVID-19 tem afetado profundamente o *modus operandi* de todos e todas. Seja na forma como é executado o trabalho contemporâneo, seja nos hábitos da sociedade, é evidente o risco que tal situação causa e seu efeito tem levado ao esforço global de pesquisadores e cientistas em busca de alternativas viáveis para a preservação da vida (BARBOSA, 2020, p. 71).

É de conhecimento vasto e público que práticas de isolamento social foram recomendadas por agentes e especialistas em saúde pública, bem como por sérias autoridades e lideranças políticas mundiais. Isso justifica-se como profilaxia para tentar conter a propagação do vírus entre as pessoas, enquanto aguardamos que pesquisas, vacinas e fármacos sejam produzidos e distribuídos amplamente. Até o momento da elaboração deste trabalho, as medidas de isolamento social, para aqueles que havia possibilidade de fazê-lo, continuavam como prática conforme decretos publicados. Deste modo, foi obrigatório alterar algumas metodologias de pesquisa a campo, entrevista e coleta de informações deste estudo. Nesta situação pandêmica e profilaxias recomendadas, resta o mesmo anseio do trecho publicado, postumamente, sobre o isolamento de uma família durante uma guerra civil: “quando é que poderemos ir lá para fora e respirar o ar e a liberdade?!” (FRANK, 1943, p. 115).

Diante desta situação peculiar instalada e os números alarmantes de contágio devido à propagação do Covid-19 e outros posteriormente pontuados (redução de custos), também foi necessário repensar diretrizes, práticas e atividades no âmbito da gestão do CONEPIR, visando a continuidade do funcionamento e da participação social em Minas Gerais nesta temática. Inclusive, observou-se que houve alterações do tipo e volume das demandas abordadas durante as plenárias, ou enviadas pelo e-mail institucional ao secretariado executivo em decorrência dos impactos da pandemia da Covid-19 no público foco dos trabalhos desenvolvidos pelo conselho. Logo, é impossível desassociar como a pandemia da COVID-19 foi fator catalisador de alterações gestionárias e acentuou a utilização de Tecnologias da Informação e Comunicação neste órgão; e paralelamente entre a sociedade civil organizada envolvida com a pauta e o colegiado.

Pontua-se que, conforme disposto no Regimento Interno do CONEPIR, precisamente no art. 42, §5º, inc. XI, disponível no site do conselho⁴, a avaliação e adesão de novas práticas de projetos de modernização e revisão de rotinas norteiam as diretrizes do colegiado. Portanto realizar trabalhos direcionados a um público-alvo que deita raízes em práticas e costumes tradicionais significa saber alinhar a gestão e as atividades do conselho com os benefícios que a modernidade, inovações e tecnologias possam proporcionar para esse público ou parceiros envolvidos com o trabalho do colegiado. Deste modo, observa que a gestão, continuidade e alterações no CONEPIR é um exercício de comunhão de práticas e conhecimentos de diferentes momentos, pessoas e espaços em prol do benefício coletivo. E, assim, a inovação é principalmente sobre ir 'de volta para o futuro' em um processo de encontrar utilidade futura de esforços passados (GARUD; KUMARASWAMY & KARNOE, 2010).

1.2 Problematização

Emergiu uma nova era da informação e rede sociotécnicas nas quais as ferramentas da Tecnologia da Informação e Comunicação são imperativas⁵, e uma gestão com atenção a questões sociais, ambientais, e humanos tem sido verificada. Ademais, a utilização de determinadas estruturas gestonárias não comportam reter informações e adoção de modelos rígidos que não estejam abertos ao novo, ou processos de melhorias.

Quando há o recorte da promoção da igualdade racial dentro da Inovação Social e tecnológica no ambiente de governo pode-se dizer que ainda há necessidade de mais estudos a serem realizados e disponibilizados, conforme pesquisa realizada no portal Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em novembro de 2019 a maio de 2021. Utilizou-se para a busca os seguintes termos alterando as palavras “inovação governança participativa” recebendo 260 resultados de itens na pesquisa, “inovação social

⁴ O Regimento Interno, estrutura, calendários de plenárias e demais informações sobre o CONEPIR estão disponíveis no sítio eletrônico criado para o conselho <http://conselhos.social.mg.gov.br/conepir/>

tecnológica conselhos” obtendo 262 resultados, “inovação promoção racial conselhos” com 47 resultados.

Com isso em mente, e corroborando Andion (2017, p. 377) que pontua o fato de que poucos autores abordam a Inovação Social sob a ótica das “experiências de participação da sociedade civil na esfera pública”, realizou-se este estudo de caso. Acrescenta-se, ainda, a compreensão da experiência de participação num conselho cuja pauta é a promoção de direitos; especificamente a promoção da igualdade racial- temática do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial Minas Gerais (CONEPIR). E isso haja vista uma maior utilização das ferramentas de Tecnologia de Informação e Comunicação neste colegiado. Assim, este trabalho é um estudo de caso que busca responder ao seguinte problema de pesquisa: quais alterações na gestão do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial de Minas Gerais são verificadas com a maior utilização das ferramentas da Tecnologia de Informação e Comunicação? Estas alterações gerenciais com maior utilização das ferramentas da Tecnologia de Informação e Comunicação na governança participativa resultam em alterações positivas para a participação neste colegiado e em inovações sociais para além de um processo *top-down*?

1.3 Objetivos Geral e Específicos

A utilização cada vez maior de ferramentas da Tecnologia de Informação e Comunicação tem alterado as relações de trabalho, econômicas, sociais e até mesmo afetivas. Assim, tendo em mente este contexto tecnológico e social, aqui, discutirá como a maior utilização dessas ferramentas de TIC influenciam o ambiente estudado e o público que deita raízes em povos de comunidades tradicionais que muitas das vezes estão em contextos de exclusões (sociais, tecnológicos).

1.3.1-Objetivo geral

Como objetivo geral será avaliada a maior utilização, (ou fatores influenciam na maior utilização) das ferramentas da Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito do

CONEPIR, ensejando alterações na participação dos membros do colegiado nas plenárias e reuniões virtuais tendo em vista os mecanismos e ações tradicionais - presenciais- de participação nas plenárias e reuniões.

1.3.2-Objetivos específicos

Nos objetivos específicos busca-se:

a) discutir como a maior utilização das ferramentas da Tecnologia de Informação e Comunicação alterou a participação, especificamente nas reuniões plenárias do CONEPIR no período de 2019⁶ a 2021.

b) verificar o trabalho do CONEPIR em termo de capilaridade e alcance ao intensificar a utilização das ferramentas da Tecnologia de Informação e Comunicação atualmente;

c) verificar se a maior adoção das ferramentas da TIC promoveu Inovação Social considerando os processos para a participação neste conselho e os itens elencados na literatura que configuram os processos e elementos da Inovação Social.

1.4 Relevância

⁶ Considerou-se como marco o ano de 2019, precisamente 23 de agosto de 2019. Isso devido ao Memorando-Circular nº 2/2019/SEDESE/SUBDH expedido nessa data informando sobre a indisponibilidade orçamentária e financeira. E a imposição (palavra usada pelo gestor da pasta) de se construir conjuntamente, mas segundo ele de forma propositiva, modalidades não presenciais e, que à época seriam temporárias, para a participação de membros dos colegiados sob gestão do emitente do documento. Membros esses os quais residiam no interior do estado mineiro e que para a participação nos colegiados necessitassem de recursos de diárias e passagens. No documento ressaltou-se que essa era uma proposição em caráter experimental, e que haveria avaliações quanto à integralidade enquanto instrumento tecnológico para a consecução das reuniões. O gestor expõe o interesse de canalizar esforços para aprimorar o uso de recursos tecnológicos, técnicas de gerenciamento da informação e da gestão de documentos que possibilitem uma maior transparência e eficácia das políticas públicas de Direitos Humanos. Isso inclusive no âmbito dos conselhos- o que abarca o CONEPIR na estrutura organizacional da subsecretaria que originou o documento.

Como relevância, pretende-se proporcionar registros e informações com maior rigor científico e com perspectiva teórica em espaços que “a voz de grupos sub-representados não foi ouvida em pesquisas anteriores” BORGES *et al.* (2020, p. 42). Logo oferece subsídios para que discussões gestionárias envolvendo o público do CONEPIR tenham maior razoabilidade, informações mais sólidas e robustas. Principalmente, para refutar ideias pré-concebidas e pouco desenvolvidas sobre estes grupos sub-representados com algum(s) marcador(es) social(is)⁷ de diferença na utilização de ferramentas de TICs, e, também, sobre inovação no primeiro setor. Ideias essas que não se propõem uma construção de valores positivos. E essas ideias preconcebidas são capazes de “restituir nossa capacidade de espanto e indignação” GOMES (2017, p.120).

Justificaram e ensejaram a temática deste trabalho as visitas realizadas como parte de demandas profissionais (e não acadêmicas) da pesquisadora, em 2018, ao Instituto Histórico Israelita Mineiro e à comunidade quilombola urbana *Manzo Ngunzo Kaiango* que possuem assentos como entidade civil na governança participativa do CONEPIR. E são representados, cada um, por dois conselheiros (01 titular e 01 suplente). Durante as visitas, principalmente no quilombo urbano que ocorreu devido à programação dessa comunidade para apresentar os trabalhos e o ambiente à pesquisadores de várias partes do mundo (Canadá, EUA, Brasil, Austrália, França) que estavam presentes, foi possível refletir como que a tecnologia permitiu a convergência, trocas e comunicação dessas pessoas. E elas estudavam as práticas de economia solidária, relações socioculturais, e a rede de apoio, recursos e conhecimento envolvidos provenientes de diversas regiões do mundo nas atividades. Apesar dessas visitas e os fatores observados promoverem reflexões que norteiam este estudo de caso, não se pretende reduzir questões complexas e históricas envolvidas nestes ambientes e povos (tanto para o povo judeu quanto quilombolas).

Ainda aqui, destaca-se a importância da disciplina “Gestão de pessoas: inovação e competências” deste curso do Mestrado Profissional em Inovação Tecnológica e Propriedade Intelectual da UFMG. Nessa disciplina foi possível compreender, refletir e conceituar as

⁷ Termo muito utilizado pela Lilia Schwarcz que é professora titular no Departamento de Antropologia da USP. E ela é autora no livro “Sobre o autoritarismo brasileiro” dentre outras produções com a professora Heloisa Starling que é cientista política e professora titular da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

observações e elementos que ensejaram esta pesquisa. Isso após a leitura e discussão de artigos e autores das referências bibliográficas recomendadas pelo docente do curso. Inclusive, na leitura dos materiais cuja temática envolva Inovação Social, como verifica-se em Mulgan (2010), Parente (2014), Lopes *et al.* (2015), Vieira *et al.* (2019), Barbosa e Parente (2019) os quais foram muito citados no referencial teórico deste trabalho.

Ademais, o fato da pesquisadora ser uma profissional do serviço público mineiro fortalece o conteúdo e motivação para essa pesquisa; uma vez que propor conteúdo, projetos e práticas de inovação e modernização do serviço público faz parte de diretrizes e programas. E proporcionam retornos positivos à sociedade, tais como proposições de melhorias em processos, fluxos, ferramentais e atividades. Isso com o cuidado necessário para uma visão pragmática- e não idealizada- da realidade, pois nem toda modernização e inovação pode trazer benefícios para todos. E, essa condição profissional possibilitou proximidade da pesquisadora com o ambiente pesquisado. Então, neste estudo de caso, observou-se a convergência de elementos da academia, da sociedade e do governo.

1.5 Estrutura do Trabalho

Este trabalho será dividido em seções para melhor apresentação do conteúdo pesquisado. Logo no primeiro capítulo abordará possíveis práticas e processos da utilização de Tecnologia de Informação e Comunicação, principalmente voltados para a governança participativa, e e-democracia. Também fará uma breve abordagem sobre o CONEPIR. Aqui, será possível buscar na literatura informações teóricas basilares que nortearão este trabalho além de considerar lacunas de pesquisas anteriores.

E, na subseção abordará a educação e inclusão digital compreendendo a importância deste conhecimento em prol da participação social para alguns grupos de pessoas. Principalmente, grupos excluídos socialmente e ou com convergência com o público-alvo do CONEPIR, e o que compõe a política de inclusão e educação tecnológica.

Na seção seguinte aborda a Inovação Social considerando suas definições, e busca-se, uma pesquisa para melhor compreensão da existência de Inovação Social na governança

participativa envolvendo a utilização da Tecnologia de Informação e Comunicação nos processos gestionários.

Na terceira seção, metodológica, apresentará a estratégia de pesquisa utilizada para conduzir a elaboração deste trabalho, que perpassa desde a caracterização, objetivos da abordagem, procedimentos de coleta e análise dos dados.

Na quarta seção, análise do setor, debruça-se sobre os dados coletados no ambiente selecionado para este estudo de caso. E, assim, correlacionando esses dados coletados com a literatura pesquisada nas temáticas, problematização e objetivos deste trabalho. E nas considerações finais sobre este estudo de caso discutirá a correlação das ações do CONEPIR vis a vis a maior utilização de Tecnologia de Informação e Comunicação e alterações gestionárias na governança participativa correlacionando-as à Inovação Social.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção contém a revisão bibliográfica sobre a utilização de ferramentas da Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) e sobre a governança participativa com foco na participação social nos conselhos de políticas públicas. Isso correlacionando com tópicos de legislações do conselho de direito selecionado para este estudo de caso. Além disso, fará uma revisão sobre a Inovação Social, e busca-se focar nos processos gestionários no âmbito da governança participativa.

2.1-Governança Participativa

Uma saída para os impasses dos movimentos sociais está em modalidades de governança da participação social voltadas explicitamente à aprendizagem e à inovação (ABRAMOVAY, 2010, p. 268)⁸.

No estudo da Administração percebe-se grande ênfase na administração científica em que os elementos estruturais; estatísticos; divisão de trabalho, responsabilidades; e competências de uma organização são objeto de análise. Porém foi constatado que essa abordagem mais mecanicista da administração já não satisfazia as necessidades e não proporcionava os resultados desejados pelas organizações. Paralelo a este fato, no último século, ocorreram mudanças relativas ao trabalho e a estrutura organizacional de muitas dessas organizações. Além disso, demandas emergentes da sociedade se tornaram pautas, não apenas de visibilidade política, mas também numa perspectiva, para alguns, de promoção de equidade e desenvolvimento. Enquanto novos objetivos e metodologias são propostos, os antigos são questionados e alterados.

⁸ ABRAMOVAY, R.; MAGALHAES, R.; SCHRODER, M. **Representatividade e inovação na governança dos processos participativos: o caso das organizações Brasileiras de agricultores familiares.** Sociologias, Porto Alegre, v. 12, n. 24, p. 268-306, 2010

Assim, conforme Berndt e Coimbra (1995)⁹ é perceptível que houve um rompimento com os modelos que apresentam estruturas de trabalho centralizadoras, burocráticas, verticalizadas por aqueles controlados por um modelo que consideram uma organização saudável, com maior união interna ao redor do mesmo objetivo. Valoriza-se, também, um relacionamento amigável com o ambiente externo direto (fornecedores/clientes) e indireto (questão ecológica, social), e visão sistêmica/global.

Nesta perspectiva e considerando um histórico um pouco mais recente, Bram Klievink *et al.* (2014) apresentam que “as interações realizadas entre organizações públicas e privadas perpassam por complexos arranjos que podem resultar em benefícios nas diversas áreas, tais como social, econômica, distribuição de riscos, custos, responsabilidades e *accountability*”. E essa *accountability* é ressaltada exatamente pelo aumento da interação entre o setor estatal e o privado. Neste viés, os autores abordam em seus estudos como que esta relação pode, ainda, produzir redesenhos de processos de trabalho, contribuir para o desenvolvimento urbano, mudanças de práticas na sociedade e na interação com ela. E isso proporcionando alterações gestionárias, na relação Estado-sociedade e evidenciando processos democráticos.

Ou seja, maior participação da sociedade nas deliberações sobre problemas coletivos e o exercício do controle da sociedade sobre o governo como possibilidades de contribuir para aumentar a capacidade de resposta dos governos e o melhorar o fluxo de informações dos cidadãos em direção ao governo (PINTO *et al.*, 2019, p. 629).

Aqui, encontram-se ações para promoção da governança que são tidas como “mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade” (Tribunal de Contas da União, 2013, p. 26). Ou ainda “associada à capacidade que um determinado governo tem para formular e implementar as suas políticas em articulação com diferentes e múltiplos atores para atender as demandas coletivas, estando associada a questões financeiras, gerenciais e técnicas” (MARTINS *et al.*, 2012, p.226).

⁹ BERNDT, A.; COIMBRA, R. As organizações como sistemas saudáveis. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 4, p. 33-41, 1995.

Para modelos de governança participativa:

...espera-se que a autoridade do governo seja movida pelo interesse público, assim, demanda do fortalecimento da cidadania. O que se espera com a democratização dos espaços de poder é a melhoria decisória, por meio da incorporação ao processo político do conhecimento local, ou seja, conhecimento/experiência de atores locais, suas demandas e conflitos (PINTO *et al.*, 2019, p.629).

Importa, ainda, compreender que governança e participação não são sinônimas. Compreende-se que “a governança surge com diferentes visões, mas em seu centro se encontra o processo público, contemplando o permanente exercício da cidadania para democratizar a administração pública” (PINTO *et al.* 2019, p. 630). E ao se analisar a governança, em Faur-Levi (2012)¹⁰ há quatro seções: estrutura, processo, mecanismo e estratégia.

Dito isso, para este estudo de caso considerará a governança de um conselho de direito do poder executivo de Minas e o público-alvo regimentalmente listado (ciganos, indígenas, quilombolas, judeus, negros). Uma vez que:

a política é um campo de disputa de interesses, mas é muito mais que isso. É também, quando funciona de maneira adequada no regime democrático, um espaço de convivência e de formação de consensos que reduzem o nível de conflito e permitem o desenvolvimento de políticas públicas que atendam ao bem comum (SCHWARTZMAN, 2021, p.16).

Então, recorrendo a Castells (2017) compreende-se a importância dos movimentos sociais na participação social dos conselhos. Uma vez que, observando uma cronologia, promovem a emergência de novos valores e objetivos que causam alterações nas instituições. E resultando em novas configurações na vida social. Logo, aqui, também é importante entender de onde vem os movimentos sociais e como são formados.

Suas raízes estão na injustiça fundamental de todas as sociedades, implacavelmente confrontadas pelas aspirações humanas de justiça. Em cada contexto específico, os usuais cavaleiros do apocalipse da humanidade cavalgam juntos sob uma variedade de formatos ocultos: exploração econômica; pobreza desesperançada; desigualdade injusta; comunidade política antidemocrática; Estados repressivos; judiciário injusto; racismo,

¹⁰ Faur-Levi, D. From “Big Government” to “Big Governance”. In: Faur-Levi, D. **Oxford Handbook of Governance**. New York: University Press, 2012.

xenofobia, negação cultural; censura, brutalidade policial, incitação à guerra; fanatismo religioso (frequentemente contra crenças religiosas alheias); descuido com o planeta azul (nosso único lar); desrespeito à liberdade pessoal, violação da privacidade; gerontocracia; intolerância, sexismo, homofobia e outras atrocidades da extensa galeria de quadros que retratam os monstros que somos nós (CASTELLS, 2017, p. 26).

E os movimentos sociais têm a importância exercendo, “o contrapoder construindo-se, em primeiro lugar, mediante um processo de comunicação autônoma, livre do controle dos que detêm o poder institucional” (CASTELLS, 2017, p. 24).

Para a configuração dos conselhos, estes têm origem nas dificuldades de se reproduzirem a democracia direta, em Atenas- capital da Grécia-, haja vista os tamanhos dos Estados na região. Assim, “se no início a democracia significava um direito restrito, excluindo escravos, mulheres, pobres e estrangeiros, com o tempo esse direito foi sendo ampliado” SCHWARTZMAN (2021, p.18).

Silva (2018, p. 203) aborda, a partir de estudos realizados por John Parkinson (2006)¹¹, a importância de atentarem para a criação de mecanismos que permitam viabilizar os processos de *accountability* e de publicidade da ação dos representantes em um conjunto de instituições britânicas deliberativas. Para Parkinson, haveria ações que coadunassem com o melhor interesse dos seus representados, e a publicidade permite à população ter acessibilidade e conhecimento das ações que foram realizadas pelos conselheiros. A combinação desses dois elementos teria como resultado uma atuação mais responsiva dos indivíduos envolvidos com as atividades das instituições deliberativas.

No Brasil, segundo Bronzo (2002) os conselhos são canais institucionalizados de participação na democracia direta, considerando o controle público sobre a ação governamental e com uma postura atuante no desenho, monitoramento e avaliação de Políticas Públicas.

Ainda considerando cenário nacional, os conselhos de políticas públicas surgiram:

“como resultado da Lei Orgânica da Saúde (LOS) e da assistência social (LOAS); e considerando a importância da promulgação da Constituição

¹¹ Parkinson, J. **Deliberating in the real world:** problems of legitimacy in deliberative democracy. New York: Oxford, 2006.

Cidadã para a formação e avanço da institucionalidade participativa” (AVRITZER 2013, p. 11).

Ou que “a criação de conselhos gestores de políticas nas áreas de saúde, habitação, direitos da criança e do adolescente, e educação, consideradas estratégicas pela Constituição, estimulou a proliferação de dezenas de outros conselhos nas mais diversas áreas” (LAVALLE 2011, p. 35).

A Controladoria Geral do Estado de Minas Gerais (CGE-MG) apresenta uma definição sobre os conselhos, também recente:

São espaços de articulação entre Estado e sociedade, nos quais as decisões sobre políticas públicas envolvem um processo de discussão e busca de acordos públicos a partir da inclusão de diferentes segmentos da sociedade. Os conselhos promovem a efetivação da participação e do controle social das políticas públicas e, portanto, a divulgação dos dados relativos ao trabalho destas instituições vai ao encontro do que determina a Lei de Acesso à Informação, que traz como diretrizes a serem seguidas o fomento da cultura da transparência e o desenvolvimento do controle social na Administração Pública (CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2018).

E não se pode desconsiderar que “as experiências ditas ou consideradas ou com pretensão de governança democrática sofrem percalços ao longo do seu funcionamento” (Pinto, 2019 p. 628). Destacam-se o engajamento e a formação dos conselheiros, a representatividade, a publicização das decisões e das atividades do conselho, autonomia, financiamento, efetividade, articulação, conhecimento tácito e envolvimento da temática dos atores envolvidos. Como espelho desses desafios, observa-se que:

Nos municípios sem tradição organizativo-associativa, os conselhos têm sido apenas uma realidade jurídico-formal e, muitas vezes, um instrumento a mais nas mãos dos prefeitos e das elites, falando em nome da comunidade, como seus representantes oficiais, não atendendo minimamente aos objetivos de serem mecanismos de controle e fiscalização dos negócios públicos (GOHN, 2006, p. 08 *apud* CARVALHO, 2017, p. 21).

Inclusive, a criação de conselhos muitas vezes é uma contrapartida que o município/estado tem que realizar para que possa receber recursos relacionados ao setor/tema/direito a que está relacionado o conselho. Explicações como essas fazem parte de

artigos e trabalhos de autores apontados como a “vertente crítica” nesta temática, apresentados por Abramovay *et al.* (2010, p. 278). E eles citam contribuições de Boschi (1999)¹², Mansuri e Rao (2004)¹³, Cortês (2005)¹⁴. Esta última autora traz à discussão argumentos como a existência de maior segmentação de interesses por grupos socialmente dominados. Ou ainda o fato de que “autoridades municipais criam conselhos formalmente, com o único objetivo de obter recursos financeiros federais” (CORTÊS 2005, p. 21).

Segundo as mesmas pesquisas de Abramovay *et al.* (2010, p. 278), outros autores além de apontarem a maior democratização dos espaços políticos e gerenciais públicos, evidenciam que as práticas da gestão cidadã permitem mudanças de comportamento em tomadas de decisão pautadas, anteriormente, em autoritarismo, além da melhoria da qualidade das decisões. Aqui Abramovay *et al.* (2010) cita autores nacionais e internacionais das diversas áreas da participação social - saúde, educação, meio ambiente- como Hirschman (1970)¹⁵, Boschi (1999), Jacobi (2004)¹⁶, Wampler (2005)¹⁷, Coelho (2006)¹⁸. Complementa-se, aqui, com Santos (1999), Bronzo (2002) e Avritzer (2013) que adensam o discurso no âmbito nacional.

¹² BOSCHI, Renato R. **Descentralização, Clientelismo e Capital Social na Governança Urbana: Comparando Belo Horizonte e Salvador.** In: Dados, v. 42, n. 4, Rio de Janeiro, 1999.

¹³ MANSURI, Ghazala; RAO; **Vijaiendra. Community-based and –driven development: A critical review.** The World Bank Research Observer, v. 19, n. 1, p. 1-39, 2004.

¹⁴ CORTES, Soraya M. V. **Fóruns participativos e governança: uma sistematização das contribuições da literatura.** In: LUBAMBO, Catia; COELHO, Denílson B.; MELO, Marcus A. (Orgs). Desenho institucional e participação política. Experiências no Brasil contemporâneo. Petrópolis: Vozes, p. 13-32, 2005.

¹⁵ HIRSCHMAN, Albert. **Exit, voice and loyalty: Responses to Decline in Firms, organization and States.** Cambridge (MA): Harvard University Press, 1970.

¹⁶ JACOBI, Pedro. **A gestão participativa de bacias hidrográficas no Brasil e os desafios do fortalecimento de espaços colegiados.** In: NOBRE, M.; SCHATAN, V. (Orgs.). Participação e Deliberação - Teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo. São Paulo: Editora 34, p. 270-289, 2004.

¹⁷ WAMPLER, Brian. **Expandindo a accountability através de instituições participativas? Ativistas e reformistas nas municipalidades brasileiras.** In: LUBAMBO, Catia; COELHO, Denílson B.; MELO, Marcus A. (Orgs.). Desenho institucional e participação política – Experiências no Brasil contemporâneo. Petrópolis: Vozes, p. 33-62, 2005.

¹⁸ COELHO. Vera. S. **Brazilian Health Councils: Including the excluded?** In: CORNAWALL, A.; COELHO, V. Spaces for Change? The Politics of Participation in New Democratic Arenas. London: Zed Books. Forthcoming, 2006.

E em Avritzer (2013) lê-se sobre a necessidade de inclusão de diversos grupos, e indicando que alguns desses grupos estão dentro e outros fora de um padrão mínimo de qualidade de vida e/ou direitos. E, assim, os conselhos “devem abranger também as comunidades tradicionais e a infraestrutura com o intuito de se constituírem em uma ampla via de inclusão social” AVRITZER (2013, p. 35). Percebe-se, ainda, que a diversidade de interesses faz parte do contexto da democracia.

Pesquisando, também, outros exemplos em outro país sobre o protagonismo de movimentos sociais e ou conselhos, Vieira *et al.* (2019) abordam que foi com base nas mudanças estruturais que desencadearam a ampliação das desigualdades sociais que o protagonismo desses movimentos sociais ganhou notoriedade em organizações sem fins lucrativos em Portugal. Diante disso, a bibliografia citada aborda como que experiências no contexto da economia social e suas capilaridades se apoiam no desenvolvimento de atividades econômicas, para a realização de objetivos sociais, buscando o engajamento do cidadão nas franjas sociais vitimados pela desigualdade social, subalternização e discriminação. E esse protagonismo do movimento social¹⁹ resultou no desenvolvimento de competências na experimentação de novas ideias, voltadas para a resolução de problemas locais.

Ainda tendo em mente a ideia de inclusão social e engajamento social citados anteriormente, no Brasil, de modo tímido e resiliente ocorreu a criação de conselhos voltados para povos e comunidades tradicionais. “Ao ser signatário do Plano de Ação de Durban o Estado brasileiro reconheceu internacionalmente a existência institucional do racismo em nosso país e se comprometeu a construir medidas para a sua superação” GOMES (2017, p. 34). Como exemplo dessas iniciativas tem o Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD) criado por meio da Medida Provisória 2216-37 de 31 de agosto de 2001. Em decorrência da criação do Conselho Nacional, foi criado em Minas Gerais o Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial de Minas Gerais (CONEPIR).

¹⁹ Para este trabalho considerará o movimento social nos pressupostos da sociologia pragmática da Economia das Grandezas -ou Sociologia da Crítica, Teoria da Capacidade Crítica (TCC), Teoria das Grandezas (TG) e, ainda, Escola ou Economia das Convenções (EC)- elencados em Andion *et al.* (2017, p. 375). E “como uma busca dos princípios e valores que dão sentido à ação” (GONÇALVES, 2018, p. 906 apud CORREA e DIAS, 2016).

2.2 – O CONEPIR

Há um robusto resgate sobre a política de promoção da igualdade racial e a criação de departamentos governamentais desta pauta em Minas Gerais num dos trabalhos basilares para a elaboração deste, conforme citado na seção metodológica. Entretanto, para melhor contextualização, é importante, aqui, realizar algumas abordagens sobre o Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial de Minas Gerais (CONEPIR), um ambiente de governança participativa e tema deste estudo de caso.

O Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial de Minas Gerais (CONEPIR) foi criado pela lei n.º 18.251, de 7 de julho de 2009 e regulamentado pelo Decreto n.º 45.156 de 26 de agosto de 2009.²⁰

O CONEPIR é um órgão colegiado de caráter consultivo, deliberativo. Com composição paritária entre o poder público e a sociedade civil, é integrado por 22 (vinte dois) membros e seus respectivos suplentes, designados em ato publicado pelo Governador. Desses 11 (onze) são membros da sociedade civil organizada relacionada a pauta do colegiado e 11(onze) membros do poder público estadual.

A estrutura conta com o Plenário; a Mesa Diretora que é composta pelo Presidente, pelo Vice-presidente e pelo Secretário; as Câmaras Setoriais; a Secretaria Executiva que é o suporte administrativo do colegiado e Grupo de Trabalho (GT) se for instituído em reuniões plenárias. Esta estrutura organizacional do CONEPIR, o tempo de existência e a frequência de reuniões coadunam segundo Silva (2018, p. 185) para a relevância da institucionalidade de um colegiado, para condições favoráveis na realização de processos deliberativos, e, maior qualificação dos debates realizados entre os conselheiros por meio das câmaras temáticas.

²⁰ Conforme citado na metodologia deste trabalho, o resgate e sistematização mais detalhada sobre a política, ações correlacionadas ao tema de promoção de igualdade racial em Minas, bem como marcos na política neste viés podem ser consultados no trabalho basilar para a elaboração deste que é “Construção de capacidade estatal para políticas de promoção da igualdade racial: a experiência do Estado de Minas Gerais” - Gabriela Carneiro. Já neste trabalho, deterei na lacuna de pesquisa, citada por essa autora que é a utilização das tecnologias no CONEPIR.

O CONEPIR tem por finalidade propor políticas que promovam a igualdade racial no que concerne aos segmentos étnicos minoritários do Estado. Há ênfase na população negra, indígena e cigana, para combater a discriminação racial, reduzir as desigualdades sociais, econômicas, financeiras, políticas e culturais, ampliar o processo de participação social, fomentar as relações institucionais com demais conselhos e órgãos cuja temática integra o escopo de trabalho deste conselho, conforme expresso no Regimento Interno. Nesse colegiado há reuniões plenárias ordinárias e extraordinárias que ocorrem mensalmente, e, até o primeiro semestre de 2019, eram presencialmente.

É importante ressaltar, aqui também, que, em 23 de agosto de 2019, foi enviado o memorando circular 2/2019/SEDESE/SUBDH assinado pelo subsecretário da pasta à época informando sobre a indisponibilidade orçamentária e financeira decorrente da situação fiscal que do estado mineiro. E este gestor expediu a circular como uma proposição para utilização de videoconferências para realização de plenárias. Justificou esta medida como viável para a continuidade da participação social nas reuniões e redução dos custos nisso nos conselhos que geriu. E, neste caso está incluso o CONEPIR.

2.3 A Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) na Governança Participativa

“Development is about transforming the lives of people, not just transforming economies²¹.”

Joseph E. Stiglitz -Making Globalization Work

Nesta seção, abordará a Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e a utilização de suas ferramentas basilares num viés sociotécnico, permitindo alteração na participação social em órgãos colegiados, pois “assim, as tecnologias não determinam: elas são construídas e seus usos são definidos pelos contextos” (GHEZZI *et al.*, 2019, p. 10).

²¹ “Desenvolvimento significa transformação na vida das pessoas, não apenas transformações econômicas” (Tradução nossa).

Segundo Burgelman *et al.* (2009)²² citado em Lopes *et al.* (2015) a inovação para ser considerada tecnológica deve ser baseada ou facilitada pela tecnologia, além da avaliação comercial na aceitação disso. Inclusive, esses autores ressaltam que o avanço e desenvolvimento tecnológico tem se configurado como um dos principais fatores propulsores do desenvolvimento econômico da sociedade moderna. Ainda discorrendo sobre esse desenvolvimento tecnológico, Schumpeter (2017) em “Capitalismo, socialismo e democracia” explicita que antes do desenvolvimento tecnológico, há a importância de um histórico de desenvolvimento sinérgico com conjuntos de instituições.

Neste contexto ainda, trazendo aqui Stiglitz *et al.* (2009, p. 58), há a “importância em todos os processos de aprendizado tecnológico e de coordenação e mudanças econômicas”. E, compreende-se a importância também do Estado empreendedor, uma vez que o capital de risco público tem características bem diferentes do capital de risco privado nos investimentos para o desenvolvimento e inovações tecnológicas. Isso porque o Estado “se dispõe em investir em áreas com risco muito mais altos, ao mesmo tempo que demonstra muito mais paciência e menos expectativas em relação a retornos futuros” (MAZZUCATO, 2014, p. 46).

Não obstante, alguns fatores podem ser nevrálgicos na inovação no setor público uma vez que segundo Morgan (2006, p. 130) o excesso de controle anula qualquer redundância, variedade e potencial de inovação que a unidade possa ter, porque a atenção se concentra nas regras e controles internos e não em absorver e lidar com os desafios externos. Neste tipo de iniciativa torna-se necessário repensar prática gestonária que “contribui para a institucionalização de novas normas e regras no nível de novas práticas de cooperação intra e inter organizacional (novos procedimentos)” (VIEIRA *et al.*, 2019).

Para Etzkowitz (1997), adotar um modelo único garantidor de sucesso em determinados espaços de inovação, tais como construções de espaços tecnológicos, não é razoável. Visto que há um processo de experimentação intensa, onde novos conceitos, práticas, ferramentas, atores, parceiros são envolvidos. E cada nova teoria arquitetada é uma expectativa de corresponder à diferentes dinâmicas que, também, mudam com o tempo.

²² Burgelman, R. A., Christensen, C. M., & Wheelwright, S. C. **Strategic management of technology and innovation.** Boston: McGraw-Hill Irwin, 5ª ed. 2009.

Em Bram Klievink *et al.* (2014), percebe-se como que fatores sociais, culturais, colaborações, redes, organização - afetam ou influenciam as inovações. Além disso as relações e atores envolvidos introduzindo novas práticas sociais, especificamente novos modos de colaboração. Essas novas formas de colaboração são necessárias para estabelecer terreno entre o valor para a sociedade, o governo, parceiros diversificados, redesenho de estruturas. Para Andion *et al.* (2017, p. 370) a Inovação Social na Administração Pública pode “realizar e difundir inovações sociotécnicas em determinados nichos, envolvendo empresas, universidades, agentes públicos e atores da sociedade civil”.

Mas, obviamente, gargalos neste contexto também são verificados, já que os “impactos nos âmbitos social, econômico, tecnológico e ambiental gerados pelo avanço tecnológico tradicional são críticos e merecem atenção sob um olhar que considere novos modelos tecnológicos de base social associados à inclusão, governança e sustentabilidade (CASTILHOS E SILVA, 2020, p. 03).

Nesse cenário segundo Albuquerque (2019), a *world wide web* tem impacto considerável na economia e na sociedade, assim como outras invenções e tecnologias em outros períodos, inclusive em crises. E isso corrobora com o contexto de redução orçamentária do CONEPIR e, também, pandêmica vivenciada, conforme citado na introdução deste trabalho. Logo a infraestrutura, a integração de processos, integração de pessoas, a disponibilidade de incrementos tecnológicos com os avanços alcançados e a modernização dos setores da economia configuram uma mudança no cenário global em que “as Tecnologias da Informação e comunicação viabilizam o surgimento de uma nova fase na economia: uma Economia Baseada no Conhecimento (EBC)” (ALBUQUERQUE, 2007, p. 243).

Mas “o conhecimento científico e tecnológico não resulta de uma simples aplicação da lógica de uma determinada metodologia sobre um tema qualquer, antes tem raízes sociais e culturais muito mais profundas do que os cientistas gostam de admitir “(SCHWARTZMAN 2021, p. 20). E, conforme Silveira (2004, p. 07) o conhecimento é um bem social fundamental da humanidade, e, neste contexto, também emergem os meios de detê-lo por interesses diversos: políticos, econômicos ou doutrinários. Diante disso, ainda conforme esse autor, as informações são tidas como um item importante, principalmente ao se considerar a apropriação ou o compartilhamento- gestão da informação, arranjos sociais e redes. Há então,

segundo Albuquerque (2007, p. 244), a abrangência que a infraestrutura de informação constitui na globalização e na avaliação dos sistemas de inovação contemporâneos e como a disseminação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) é um dos pressupostos básicos na emergência de um sistema nacional de inovação.

Compreende-se ainda nesse ambiente da Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) que a existência dessas ferramentas e da infraestrutura envolvidas são decompostas em cinco elementos os quais permeiam os modos de socialização e trabalho, que são:

- a) indústrias de Tecnologias da Informação (semicondutores, computadores, software e serviços relacionados);
- b) indústrias de tecnologias de comunicação;
- c) infraestrutura de telecomunicações (telefonía, comunicação de dados, rádio e televisão, redes);
- d) computadores em rede (Internet, Intranets);
- e) indústrias editorial e gráfica (ALBUQUERQUE, 2000, p. 244).

Neste contexto, deve-se também refletir que:

A TIC não existe como variável externa, a ser introduzida a partir do exterior, para provocar certas consequências. Ao contrário, está entrelaçada de maneira complexa nos sistemas e nos processos sociais. Além disso, do ponto de vista político, o objetivo da TIC com os grupos marginalizados não é a superação da exclusão digital, mas a promoção de um processo de inclusão social. Para realização disso, é necessário “focalizar a transformação, e não a tecnologia” (JARBOE, 2001, p. 31 *apud* WARSCHAUER, 2006, p. 23)²³.

Com isso em mente, repassada a parte de conceitos necessários para melhor compreensão do que se abordará da Tecnologia de Informação e Comunicação aqui, não é demais frisar que, neste trabalho considera-se como essa infraestrutura e ferramentas interrelacionam com o cenário da governança participativa e participação social do público-alvo considerado. Pois “a TIC está viabilizando novas estruturas organizacionais de participação social, desde salas de bate-papo entre adolescentes, passando por serviço de encontro de pessoas *on-line* e *site* de ação política” (WARSCHAUER, 2006, p. 51).

²³ JARBORE, K.P. *Inclusion in the Information Age: Reframing the Debate*, em *Athena Alliance*, 2001, p.31

Considerando o contexto da Tecnologia de Informação e Comunicação TIC e das relações sociais, é importante também pontuar o arcabouço legal tendo em vista os estudos, definições e regulação sobre a TIC e sua aplicação. Inclusive na legislação citada na seção anterior, o Decreto Estadual Nº 44.998/2008²⁴ apresenta informações sobre a importância e princípios da Tecnologia de Informação e Comunicação no âmbito da gestão pública no estado de Minas Gerais bem como definição da infraestrutura, modelo de serviço da arquitetura de TIC dentre outras informações inerentes.

Fazendo uso da abordagem sociotécnica da utilização da tecnologia, em Silveira (2005, p. 10) tem-se a exposição de fatores históricos inerentes a emergência da sociedade da informação. Neste livro, o autor pontua ser difícil precisar uma data ou marco da revolução das novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). Entretanto, verifica-se que o crescimento e desenvolvimento da TIC relacionam-se com estratégias militares para desenvolver vanguardas tecnológicas seja na beligerância da Segunda Guerra, seja devido aos temores relacionados à Guerra Fria num meio social, contrastando (ou corroborando) a visão desenvolvimentista citada no início desta seção. Então:

a TIC surgiu num meio social que também moldou um conjunto amplo de decisões de pesquisa e desenvolvimento, afetando questões como custos de *hardware* e *software*, a dificuldade de utilizar os computadores, a série de dispositivos que podem ser usados pela informática e pela comunicação *on-line* e a mídia de transmissão das telecomunicações. Nenhuma dessas questões pode ser considerada neutra (WARSCHAUER, 2006, p. 273).

E nesta abordagem sociotécnica há diferenças quanto a utilização, modelo, efeitos, público e retornos recebidos. Ou seja, nos modelos sociotécnicos a TIC é além de uma ferramenta. Ela é uma rede sociotécnica para interação dos atores para busca de objetivos para bem-estar coletivo. Daí tem-se também que a implantação das TICs é um processo contínuo com envolvimento de uma visão ecológica, opiniões políticas que tem importância e podem ser habilitadoras para a realização do processo; os contextos são complexos; são necessárias habilidades e iniciativas adicionais para fazer as TICs funcionarem. E nos modelos padrões estas características não são observadas, segundo a tabela que segue:

²⁴ Atualizações do decreto podem ser consultadas no site da Assembleia Legislativa de Minas Gerais-ALMG

Tabela 1- Modelos-padrão versus Modelos sociotécnicos de TIC.

Modelos-padrão (ferramenta)	Modelos sociotécnicos
A TIC é uma ferramenta.	A TIC é uma rede sociotécnica.
Um modelo empresarial é suficiente.	Uma visão ecológica também é necessária.
As implantações da TIC são feitas todas de uma vez.	As implantações da TIC são um processo social contínuo.
Os efeitos tecnológicos são diretos e imediatos	Os efeitos tecnológicos são indiretos e envolvem escalas de tempo diferentes
As opiniões políticas são ruins ou irrelevantes	As opiniões políticas são essenciais e até habilitadoras
Os estímulos à mudança não são problemáticos	Os estímulos podem requerer reestruturação (e podem estar em conflito).
Os relacionamentos são facilmente reformados.	Os relacionamentos são complexos, negociados, polivalentes (incluindo confiança).
Os efeitos sociais da TIC são grandes, mas isolados e benignos.	Possivelmente, grandes repercussões sociais a partir da TIC (não apenas qualidade de vida do trabalho, mas qualidade total de vida).
Os contextos são simples (alguns termos ou contextos demográficos-chave).	Os contextos são complexos (por exemplo, matrizes de negócios, serviços, pessoas, tecnologia, história, localização).
O conhecimento e a <i>expertise</i> são facilmente explicitados.	O conhecimento e <i>expertise</i> são inerentemente tácitos/implícitos.
A infraestrutura de TIC são plenamente sustentáveis.	São necessárias habilidades e iniciativas adicionais para fazer a TIC funcionar.

Fonte: (Warschauer, 2006, p. 277)²⁵

²⁵ Sabe-se da diferença (segundo a ABNT) da utilização de tabela e quadro, inclusive na formatação. E compreende-se que, aqui, seria mais condizente a utilização de um quadro. Mas manteve-se o formato e ferramenta elaborados pelo autor da fonte de pesquisa ao reproduzir o conteúdo.

Analisando o contexto nacional, a utilização de ferramentas de TICs tem se intensificado, mais marcadamente a partir da segunda metade da década de 1990. Isso, para Balbe (2014), ocorre a partir desse momento devido a maior utilização de banco de dados. A utilização disso envolve, segundo o autor, finalidades que abarcam desde guarda e atualização de dados e registros a até mesmo o gerenciamento de informações consideradas relevantes. Ademais, considera que os avanços tecnológicos têm “auxiliado, também, no aprimoramento da tomada de decisão, em especial nos setores que mantém contato direto com a população, em que a resposta tempestiva é uma questão essencial Balbe (2014, p. 190). Compreendendo que a internet é um dos itens que fortalece essa dinâmica, permitindo o compartilhamento de informações e a comunicação, comitês²⁶, legislações e marcos são elaborados abordando princípios, garantias, direitos e deveres, como a Lei do Marco Civil da Internet no Brasil. Inclusive o art. 2º da Lei 12.935 de 23 de abril de 2014 estabelece:

A disciplina do uso da internet no Brasil tem como fundamento o respeito à liberdade de expressão, bem como:

- I - o reconhecimento da escala mundial da rede;
- II - os direitos humanos, o desenvolvimento da personalidade e o exercício da cidadania em meios digitais;
- III - a pluralidade e a diversidade;
- IV - a abertura e a colaboração;
- V - a livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor; e
- VI - a finalidade social da rede” (BRASIL, 2014).

Com isso em mente, com destaque especial para o exercício da cidadania em meios digitais, verifica-se a importância do maior uso das ferramentas da Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) no suporte na governança participativa e no fortalecimento da atuação cívica. E assim:

as TICs podem ser utilizadas para fortalecer a educação cívica por meio da garantia de acesso igualitário à informação e do envolvimento dos indivíduos em redes que possibilitem uma participação cívica mais efetiva.

²⁶ O Decreto Nº 4.829, de 3 de setembro de 2003 dispõe sobre a criação do Comitê Gestor da Internet no Brasil - CGL.br, sobre o modelo de governança da Internet no Brasil, e dá outras providências. No site do CGE tem que “O Comitê Gestor da Internet no Brasil tem a atribuição de estabelecer diretrizes estratégicas relacionadas ao uso e desenvolvimento da Internet no Brasil e diretrizes para a execução do registro de Nomes de Domínio, alocação de Endereço IP (Internet Protocol) e administração pertinente ao Domínio de Primeiro Nível “.br”. Também promove estudos e recomenda procedimentos para a segurança da Internet e propõe programas de pesquisa e desenvolvimento que permitam a manutenção do nível de qualidade técnica e inovação no uso da Internet.”

Dessa maneira, a participação direta exerce também uma função educativa, diante do envolvimento da sociedade na vida política da nação. Pensando nisso, diversos países têm investido no desenvolvimento das TICs para a disseminação e ampliação do espaço virtual (PATEMAN, 1992; BARBER, 1985 *apud* BALBE 2014, p. 59).²⁷

Ou ainda:

se adequadamente explorada, a TIC pode ser fomentada de maneira a estimular o desenvolvimento do capital social. As estratégias que levam em consideração a natureza do acesso, o reconhecem a interação entre as comunicações *face to face* e *on line* e combinam a utilização da internet com um amplo conjunto de outras mídias, novas e antigas, proporcionam as melhores oportunidades para a promoção da inclusão social por meio do emprego da TIC (WARSCHAUER, 2006, p. 265).

Algumas utilizações da Tecnologia de Informação e Comunicação na gestão pública abarcam desde banco de dados – citado anteriormente como propulsor na utilização das TICs- até canais de deliberação e participação social- tema foco deste trabalho. E na assertiva de Carvalho *et al.* (2019, p. 57) tem que a Administração Pública tem sido desafiada a se reinventar, devidos questões relacionadas ao próprio funcionamento. Então, também se torna premente cada vez mais estimular valores afinados com uma cultura de participação nos sítios governamentais, sobretudo em espaços como os conselhos- aproximando e incluindo o cidadão na participação de importantes espaços de discussão e deliberação de políticas públicas, de informação e transparência.

Refletindo sobre a emergência de novas ideias e práticas nessa dinâmica salienta-se, ainda, que segundo Balbe (2010) algumas atividades como o “governo eletrônico” no cenário brasileiro e em outros países, ampliam-se e aderem alterações desde a década de 90. E essas ferramentas têm auxiliado em várias atividades que envolvam o contato direto com a população. Neste contexto cita-se o governo eletrônico ou *e-government*²⁸. E o conceito do

²⁷ BARBER, B. R.. **Strong democracy**: participatory politics for a new age. Berkeley: University of California Press, 1984.

PATEMAN, C. **The problem of political obligation**: a critique of liberal theory. [Reedição com novo posfácio]. Berkeley: University of California Press, 1985.

²⁸ Na nota de rodapé de Diniz *et al.* (2009) se lê que “Embora governo eletrônico seja um dos termos mais encontrados na literatura, existem outros termos com o mesmo significado, como por exemplo: e-gov, *electronic government*, *e-government*, e-governo, *wired-government*, governo digital, governo virtual, Estado virtual, governança eletrônica.”

governo eletrônico “aparece ao lado de conceitos e termos como democracia, sociedade civil, participação popular, direitos humanos e sociais” (BEUREN *et al.* 2013). E:

As potencialidades da tecnologia da informação e comunicação no fortalecimento da interação entre o Estado e a sociedade têm sido analisadas sob o prisma da democracia digital – ou e-democracia, ciberdemocracia, democracia virtual ou digital, entre outros verbetes – e de seu fortalecimento (DIAS *et al.* 2019, p. 13).

Neste sentido, avanços na esfera pública considerando o governo eletrônico emergem e, conjuntamente, há também elementos norteadores para balizar a utilização e ampliação. Conforme pode ser verificado na figura que segue, já se verificam alguns tipos de interação e suas características em espaços do primeiro setor. Isso pode ser ilustrado pela e-acessibilidade em que torna possível a participação de pessoas com deficiências nos diálogos e relações do Estado com a sociedade; e-comunidade que é a utilização das ferramentas de TIC por pessoas da sociedade/comunidade em prol de questões e objetivos que envolvam política; e-deliberação para utilização das ferramentas de TICs nos processos participativos de debate por meio de canais eletrônicos, dentre outros.

Figura 1- Quadro: Campo de Inovações na relação Estado-sociedade baseada na TIC.

Tipo de interação	Características
e-Acessibilidade	Tornar a e-participação possível para pessoas com deficiências
e-Ativismo	Atividades políticas ou manifestações com origem na sociedade
e-Campanhas	Campanha políticas por meios eletrônicos
e-Comunidade	Uso da TIC pela comunidade com foco na política
e-Consultas	Consultas públicas realizadas pelo governo por meios eletrônicos
e-Decisão	Processos decisórios com uso da TIC
e-Deliberação	Processo participativo de debate em canais eletrônicos
e-Inclusão	Tornar a e-participação possível para pessoas excluídas digitalmente
e-Petição	Petições eletrônicas de iniciativa popular
e-Política	Participação eletrônica em partidos ou grupos políticos
e-Pesquisas	Pesquisas de opinião
e-Regras	Participação eletrônica na formulação ou promulgação de leis e normas
e-Votação	Votação eletrônica

Fonte: Dias *et al.* (2019, p.24).

Com isso em mente, e trazendo também em informações do Relatório Metodológico de Tecnologia de Informação e Comunicação do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI) vê-se que é necessário que sejam solidificados mecanismos para a compreensão da adesão das tecnologias e o uso disso na realização dos serviços no primeiro setor, o Estado. Além disso, mensurar tal adesão converge “na ampliação do acesso à informação e a disponibilização de mecanismos de participação” (GCI 2019, p. 67). Assim:

As características dos processos de comunicação entre indivíduos engajados em movimentos sociais determinam as características organizacionais do próprio movimento: quanto mais interativa e autoconfigurável for a comunicação, menos hierárquica será a organização e mais participativo o movimento (CASTELLS, 2017, p. 29).

Neste cenário, é importante pontuar que há abordagens na literatura, otimistas como a

abordagem de Castells, quanto a utilização das TICs para a participação social. E dentre os argumentos apresentados, alguns ressaltam benefícios como possibilidade de maior interação, *accountability*, desenvolvimento e introdução de novidades resultantes do conhecimento e tecnologia expandindo espaços e interações, rompimento de barreiras geográficas e institucionais (DIAS *et al.*, 2019).

Mas não se pode deixar de pontuar que o posicionamento mais crítico considera os gargalos e pontos nevrálgicos neste cenário, sem, contudo, desconsiderar os benefícios. Aqui, destacam fatores como o papel estratégico da constituição de uma infraestrutura informacional, conforme Arrow (1974, p. 41). Ou ainda vontade política e administrativa; necessidade de mudança do ambiente público permitindo criação/disseminação de ideias e permitindo (ou evitando) exclusão digital, pois a “exclusão digital impede que se reduza a exclusão social, uma vez que as principais atividades econômicas, governamentais e boa parte da produção cultural da sociedade vão migrando para a rede” (SILVEIRA, 2004, p. 18).

Com isso em mente, Warschauer (2006, p. 22) destaca que grupos desconectados, devido a exclusão digital que sofrem, reforçaria essa exclusão social. Ou ainda, não se pode deixar de pontuar o custo da produção de informação, e como que alterações no ambiente comunicacional tem repercussão nas diretrizes de construção de significado, e, por conseguinte, na produção de relações de poder Castells (2013, p. 21).

A importância das Tecnologias da Informação e Comunicação, das tecnologias digitais e de uma estrutura gestonária realmente aberta a isso, são fatores imperativos para a promoção da participação social em instâncias governamentais. Essa adoção de TICs tem sido considerada em situações de gestão de crise. E conclui-se que nessas situações que são utilizadas há necessidade de transpor gargalos e seus impactos com resiliência (ONU, 2018 *apud* GCI, 2019, p. 89).

Considerando os dados disponíveis pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação do NIC.br, que é responsável pela produção de indicadores e estatísticas sobre a disponibilidade e o uso da Internet no Brasil” tem-se que algumas práticas e utilização de ferramentas de TIC foram intensificadas no ano de 2020, seja com finalidades laborais ou estudantis. Assim, segundo a pesquisa coletada de setembro a

outubro do ano citado, neste período de isolamento social devido à pandemia de COVID-19, 04 em cada 10 pessoas no Brasil tem trabalhado remotamente. E esse valor corresponde à 23 milhões de pessoas.

Outros dados importantes verificados foram considerando dispositivos e ferramentas para realizarem o teletrabalho. Dentre os pesquisados 63% utilizaram plataformas de compartilhamentos de arquivos e 62% plataformas de videoconferência. Ademais, aqueles que utilizaram notebook para isso, o perfil que pertence as classes AB corresponde a 52% dos pesquisados, com ensino superior completo são 56%, e faixa etária 60 anos ou mais corresponde a 67%. Entretanto, apesar da intenção deste trabalho não ser traçar contrapontos dos aparelhos tecnológicos disponíveis e utilizados pelo público, observa-se ainda nessa fonte de informações que na utilização de celular-*smartphone* para atividades remotas, o perfil não era o mesmo. Neste grupo, tem-se um público que pertence as classes D e E correspondente a 84% dos pesquisados, com ensino fundamental 70%, faixa etária de 16 a 24 anos 56%. Não estava disponível na pesquisa o recorte de gênero e racial. E em outra pesquisa realizada por este departamento em abril de 2021, considerando os dados especificamente devido à pandemia de COVID-19²⁹. Essas informações nesta pesquisa corroboram que:

Em geral, as práticas ou consumos de conteúdo digitais se associam com categorizações socioeconômicas (renda ou posição na ocupação – ambas ligadas ao conceito de classe social), por idade (gerações), lugar de moradia, estrutura da família, escolarização etc. Dessa maneira, as práticas se conectam com determinantes – estruturais, digamos – externos a elas, mas associados com essas práticas de forma causal, permitindo-nos, portanto, estabelecer conexões de sentido. Assim, as trajetórias individuais e os capitais acumulados ou desacumulados nesse percurso são elementos os quais podem associar sentidos às práticas de acesso à internet (GHEZZI *et al.*, 2019, p. 11).

O acesso à internet tem papel importante para a sociedade atualmente, visto que “sob muitos aspectos a internet é hoje uma tecnologia fundamental que afetou o curso da história mundial ao permitir que usuários de todo os cantos do planeta se comuniquem”

²⁹ Pesquisa disponível em <https://cetic.br/pt/noticia/celular-e-o-dispositivo-mais-utilizado-por-usuarios-de-internet-das-classes-de-para-ensino-remoto-e-teletrabalho-revela-painel-tic-covid-19/>

MAZZUCATO (2014, p. 148). E, corroborando essa explanação sobre categorização socioeconômica e de exclusão digital tem-se que:

certos analistas argumentam que o estereótipo referente a grupos minoritários desconectados pode servir para reforçar a estratificação social, desestimulando os empregadores ou provedores de conteúdo a entrar em contato com esses grupos. (WARSCHAUER, 2006, p. 22).

Além dessas situações anteriormente citadas, tem ainda segundo Albuquerque (2007, p. 247) e que cita Arrow (1974, p. 39-42; 1984, p. 169-172) um contexto do custo e insumo que envolvem o aprendizado, instalação, operacionalização dos canais da informação e comunicação. Nisso, os autores anteriormente citados explicitam sobre a capacidade sensorial dos seres humanos no que tange ao processamento de informações. E, aqui, envolvem investimentos desde compreensão dos comandos, até mesmo o esforço e tempo de aprendizagem, capacitação para efetuar esta comunicação, atualizações da informação e aprendizagem, dentre outros itens.

Por fim, a utilização das ferramentas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) na participação social envolvem um contexto e análise gestonária que extrapolam além da adoção do tipo de ferramenta (*software*, rede, aparelho, plataforma). Aqui, adentra-se na complexidade intraorganizacional e social envolvendo essa tecnologia na participação social de públicos excluídos com a perspectiva da inclusão, educação tecnológica, inovação.

2.3.1 Educação tecnológica e sociedade.

“Não basta saber ler que 'Eva viu a uva'. É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social...”

Paulo Freire

Utilizar as ferramentas de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) requer muito mais que ligar os aparelhos disponíveis, ter a conectividade necessária e tentar comunicar. A utilização disso perpassa fatores intrínsecos e extrínsecos que convergem para o objetivo final a ser alcançado. Nisso, considerando o conteúdo deste trabalho, tem-se como as

ferramentas tecnológicas podem ser utilizadas a fim de proporcionar melhorias e alterações sociais. Portanto, o conteúdo dessa subseção apresentará, sucintamente, a educação tecnológica na utilização das TICs em alguns grupos de pessoas, principalmente, grupos excluídos socialmente e ou com convergência com o público-alvo do CONEPIR, e o que compõe a política de inclusão e educação tecnológica para o viés considerado.

Na década de 90, Henry Etzkowitz batizou de *Triple Helix*, Hélice Tríplice, já citado em seções anteriores, a relação do conhecimento científico e da inovação tecnológica permeada pela triangulação e atuação das Universidades, Governo e Indústria. Neste contexto, há também a presença do empreendedor com uso da tecnologia inovadora no âmbito acadêmico, social e corporativo, face ao desenvolvimento econômico, a competitividade e o bem-estar social. Ainda neste diálogo da triangulação citada, em Vieira *et al.* (2019) há uma abordagem em como esta relação pode proporcionar articulação de redes que aproximam a academia e a sociedade civil e “fazendo com que o desenvolvimento da ciência e da tecnologia esteja direcionado à resolução de problemas inerentes à exclusão social e à baixa qualidade de vida de populações marginalizadas”.

Considerando o bem-estar social e qualidade de vida, conforme abordado anteriormente, tem a importância da atuação de agentes civis em prol de objetivos uma vez que:

a pobreza não será reduzida com cestas básicas, mas com a construção de coletivos sociais inteligentes, capazes de qualificar as pessoas para a nova economia e para as novas formas de sociabilidade, permitindo que utilizem as ferramentas de compartilhamento de conhecimento para exigir direitos, alargar a cidadania e melhorar as condições de vida (SILVEIRA, 2004, p. 21).

Assim, saber como, a importância e utilizar tecnologias em prol das constantes melhorias alcançadas proporcionaram uma reflexão e alteração na dinâmica em diversas esferas e áreas, inclusive nas formas de organização de trabalho e arranjos sociais adotados. A busca por resultados melhores em instituições fê-las optarem por relações colaborativas nas quais a verticalização (*top down*) foi alterada para a horizontalização. A descentralização é mais marcante e, também, houve um aumento da rede de pessoas envolvidas no trabalho (*network*) e no fluxo de informações. Não obstante, a infraestrutura para a integração de processos, integração de pessoas, a disponibilidade de ferramentas tecnológicas com os avanços alcançados e a modernização dos setores da economia configuram uma mudança no

cenário global do desenvolvimento do conhecimento. Inclusive, para Albuquerque (2007, p. 244), que citou Foray e Lundvall (1996, p. 13), nas Economias Baseadas em Conhecimento (EBC) há uma aceleração dos processos de aprendizagem interativo, além de importância crescente das redes de conhecimento.

Neste contexto, visualizar a educação tecnológica e o ambiente envolvido como uma mudança isolada, e não holística; ou pormenorizar todo um sistema abrangente e complexo, não é razoável. Inclusive deixar de correlacioná-lo com a educação catalizadora do desenvolvimento econômico e da “tecnologização³⁰” maior da sociedade não converge com a tecnologia e inclusão social abordado por Warschauer (2006, p. 151). Segundo critérios propostos por este autor o uso efetivo da TIC pode contribuir com a educação e letramento, uma vez que não se pode desconsiderar os efeitos da informática e da internet na educação e produção de conhecimento. Assim:

O que é mais importante a respeito da TIC não é tanto disponibilidade do equipamento de informática, ou da rede de internet, mas sim a capacidade pessoal do usuário de fazer uso desse equipamento e dessa rede, envolvendo-se em práticas sociais significativas (WARSCHAUER, 2006 p. 63-64).

Acresce que o campo da educação, como um todo é essencial para a existência de democracias amplas, segundo (SCHWARTZMAN, 2021, p. 25). Para este autor esse campo constitui um espaço de batalhas políticas e ideológicas, “seja em relação às disputas sobre acesso aos conteúdos, seja em relação aos interesses dos milhões de pessoas que hoje se sustentam com vultosos recursos públicos e privados que convergem para o setor”.

Ainda, conforme Schwartzman (2021, p.28) “governo, administração pública, sistema partidário, educação, ciência, e tecnologia são assuntos que, de uma forma ou de outra levam a uma questão mais ampla: a da formação das sociedades modernas, democráticas e equitativas”. Diante disso, e considerando a importância da utilização das tecnologias de informação e comunicação pela sociedade civil, mais do que saber operar as ferramentas, é utilizá-las como canal em prol da governança participativa e promoção de equidades considerando o recorte do local deste estudo de caso. Logo, a inclusão social não é apenas

³⁰ Palavra verificada em várias partes do livro do autor.

uma questão referente a partilha adequada de recursos, mas também, de “participação na determinação das oportunidades de vida tanto individuais como coletivas” segundo (STEWART 2000, *apud* WARSCHAUER, 2006, p. 24)³¹.

Mas o que compreende a alfabetização tecnológica e uma política de inclusão digital?

A alfabetização tecnológica e uma política de inclusão digital devem superar o mero ensino de informática. Devem abarcar e considerar os seguintes elementos, segundo (SILVEIRA, 2004, p. 29):

- a) A aprendizagem é um processo permanente e personalizado.
- b) Navegar na rede é uma forma de obtenção de informações que podem gerar conhecimento.
- c) É direito das comunidades obter a orientação presencial de seus jovens e adultos para refletir criticamente em um espaço de saber fluente, contínuo e permanentemente renovável.
- d) A aprendizagem em rede é cooperativa.
- e) Ao interagir, obtendo e gerando hipertextos, se está praticando e desenvolvendo uma inteligência coletiva.
- f) É fundamental reconhecer, enaltecer e disseminar pela rede os saberes desenvolvidos pela comunidade.
- g) Cada cidadã e cidadão deve buscar devolver na rede múltiplas competências.
- h) É preciso assegurar à população o conhecimento básico da informática e incentivar o processo permanente de autoaprendizagem.

Pesquisas e trabalhos de autores mais recentes corroboram os aspectos expostos acima. Inclusive Ghezzi *et al.* (2019, p. 35) abordam que o letramento e inclusão digital envolve considerar que o acesso e utilização da internet e de ferramentas da Tecnologia de Informação e Comunicação são além, também, do equipamento e do serviço envolvidos. E convergem na destreza no uso que envolve a importância dessa educação e letramento digital, além da habilidade e competência da escolha de informações disponíveis inclusive nos hipertextos que, segundo os mesmos autores “traz uma complexidade ainda maior à prática letrada” uma vez que:

³¹ STEWART, A. **Social Inclusion**: an Introduction. Em ASKONAS P. e STEWART A. *Social Inclusion: Possibilities and Tension*. Houndmills: Macmillan. pp.1-19, 2000.

Se o problema do acesso físico é minimizado pela superação das barreiras da distância proporcionada pelas TICs, outras distâncias, especialmente relacionadas às habilidades digitais e de acesso às tecnologias, são construídas (GHEZZI *et al.*, 2019, p. 25).

Ainda aqui, é salutar também destacar como o processo de educação para a utilização das ferramentas de Tecnologia de Informação e Comunicação permitem inserção em novos cenários, bem como a utilização do conhecimento adquirido em prol da persecução de benefícios coletivos. Uma vez que, conforme abordado por Silveira (2004, p. 07) essa transmissão e disseminação do conhecimento tecnológico viabiliza um fortalecimento da inteligência coletiva local. Este autor ainda aborda uma relação de poder na sociedade ao deter e gerar esse conhecimento, pois, “evitar a submissão e o aprisionamento pela inteligência monopolista e redutora das possibilidades de equalização social e de melhoria econômica dos povos” (SILVEIRA, 2004, p.7).

Neste sentido, no qual há uma convergência da importância da educação tecnológica, utilização do conhecimento e da informação resultando em benefícios coletivos, Castells (2013, p. 22) escreve também sobre a autonomia ao ator social, agindo individual ou coletivamente pela relação da autocomunicação de massa e utilização de plataforma tecnológica. E assim permitindo retornos positivos para a sociedade por meio dessa utilização e conhecimento. Nesta mesma ideia, tem, ainda, Morgan (2006, p. 129) acrescentando, a importância das inovações em questões locais relacionadas às necessidades dos indivíduos, inclusive para aumentar o aprendizado.

Acresce a isso que nas alterações da Administração Pública se torna imperativo considerar a inclusão digital do cidadão alijado deste ambiente atualmente. Ainda mais considerando a tônica da democracia participativa nesta era digital. Mesmo com a utilização do governo eletrônico tem-se que a utilização da internet, que “como todas as tecnologias, encarna a cultura material, é uma plataforma privilegiada para a construção social da autonomia” (CASTELLS, 2013, p. 198).

Assim, o cerne desta subseção foi abordar que a educação tecnológica é, conforme Silveira (2007, p. 28), “mergulhar na fronteira virtual”, na alfabetização tecnológica numa era da informação e proporcionar conhecimentos abertos, contínuos e inclusivos para pessoas de

diversas camadas sociais. Este conhecimento adquirido relaciona-se ao contexto e objetivos sejam estes pessoais ou coletivos. Ademais, segundo Vieira *et al.* (2019, p. 51), os conceitos de tecnologia e inovação estão relacionados às necessidades humanas e às potencialidades, isso tendo em mente as possibilidades para a inclusão social bem como a possibilidade de proporcionar a ampliação da cidadania nas comunidades nessa busca de conhecimento e informação.

Portanto os aspectos da educação tecnológicos que serão tratados nesta pesquisa, especialmente na análise dos dados coletados na entrevista, é permitir verificar que esses aspectos não são somente no contexto da aprendizagem da utilização da ferramenta e seus softwares de tecnologia de informação e comunicação. É discutir como a utilização das ferramentas orientada e assistida, pode trazer retornos sociais. Seja na busca e compartilhamento de informação e conhecimento.

Dito isso, ainda não se pode desconsiderar o fator humano neste contexto, uma vez que:

As nações que avançaram ao longo do tempo deram especial atenção às pessoas, à sua educação e à ciência e tecnologia, mesmo em tempos difíceis. Investir sistematicamente em gente, na geração de conhecimento e em tecnologia é o que torna uma nação mais rica (ARBIX; MIRANDA, 2015, p. 22).

2.4- Inovação Social na Governança Participativa

“Inovação para além da tecnologia”

Tema do XVI Congresso da Associação Latino-Iberoamericana de Gestão de Tecnologia (ALTEC)

Nesta seção propõe-se abordar a Inovação Social considerando sua relação com governança participativa. Neste viés de estudo corroborando Lopes *et al.* (2015, p. 02) ao se considerar que há inovações as quais trazem à tona aspectos sociais para o cerne do debate, mesmo que envolvam tecnologia. Embora a inovação, e, em particular a Inovação Social, sejam cada vez mais abordada pela literatura da gestão seja por meio de estruturas

organizacionais, redes, ou parceiros como organizações não governamentais, é salutar verificar o que se encontra na teoria, o que ocorre na prática (FERREIRA, 2012). E neste estudo de caso da governança participativa no CONEPIR:

a inovação social possui como dimensão chave as respostas encontradas para resolver problemas ou necessidades de pessoas vulneráveis, indo ao encontro às suas aspirações e aproveitando oportunidades, que se refletem em alterações na qualidade de vida e das relações sociais (LOPES *et al.*, 2015, p. 03).

O motor do desenvolvimento econômico e social dos países mais bem-sucedidos, em termos de bem-estar social e participação no mercado global, tem sido a inovação e todo o conhecimento gerados em um país para produzi-los (FREEMAN, 1997). Apesar de que não existe apenas uma causa motora do desenvolvimento econômico e social. E, assim, não se pode desconsiderar outros elementos como políticas públicas, as condições pré-existentes em termos de educação, saúde, energia etc. Inclusive, por meio de políticas públicas foi que a inovação tecnológica ganhou força; e tem-se o modelo triple Helix refletindo a realidade e não o contrário.

Na abordagem de Mulgan e Albury (2003), as inovações no primeiro setor envolvem a criação e a consecução de novos processos, produtos, serviços e métodos de execução governamentais. E podem resultar em melhorias na eficiência, na efetividade e na qualidade das entregas. Mas independente do grau de abrangência e do tipo de inovação adotada, os departamentos de governo têm a responsabilidade de definir a política de inovação adequada à sua estratégia e ao processo de decisão política. Isso seja para aumentar a capacidade de respostas dos serviços às necessidades locais e individuais, seja para acompanhar as necessidades e expectativas do público.

Ainda com destaque da inovação no setor público, e possíveis alterações gestionárias, Motta (1997) estabeleceu cinco paradigmas neste ambiente que são mudanças como compromisso ideológico, mudanças como necessidade ambiental, mudanças como releitura crítica da realidade, mudanças como intencionalidade social, e mudança como processo de transformação do indivíduo, pontuados na figura que segue. Não obstante, este autor também escreve sobre aspectos tecnológico, político e cultural permeados por estratégias gestionárias e inovação. E a maioria desses elementos convergem com o ambiente deste estudo de caso.

Para Arbix e Miranda (2015) a inovação é um fenômeno que culmina na implementação de novos produtos e processos. E com reflexos dela no estado da arte e vantagens competitivas para a sobrevivência e posicionamento de um negócio, haja vista a rapidez das mudanças observadas.

Neste sentido:

é importante abrir espaço para a pesquisa autônoma e independente, aplicada ou não, é essencial abrir espaço para a inovação. Além da inovação de produtos e processos, o que ocorre regularmente nas grandes empresas que atuam na fronteira dos mercados competitivos- em áreas como petróleo e gás, siderurgia, fármacos e computação-, existe toda uma literatura recente focada na inovação tecnológica que se dá no dia a dia, seja nas casas, seja em pequenas empresas. E essas tendem a passar despercebidas correndo o risco de serem sufocadas se toda a ênfase das políticas de inovação for colocada nos grandes institutos governamentais ou no financiamento subsidiado às empresas de porte (SCHWARTZMAN, 2021, p.228).

Na inovação o foco é realizar melhorias bem planejadas de modo a obter resultados também mais profundos, pois “a inovação coloca alto valor nas soluções criativas e encoraja o livre pensamento” (SLACK 2008, p. 469).

E, na literatura, vê-se outros conceitos sobre a inovação. Para este trabalho selecionou alguns autores que foram mais recorrentes na pesquisa bibliográfica. E dentre os conceitos selecionados, aqueles que mais serão utilizados aqui, devido a maior proximidade da temática estudada é de (PLONSKI, 2008) e (MANSETTO, 2004).

Quadro 1-Algumas definições de Inovação.

Definição	Autor
“A inovação diz respeito à busca, descoberta, experimentação, desenvolvimento, imitação e adoção de novos produtos, novos processos de produção e novos arranjos organizacionais.”	Dosi (1988)
“Inovar é introduzir a novidade de tal forma a deixar explícito que alguma tecnologia, habilidade ou prática organizacional se tornou obsoleta. Inovação traz a visão do progresso, carrega a conotação de virtude e do mais bem realizado “.	Motta (1999)
"inovações são alterações provocadas por mudanças na sociedade"	Mansetto (2004)
” inovação é todo e qualquer mecanismo de introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo ou social que resulte em novos produtos, processos ou serviços”	Plonski (2008)
“(…) a inovação é derivada do latim, <i>innovation</i> que se refere a uma ideia, método, ou objeto que é criado e que pouco se parece com padrões anteriores porque possui novidade em comparação ao que já existe”.	Agustinho e Garcia (2018)

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Para Etzkowitz (1997), não se pode desconsiderar que para haver a inovação há diferentes níveis e perspectivas com complexas dinâmicas. Dinâmicas estas que também são complexas e compostas por subdinâmicas como forças políticas, trajetórias tecnológicas, influência da economia, marketing, movimentos sociais e os arranjos estabelecidos.

Dowbor (2007, p. 321) ³²citado por Barbosa *et al.* (2019, p. 51) aborda a Inovação Social que:

deu-se pela necessidade de se ampliar as análises de outros tipos de inovação, diante do fato de o crescimento econômico resultante do desenvolvimento científico das inovações tecnológicas não ter sido suficiente para que antigos problemas sociais fossem resolvidos, quando

³² DOWBOR, L. **Inovação Social e Sustentabilidade**. In: FARFUS, Daniele et al. Inovação Social. Curitiba: SESI/SENAI/IEL/UNINDUS, v. 2., 2007

considerada a garantia da qualidade de vida da população como um todo, haja vista a exclusão social.

E o que é a Inovação Social?

a inovação social é uma nova resposta a uma situação social considerada insatisfatória, ou a uma necessidade ou aspiração social, que pode se manifestar em todos os setores da sociedade. Ela diz respeito ao bem-estar dos indivíduos ou das comunidades e significa a passagem para algo melhor, como uma sociedade mais democrática, mais sustentável etc. Pode ser processual, quando, por exemplo, resulta da cooperação entre diversos atores, num processo coletivo de aprendizagem e criação de conhecimento. Mas pode também ser organizacional, inter organizacional, institucional e relacionada à governança (GENTIL *et al.*, 2019, p. 515).

Na figura que segue há definições de Inovação Social de autores de diversos locais e épocas. E, dentre as definições apresentadas nessa figura, considera-se as definições de Mulgan (2006b, p.8) e de Dawson e Daniel (2010, p.10) aquelas que alinham com o local e objeto deste estudo de caso.

Figura 2- Quadro 04 :Conceitos de Inovação Social.

AUTORES ⁴	DEFINIÇÃO
Chambon <i>et al.</i> (1982, p. 8)	"Práticas mais ou menos direcionadas a um indivíduo ou um grupo, tendo em vista uma necessidade social ou um conjunto de necessidades sociais, que não estão satisfeitos".
Crozier e Friedberg (1993, p. 19)	"Um processo de criação coletiva em que os membros de uma determinada unidade coletiva aprendem, inventam e expõem novas regras para o jogo social de colaboração e de conflito ou, em uma palavra, uma nova prática social, e, neste processo, adquirem as habilidades cognitivas, racionais e organizacionais necessárias".
Mumford (2002, p. 253)	"A geração e implementação de novas ideias sobre relações sociais e organização social".
<i>Centre de Recherche sur les Innovations Sociales – CRISES</i> (2004)	"Novas formas organizacionais e institucionais, novas maneiras de fazer as coisas, novas práticas sociais, novos mecanismos, novas abordagens e novos conceitos que dão origem a resultados concretos e melhorias".
Goldenberg (2004, p. 1)	"É o desenvolvimento e aplicação de atividades novas ou melhoradas, iniciativas, serviços, processos ou produtos concebidos para enfrentar os desafios sociais e econômicos enfrentados por indivíduos e comunidades".
Neamtan e Downing (2005, p. 12)	"Refere-se a novas formas de relações sociais, incluindo as inovações institucionais e organizacionais, novas formas de produção e consumo e novas relações entre o desenvolvimento econômico e social".
Moulaert e Nussbaumer (2005, p. 2071)	"A nível local, assenta em dois pilares: inovação institucional (inovação nas relações sociais, as inovações em matéria de governança, incluindo a dinâmica de capacitação) e inovação no sentido da economia, ou seja, social, a satisfação de diversas necessidades das comunidades locais".
Mulgan (2006b, p. 8)	Refere-se às atividades e serviços inovadores que são motivados pelo objetivo de uma necessidade social e que são predominantemente difundidas através de organizações cujos fins principais são sociais.
Heiskala (2007, p. 59)	Inovações sociais são as alterações nas estruturas culturais, normativas ou reguladoras da sociedade que aumentam seus recursos de poder coletivo e melhora o seu desempenho econômico e social.
Phills <i>et al.</i> (2008, p. 34)	Solução inovadora para um problema social que é mais eficaz, eficiente, sustentável que as soluções existentes, e para o qual o valor criado volta-se principalmente para a sociedade como um todo, em vez de particulares.
<i>Zentrum für Soziale Innovation</i> (2008, p. 2)	"São novos conceitos e medidas para resolver os desafios sociais que são aceitos e utilizados pelos grupos sociais afetados".
Cahill (2010, p. 259)	"É uma iniciativa, produto, processo ou programa que muda profundamente as rotinas básicas, recursos e fluxo de autoridade ou crenças de qualquer sistema social (por exemplo, indivíduos, organizações, bairros, comunidades, sociedades inteiras)".
Andrew e Klein (2010, p. 22–23)	Envolve o desejo de fazer as coisas de maneira diferente, a pensar em termos de transformações para as instituições e práticas sociais. Requer aprendizagem e capacidade institucional para aprender.
Dawson e Daniel (2010, p. 10)	Pode ser genericamente descrita como o desenvolvimento de novos conceitos, estratégias e ferramentas que suportam grupos na realização do objetivo de melhoria do bem-estar. Diz respeito a como resolver os desafios sociais e atingir as metas sociais para melhorar a bem-estar social.
Hubert (2010, p. 7)	São inovações que são sociais em seus fins e em seus meios. São novas ideias (produtos, serviços e modelos) que atendam simultaneamente as necessidades sociais (de forma mais eficaz do que as alternativas) e cria novas relações sociais ou colaborações. São inovações que não são apenas boas para a sociedade, mas também melhoram a sua capacidade de ação.

Fonte: Lopes *et al.* (2015, p. 11).

No Brasil ainda não há uma expressividade quantitativa de estudos publicados sobre o assunto como há no Canadá, Estados Unidos, França. Apesar disso, foi possível realizar uma leitura e pesquisas a artigos mais recentes de alguns autores e estudiosos brasileiros e

portuguesa sobre a Inovação Social tais como Parente (2014), Lopes *et al.* (2015), Vieira *et al.* (2019) e Barbosa e Parente (2019), que são muito citados neste trabalho.

Importa destacar, conforme a figura síntese seguinte, que algumas diferenças conceituais sobre Inovação Social são verificadas na segmentação em autores Neo-Schumpeterianos e Institucionalistas. Observa-se que a corrente Neo-Schumpeteriana cujos autores representativos são Mulgan, Murray e Caulier-Grice há uma epistemologia e paradigma de inspiração no utilitarismo/racionalismo. Ademais, há como definição de inovação social a busca por uma nova ideia para atender uma demanda social. Dentre outras características abordadas por essa vertente verifica-se a existência empreendedor social e organização. Já para a vertente institucionalista ou da regulação, vertente essa que mais se aproxima com o ambiente deste estudo de caso, os autores mais citados são Lévesque, Klein, Harrison, Bouchard e Moulaert. E há na epistemologia e paradigma de inspiração a dialética do Neomarxismo, com a existência de novos movimentos sociais. Como definição de Inovação Social essa vertente aborda a mudança nos padrões culturais e institucionais.

Figura 3-Síntese das vertentes teóricas dominantes no campo da Inovação Social.

Vertentes	Neo-shumpeteriana	Institucionalista ou da regulação
Autores representativos	Geoff Mulgan, Robin Murray e Julie Caulier-Grice	Benoit Lévesque Juan-Luis Klein Denis Harrison Marie-Bouchard Frank Moulaert
Epistemologia e paradigma de inspiração	Utilitarismo/ Racionalismo Ênfase no agente e no seu potencial de ação	Dialética/Neomarxismo/ Novos Movimentos Sociais Foco nas transformações nos modelos de desenvolvimento
O que é inovação social	Nova ideia que funciona e atende uma demanda social	Mudança nos padrões culturais e institucionais
Como ocorre a inovação social	Por meio de ciclos que envolvem: diagnóstico do problema, proposição de novas ideias de solução, prototipagem e teste, sustentação, difusão e mudança sistêmica.	Processo que exige colaboração e consenso entre uma pluralidade de atores e lógicas.
Estratégias e instrumentos	<i>Design thinking</i> Financiamento colaborativo Uso de métodos provenientes da gestão, das artes e do design Promoção da criatividade em atendimento a necessidades sociais	Fortalecimento da economia social e solidária, governança participativa, coprodução de serviços, coconstrução de políticas públicas
Sujeitos principais	Empreendedor social Organizações	Organizações Instituições Redes
Inovação social e mudança social	Mudança social como consequência do ciclo de inovação social	Mudança social como transformação nos modos de produção e consumo e nos modelos de desenvolvimento

Fonte: Andion et al. (2017, p. 378)

As informações e metodologia apresentadas na figura anterior alinha com os estudos apresentados por Vieira *et al.* (2019, p. 53) pois verifica-se essas diferenças conceituais. E essas diferenças estão desde o conceito, perpassando pelas estratégias, modo como ocorre e principais sujeitos. Ou seja, na primeira vertente há foco na produção da inovação por meio dos processos organizacionais e sociais e isso envolve fatores como estruturas, indivíduos, contextos ambientais e fatores sociais e econômicos. Já na segunda vertente os estudos têm a Inovação Social como resultado e é verificada a partir das fontes e consequências econômicas, por meio de novos produtos, recursos e métodos de produção.

Ainda segundo os autores Vieira *et al.* (2019) pode haver mais segmentações do processo de Inovação Social. Mas que, no fim, em Parente (2014) possivelmente são relacionados a modelos de intervenção ou gestão considerando processos ou produtos.

Outro ponto destacado são os critérios para avaliar a Inovação Social e seus impactos tais como a escalabilidade que pode ser número de pessoas e área geográfica abrangida, alcance, ressonância entre outros; conforme a citação que segue e que serão aplicados na análise do conteúdo deste trabalho:

A escala relaciona-se ao número de pessoas e área geográfica abrangida. O alcance, à multiplicidade de dimensões sociais abrangidas pelos processos, que se correlacionam e resultam em melhorias inter-relacionadas. A ressonância refere-se à intensidade com que as práticas ou processos da inovação social passam a integrar-se nas estruturas mentais e nas práticas sociais, promovendo uma reinterpretação e uma apropriação que favoreça a sua reprodução. Muitos autores definem este último indicador como replicabilidade, quando há replicação da inovação de um contexto a outros (NILSSON 2003 *apud* VIEIRA *et al.*, 2019, p. 54).³³

Apesar de Simms (2006)³⁴ escrever que o conceito de Inovação Social é tão antigo quanto a humanidade, ela tem sido estudada mais recentemente. Analisando esta cronologia da Inovação Social e o contexto político, por meio da metodologia de pesquisa chamada “bola de neve”, foi possível consultar outros estudos referenciados nos trabalhos lidos, e realizar uma breve retomada histórica sobre a Inovação Social. E em Cajaiba-Santana (2014), Lopes *et al.* (2015), e Domanski *et al.* (2016) há informações que apresentam o início de trabalhos e utilização da Inovação Social nos Estados Unidos quando analisaram o desenvolvimento comunitário em Topeka, Kansas. Mas há registros da utilização inicial do termo em Paris, Canadá e Berlim. E isso, a utilização do termo, com o intuito de descrever diferentes tipos de ações coletivas, bem como promovendo alterações sociais.

Ainda nesta busca histórica, lê-se nos autores sobre o pioneirismo da temática em Quebec que, posteriormente, foi estudada e seguida por demais países como a Suécia os quais

³³ NILSSON, W. O. **Social Innovation**: an exploration of the literature. McGill University. 2003.

³⁴ SIMMS, J.R. **Technical and social innovation determinants of behaviour**, *Syst. Res. Behav. Sci.* 23 (2006) 383–393.

tiveram as políticas canadenses com práticas de Inovação Social como exemplos adotados. Os documentos basilares para a contextualização histórica também pontuam práticas de Inovação Social na gestão do ex-presidente Obama nos Estados Unidos (20/1/2009-20/1/2017), inclusive com criação de fundos, ex.: *US Social Innovation Fund; além da Social Innovation within the Europe 2020 Flagship Initiative "The Innovation Union"*³⁵ (RÜEDE; LURTZ, 2012, p. 02)³⁶.

Apesar de os quadros com definições anteriores esgotarem as necessidades para este trabalho, é importante pontuar, aqui, que conforme André e Abreu (2007)³⁷ citado por Juliani *et al.* (2014, p. 05) a Inovação Social “ao lado do objetivo de satisfazer as necessidades sociais, está o de promover a inclusão social, o de capacitar e empoderar os atores envolvidos”. Ou ainda, segundo Lopes *et al.* (2015), em um primeiro momento, as noções de Inovação Social estavam associadas às ações da sociedade civil ou do chamado terceiro setor. Porém, posteriormente, foram incorporadas por iniciativas oriundas do setor público e, também, de algumas empresas mercantis. Então, pode-se compreender a Inovação Social considerando três níveis de análise interdependentes pelo grau de relação que são atores, organizacional e institucional conforme abordado por Correia *et al.* (2018) ao citar (LEVÉSQUE, 2002)³⁸. E esse autor ainda apresentar a Inovação Social como uma nova configuração do capitalismo.

³⁵ “ Fundo de Inovação Social dos EUA, A inovação social no âmbito da iniciativa emblemática Europa 2020 "A União da Inovação”. (Tradução nossa).

³⁶ RÜEDE, Dominik; LURTZ, Kathrin. (2012); Mapping the various meanings of social innovation: X CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO 08 e 09 de agosto de 2014 20 Towards a differentiated understanding of an emerging concept. EBS Business School Research Paper, n. 12-03.

³⁷ ANDRÉ, I; ABREU, A. (2007); Dimensões e espaços da inovação social. Finisterra: **Revista portuguesa de geografia**, v. 41, n. 81, p. 121-141.

³⁸ LÉVESQUE, B. Les entreprises d'économie sociale, plus porteuses d'innovations sociales que les autres? In: COLLOQUE DU CQRS AU CONGRES DE L'ACFAS, 2001, Montreal, **Cahiers du CRISES**, v. 0205, 2002

Figura 4-Níveis de análise da Inovação Social.

NÍVEIS DE ANÁLISE DA INOVAÇÃO SOCIAL		
ATORES	ORGANIZACIONAL	INSTITUCIONAL
<ul style="list-style-type: none"> . Formas de cooperação e geração de aprendizagem . Novos atores sociais . Novos papéis sociais . Grau de inclusão de usuários beneficiados 	<ul style="list-style-type: none"> . Novas formas de divisão e coordenação do trabalho . Novas configurações organizacionais . Formas de utilização dos recursos . Grau de participação dos atores 	<ul style="list-style-type: none"> . Relação intersetorial . Grau de valor social . Universalização dos direitos

Fonte: Correia *et al.* (2018).

Nota: Print da figura original. Está ausente parte da coluna superior à direita.

Neste cenário, é importante pontuar que Inovação Social e inovação gerencial não possuem a mesma definição. Mas também elas não são conflitantes. Assim, para deixar cristalino salienta-se que, na inovação gerencial envolve novas práticas, processo ou estrutura de gestão; novos métodos e meios de coordenar, avaliar e planejar processos administrativos e sistemas da organização (CHANDLER 1997, DAMANPOR e ARANVIND, 2011).

Ressalta-se, também, que nem todo processo de mudança social realizado é necessariamente uma Inovação Social. Deve-se observar que a Inovação Social tem como característica a novidade e a ação intencional orientada para atingir o resultado desejado. Andion (2017, p. 381) ainda aborda que a Inovação Social não surge sem que haja a “trajetória longa de configuração dos problemas públicos que se constrói em diferentes arenas públicas (seja na mídia, na ciência, na política ou no campo das regras jurídicas”. Ainda aqui, a autora aborda constructos importantes considerando a ideia da Inovação Social e qualidade de vida citando Pol e Ville (2009, p.881), uma vez que para esses “uma inovação é chamada de Inovação Social se a nova ideia implícita tem o potencial para melhorar a qualidade ou a quantidade de vida”. Então, considera elementos denominados de “macro qualidade” que abarcam bem-estar material, oportunidades de educação (incluindo a qualidade do ensino e práticas de aprendizagem), domínio da saúde, segurança no trabalho, vida familiar, a vida da comunidade, meio ambiente (clima e geografia), a liberdade política, a estabilidade política e

de segurança e, a igualdade de gênero que proporcionam mudança social. Apesar de apontamentos em diversos recortes, não se leu sobre igualdade racial neste trecho dos autores.

Ainda sobre a Inovação Social, Drucker (1987, p.29) escreveu o quanto que superestimamos o papel da ciência e tecnologia como catalizadores de mudança em detrimento a um vetor particular de mudança social: a Inovação Social. Mas afinal, quais as características da Inovação Social face, também, as inovações tecnológicas?

Figura 5- Características de Inovação tecnológica e social.

Tipo de inovação Características	Inovação tecnológica	Inovação social
Valor	É apropriado pelo indivíduo ou organização	É criado e compartilhado
Estratégia	Busca de vantagens competitivas	Cooperar para resolver questões sociais de forma duradoura e com impacto
Lócus	Centrada na empresa com altos investimentos em Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) para a criação de produtos e obtenção de diferenciação no mercado	Voltada para ações comunitárias, muitas vezes com recursos escassos e esforços pequenos e locais
Processo	De dentro para fora, através de etapas sequenciais definidas e controladas por ferramentas específicas de gestão	Pela participação dos envolvidos durante todo o projeto. É uma construção social de geração de soluções dependente da trajetória. Aprendizagem coletiva
Difusão do conhecimento	Mecanismos de proteção intelectual procuram impedir que uma ideia ou tecnologia venha a ser copiada e utilizada por concorrentes	Mecanismos de difusão (redes, fóruns, centros e etc.) favorecem a replicação e a expansão dos resultados a outras comunidades

Fonte: Ferrarini (2016, p. 45) a partir de Bignetti (2011)³⁹

³⁹ BIGNETTI, L. P.; **As inovações sociais**: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. Ciências Sociais Unisinos 47(1):3-14, janeiro/abril 2011.

Com relação aos aspectos tecnológicos, é possível compreender que a tecnologia permanece como um recurso relevante na composição dos conceitos de inovação gerencial e Inovação Social. A inovação tecnológica pode ser vista, por exemplo, como requisito, como fator facilitador ou como promotor das inovações gerenciais e sociais. Ao mesmo tempo, ambas podem estimular a criação de novas tecnologias que permitam inovar nos aspectos sociais, seja no interior das organizações, seja na sociedade de modo geral. A Inovação Social impõe uma reflexão sobre os objetivos a que se prestam a inovação tecnológica, tendo em vista os impactos resultantes de sua implementação (LOPES et.al, 2015).⁴⁰

Com isso em mente, em PARENTE (2014):

qualquer prática de inovação social implica um modelo de gestão que é responsável pela oferta de tais produtos e serviços novos, pelas relações estabelecidas com os diferentes *stakeholders*, pelo processo de funcionamento interno e pelas estruturas organizacionais que tornam a inovação social possível.

Assim:

[...] inovações sociais encontram terreno fértil quando há colaborações intensivas com autoridades locais, organizações não governamentais, organizações comunitárias, empresas e instituições educacionais. Estas colaborações permitem a cocriação de projetos, práticas e novos modos de organização de governança participativa, além de contribuir para a formação da identidade local e para o intercâmbio local de conhecimentos e habilidades. Além da conectividade local, também é destaca a importância de conectividade trans local ou transnacional por meio de federações, plataformas ou movimentos internacionais. Essas redes contribuem para o desenvolvimento de uma massa crítica para práticas alternativas, para a

⁴⁰ Durante a pesquisa de aspectos tecnológicos com recorte na inovação social, o termo Tecnologia Social foi verificado. E segundo definição é “um conjunto de técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e(ou) aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida” (ITS BRASIL, 2004). Como exemplos leu-se soro caseiro, cisternas de placa de PVC. E, apesar desse conceito conectar com o local/ambiente desta pesquisa, um estudo mais robusto sobre isso poderá ser um tema para pesquisas futuras. Inclusive, aqui, analisando se a Tecnologia Social é uma vertente da Inovação social que pode ser no âmbito de processo ou produto segundo Parente (2014) ou ainda numa análise socioeconômica se é uma compensação para os excessos do capitalismo.

construção da voz política trans local e para a troca de conhecimentos (PEL et al. 2018 *apud* VIEIRA et al., 2019 p. 56).⁴¹

Apesar do fato de que a maior utilização das ferramentas de Tecnologias da Informação e Comunicação ter sido adotada por vários órgãos e setores, inclusive público, a proposta deste estudo de caso é verificar essa maior utilização destas ferramentas em um ambiente de participação social cujo público-alvo, além de deitar raízes em povos tradicionais, também, muitas vezes, estão nas franjas sociais. E, considerando a importância da troca de informações e comunicação socializada e os processos de construção simbólica disso, podem, segundo Castells (2013, p. 21), ser potencializadas pelas transformações da tecnologia da comunicação na era digital e difusão nas redes de comunicação multimídia. Logo novas “ideias (produtos, serviços e modelos) que simultaneamente vão ao encontro de necessidades sociais (de forma mais eficaz que as alternativas), criam novas relações sociais ou colaborações” (MULGAN, 2010, p. 56).

Estes recortes se justificam pelo reconhecimento, principalmente por alguns estudiosos e lideranças políticas, apesar de se “observar em alguns o discurso político midiático” Parente, Quintão (2014, p.01), pois compreende-se que há uma expressiva e perversa desigualdade social (que no Brasil assola, sobremaneira, pessoas com similaridade ao público-alvo do CONEPIR, que muito estiveram à margem e lançados à própria má sorte) cujos efeitos são perceptíveis na sociedade. Ademais, as redes⁴² de relações, jogos de interesses são expressivos para a elevação da performance e busca de inovação e abertura nas organizações Vieira et al., (2019) e ainda “incentivando inovação social através de novas formas de tecnologias e promovendo accountability (ética e transparência na prestação de contas)” (CASTILHOS-SILVA, 2020, p. 03).

⁴¹ PEL, B. et al. *Unpacking the Social Innovation Ecosystem: a typology of empowering network constellations*. In: 10TH INTERNATIONAL SOCIAL INNOVATION RESEARCH CONFERENCE SEPTEMBER 3RD - 5TH 2018, Heidelberg (GER). **Anais** 2018.

⁴² “Norbert Elias foi um dos primeiros teóricos da sociologia a pensar a problemática da sociedade em termos de redes” (ODDONE, 2007, p. 113).

3. METODOLOGIA

Este trabalho tem como autores metodológicos norteadores Borges *et al.* (2020), Creswell (2010) e Yin (2001) cuja obra deste último é especificamente para estudo de caso como procedimento metodológico, conforme ocorre aqui. E este estudo de caso será explicativo, uma vez que busca verificar como a maior utilização de ferramentas de Tecnologia de Informação e Comunicação altera a governança participativa em um colegiado no qual o público apresenta um recorte específico como o CONEPIR (segmentos étnicos minoritários com ênfase na população negra, indígena, ciganas). Quanto à coleta de dados utilizou-se de entrevistas (dados primários); pesquisa documental a materiais que não receberam tratamento científico (dados secundários) e revisão de literatura.

Pontua-se que a pesquisa é qualitativa com uma abordagem interpretativista, uma vez que “o pesquisador deve aprender como os participantes atribuem significado ao problema e as questões referentes ao fenômeno estudado” (Borges *et al.* 2020, p. 79). E, ainda nesta forma de análise, a pesquisa qualitativa “investiga questões que exigem conhecimento de como as experiências sociais são criadas, ou seja, como os significados são atribuídos e como as representações da realidade são produzidas” (BORGES *et al.* 2020, p. 79).

Cabe ponderar que numa pesquisa qualitativa outras questões e fases do processo de investigação podem emergir à medida que ocorre o trabalho, daí, segundo os autores citados anteriormente, a pesquisa qualitativa também ser conhecida como “projeto emergente”. E ao “ler um documento, realizar uma entrevista ou até mesmo ler um artigo acadêmico publicado recentemente, você pode se dar conta sobre a necessidade de explorar outros pontos, além daqueles que havia previsto inicialmente” (BORGES *et al.* 2020, p. 80). Porém, como os autores ponderam, não se deve desviar dos objetivos da pesquisa. E, como ilustração de tal situação, isso ocorreu neste trabalho quando se percebeu a necessidade de pesquisar sobre educação tecnológica e escrever uma subseção sobre isso.

Quadro 2-Metodologia e estratégia utilizada

Metodologia	Estratégia utilizada
Abordagem	Qualitativa
Caracterização	Explicativa
Procedimento metodológico	Estudo de Caso Simples ou Único.
Coleta e análise de dados	Entrevistas (análise de discurso), documentais/dados secundários (interpretação), revisão da literatura (categorias de análise).

Fonte: Elaboração própria, 2021.

3.1- Metodologia 1ª Parte.

3.1.1- Procedimento metodológico

Nesta dissertação propõe-se a realização de um estudo de caso, que segundo Yin (2001, p. 32) “é uma investigação empírica de um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real”. E segundo este autor constitui-se de uma das metodologias de se realizar uma pesquisa em diversas áreas de estudos organizacionais e gerenciais como a Administração Pública, inclusive para pesquisar os vínculos causais dos fenômenos estudados. Ressalta-se, também, que utilizará o estudo de caso simples e não múltiplo. Pois, assim, “tem como foco o aprofundamento de um fenômeno em um único ambiente” (BORGES *et al.*, 2020, p. 81). Ademais, ainda segundo esses mesmos autores (BORGES *et al.*, 2020, p. 84) “O estudo de caso simples foca em situações acentuadas, extremas, raras para descrever e explicar a situação ou problema pesquisado”.

Pontua-se, ainda, amparada na literatura sobre metodologia anteriormente citada, que no estudo de caso simples fatores verificados no ambiente pesquisado não são igualmente válidos para outros ambientes. Ressalta-se que, apesar da coordenação do local delimitado para essa pesquisa -Coordenação da Casa de Direitos Humanos- abrigar outros conselhos de direitos por ela geridos a saber: Conselho Estadual da Mulher (CEM), Conselho Estadual do Idoso (CEI), Conselho Estadual da Criança (CEDCA), Conselho Estadual do Adolescente

(CEJUVE) e Conselho da Pessoa com Deficiência (CONPED), Conselho de Direitos Humanos (CONEDH) cujas pautas dialogam; a realidade expressa neste trabalho cabe somente ao Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial de Minas Gerais (CONEPIR). E seguirá como foco o aprofundamento de um fenômeno em um único ambiente, pois observa-se que “não é possível fazer generalizações de resultados. Ou seja, os resultados obtidos nesse tipo de pesquisa não permitem dizer que o que é válido naquele contexto é igualmente válido para outras organizações, por exemplo” (BORGES *et al.*, 2020, p. 75).

Porém, conforme pontuado nas seções finais deste trabalho, deixa a sugestão de pesquisa para trabalhos posteriores a maior utilização de ferramenta de TIC e a Inovação Social nos colegiados citados anteriormente. E assim, pesquisando novos contextos, gargalos, e públicos envolvidos.

3.1.2- Caracterização e abordagem

O estudo de caso permite adentrar no campo de discussões detalhadas sobre os componentes a serem estudados, cujo objetivo da pesquisa pode ser exploratório, descritivo ou explicativo. E, aqui, o objetivo é explicativo uma vez que, como exposto anteriormente, busca-se “investigar como um fator influencia o outro” (BORGES *et al.*, 2020, p. 72). Ou seja, saber como a “maior utilização de ferramentas de Tecnologia de Informação e Comunicação” influencia na “governança participativa” para o público do colegiado do CONEPIR (segmentos étnicos minoritários com ênfase na população negra, indígena, ciganas). Ademais verificará a existência da Inovação Social a partir dessa prática nos processos de participação.

Utilizando-se da diversidade de possibilidades da coleta de dados que esta metodologia, estudo de caso, proporciona realizou-se, neste trabalho, uma revisão de literatura sobre Governança Participativa, Tecnologia de Informação e Comunicação, Inovação Social voltados para a abordagem sociotécnica, pois abarca o interesse organizacional concomitantemente com as demandas sociais. Isso foi possível valendo-se das categorias de

análise, uma vez que “as categorias de análise são os principais conceitos identificados na revisão da literatura que guiam a coleta e análise de dados” (BORGES *et al.*, 2020, p. 83).

Quadro 3- Categorias de análise por temática

Categoria	Conteúdo
Governança Participativa	Nesta categoria realiza-se pesquisa às referências bibliográficas que abarquem a gestão no primeiro setor, com foco na governança participativa em conselhos de direitos. E assim, fará parte da análise os fatores que conferem o grau de institucionalização dos conselhos pontuando elementos como: tempo de existência das instituições, existência de estrutura organizacional, frequência de plenárias obrigatórias. E, ainda o potencial inclusivo e grau de democratização com o recorte da: composição, pluralidade dos segmentos, processo decisório, presença de comissões, previsão de conferências.
Tecnologia da Informação e Comunicação na Governança Participativa	Aqui, tem por objetivo a coleta de informações em referências bibliográficas cujos conteúdos são sobre a utilização das ferramentas de Tecnologia de Informação e Comunicação numa abordagem sociotécnica. Assim, terá a perspectiva da aplicabilidade dessas ferramentas de TICs para o público e contexto considerado, e não a perspectiva do detalhamento operativo ou da composição da ferramenta. Essa aplicabilidade permite alterações da participação social e da gestão envolvida.
Inovação Social	Essa categoria de análise tem como objetivo abordar a inovação para além da tecnologia. E, assim, traz na seção a Inovação Social e sua importância para a sociedade. Principalmente para públicos específicos e/ou que estão nas franjas sociais.
Educação tecnológica e sociedade	Nesta seção busca a abordagem na literatura sobre a educação tecnológica. Aqui, considera-se que não basta apenas a adoção de ferramentas tecnológicas, é importante a transferência de conhecimento na utilização das ferramentas de TICs para práticas sociais com retornos coletivos (e individuais) de participação, inclusão e busca por equidade.

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Assim, alguns autores e correntes serão norteadores e muito citados no referencial teórico para cada seção. Inicialmente, pensou-se em seguir um autor basilar para cada

temática abordada nestas seções. Entretanto, ao longo das leituras, no decorrer do desenvolvimento da pesquisa e seguindo orientações recebidas, esta proposta foi desconsiderada. Então, adotou-se a busca por autores cujos trabalhos e pesquisa confluem com o tema deste estudo de caso. Assim apesar de revisitar os autores clássicos como Habermas, Schumpeter, Drucker, ou contemporâneos Castells, Etzkowitz, Levy, Tidd buscou-se compreender e aprofundar nos estudos de outros pesquisadores ou autores de relevância e distinção nos trabalhos como Avritzer, Warschauer, Gomes, Parente, Barbosa.

Quadro 4-Autores recorrentes por seção.

Seção	Autores recorrentes
Estado e sociedade considerando a participação social	Avritzer (2013), Castells (2013), Gomes (2017), Pinto et.al (2019), Schwartzman (2021)
A Tecnologia da Informação e Comunicação na Governança Participativa	Warschauer (2006), Castells (2013), Schumpeter (2017), Mazzucato (2014), Tidd (2015)
Educação tecnológica e sociedade	Warschauer (2006), Silveira (2004)
Inovação Social na Governança Participativa	Mulgan (2010), Cajaiba-Santana (2014), Lopes <i>et al.</i> (2015) Barbosa e Parente (2019)
Metodologia de Pesquisa	Yin (2001), Creswell (2010), Borges <i>et al.</i> (2020)

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Considera-se, ainda, destacar que foi elemento da metodologia a elaboração de um referencial teórico conceitual, logo para isso, conforme Borges *et al.* (2020, p. 60) houve a “revisão de literatura sobre o assunto e suporte argumentativo”. Além disso, esse modelo teórico permite correlacionar “a variável Y sofre influência das variáveis X1 e X2”. Aqui, também, haverá, o esforço de pesquisa de alinhar essa literatura com as singularidades socioculturais e econômicas do público do ambiente de pesquisa -CONEPIR- pela categoria de análise citada em parágrafos anteriores. Porém, não se trata, aqui, de uma pesquisa etnográfica, ainda mais vivenciando um contexto pandêmico no qual há necessidade de distanciamento social.

Ainda se pontua que, para a elaboração deste estudo de caso, revisitará pesquisas e trabalhos anteriores realizados. Essa estratégia está amparada na metodologia sugerida em Borges *et al.* (2020, p.45), por Terezini *et al.* in Creswell (2010, p. 94), e nas orientações acadêmicas deste estudo. Para isso, o trabalho escolhido foi da pesquisadora Gabriela Carvalho Guimarães Carneiro cujo tema é “Construção de capacidade estatal para políticas de promoção da igualdade racial: a experiência do Estado de Minas Gerais”. Isso porque além de haver um estudo qualitativo sobre a temática de promoção da igualdade racial em Minas, incluindo um breve resgate na literatura e a trajetória da institucionalidade da promoção da igualdade racial no Brasil e em Minas Gerais; a autora, Carneiro (2018), realizou, ainda, uma abordagem sobre o conselho, no período de 2009 a 2017, e pontuou a lacuna de pesquisa que é a utilização da tecnologia no colegiado.

3.1.3-Coleta de dados

A consulta a documentos, atas das reuniões plenárias, fluxos e dados secundários do CONEPIR disponíveis são importantes na análise dos processos, e para comparar o cenário anterior e posterior à maior adoção das ferramentas tecnológicas na governança participativa deste colegiado.

Inclusive na análise das convocações e atas disponíveis verificará se o conteúdo das pautas predominou o caráter finalístico ou operacional. Ainda mais se considerar o contexto vivenciado de alterações de práticas de participação no colegiado, algo que impacta na percepção do usuário/cidadão. Para realizar esta análise é necessário acesso a documentos institucionais, este acesso foi autorizado, formalmente, pelas atuais Superintendente de Diálogos Sociais da SEDESE e pela Presidente do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (CONEPIR), conforme documento no Apêndice deste trabalho.

Salienta-se que as entrevistas são semiestruturadas concedidas voluntariamente, e que permitirão realizar a análise do discurso dos(as) entrevistado(a)s. Uma vez que se elaborou um roteiro prévio de perguntas correlacionando-as às categorias de análises do referencial teórico, ao colegiado deste estudo de caso, e à pergunta de pesquisa. Além disso, as entrevistas foram gravadas, com o consentimento dos(as) entrevistado(a)s, tanto para

transcrição posterior, análise de elementos não verbais durante a entrevista e, análise do contexto, e para registro.

Os (As) entrevistado(a)s são conselheiros civis, conselheiros governamentais, gestores públicos e parceiros envolvidos na gestão e/ou participação no colegiado. A escolha dos(as) entrevistado(a)s justifica-se no:

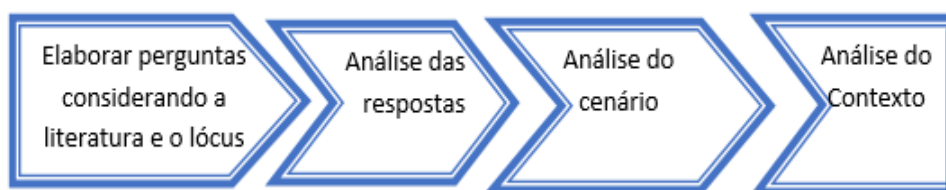
- a) tempo de exercício no colegiado. Isso permite que “o respondente descrever sua experiência” (CRESWELL, 2007, p. 102).
- b) diversidade de entrevistado(a)s representantes das cadeiras (governamental ou civil). E se for civil diversidade dos segmentos (judeu, negro, cigano, quilombola, indígena).
- c) dentre os(as) entrevistado(a)s que eram conselheiros da sociedade civil, foi importante ponderar se a pessoa realizava articulação dentro do segmento que representava (judeu, negro, cigano, quilombola, indígena), ou se era apenas uma pessoa indicada pela entidade detentora da cadeira sem atuação como liderança. Tal situação permite observar a capilaridade das informações envolvendo a participação do conselheiro. Além disso as percepções dele nas diretrizes institucionais para garantir essa participação, face as modalidades e ferramentas oferecidas; e a repercussão do trabalho do colegiado na sociedade civil.
- d) ainda considerou-se entrevistar um dos membros da mesa diretora, pois sabe-se que a criação desta estrutura interna no colegiado confere maior institucionalidade.
- e) a existência de um(a) entrevistado(a) que pertencesse a secretaria executiva do colegiado. Isso porque, além desse profissional ser a ponte entre o colegiado e a secretaria vinculada, ou seja, gestão da participação e atores da participação propriamente; esse profissional permite informações da estrutura organizacional e administrativa.

A frequência na participação das reuniões não foi um dos critérios analisados porque no regimento interno do CONEPIR já possui diretrizes⁴³ que desfaçam o vínculo do conselheiro que não possui a frequência regimentalmente estipulada

E dessa maneira, segundo Borges *et al.* (2020, p. 85) “a entrevista é a estratégia mais utilizada no estudo de caso porque costuma ser adequada para obter dados qualitativos empíricos.” Concomitantemente, na análise do discurso dessas entrevistas será salutar, também, confrontar as práticas existentes no setor para o processo de participação e os desafios aparentes para a implementação de novas práticas com maior utilização de Tecnologia de Informação e Comunicação e o contexto, e lugar de fala do entrevistado. E na análise, alguns elementos da linguagem não verbal poderão ser apontados, para compreensão do conteúdo da resposta ao cenário, contexto e situações histórico sociais. Afinal, trata-se de um conselho de direitos cujos atores e os membros também têm muita tradição na oralidade e expressividade corpórea e “as palavras ditas libertam” (EVARISTO, 2008). E a análise de discurso “aborda a linguagem em um sentido amplo, como as palavras empregadas, estrutura da língua, entonação, gesticulação, pausas, etc.,” (BORGES *et al.*, 2020, p. 91).

Para a análise das entrevistas obtidas, considera-se utilizar a seguinte sistematização:

Figura 6-Etapas da análise das entrevistas.



Fonte: Elaboração própria, 2021.

⁴³ “Será substituído o Conselheiro representante do Governo ou da Sociedade Civil que renunciar ou não comparecer a três reuniões consecutivas ou a cinco intercaladas na vigência do mandato, salvo se a ausência ocorrer por motivo de força maior, justificada por escrito ao Presidente” (MINAS GERAIS, 2021).

Já os documentos, eles foram reunidos, analisados e selecionados de acordo com sua relevância para a discussão. E, sobre a consulta aos dados secundários existentes que não receberam tratamento científico, pontua-se a leitura de um *Survey* exploratório interseccional (*cross-sections*) em formato de questionário elaborado por servidores da secretaria executiva do colegiado (setor administrativo) e que as informações foram compiladas em um documento denominado “Relatório Gerencial- Diagnóstico da participação social no Conselho Estadual de Promoção da Igualdade de Minas Gerais-CONEPIR”.

A validação desta fonte de pesquisa secundária, o Relatório Gerencial elaborado pela equipe administrativa, apesar de não tratada cientificamente, se justifica pela contribuição do conteúdo que proporciona informações para este trabalho a partir da percepção dos conselheiros. Inclusive ao confrontar informações das entrevistas e as informações no referido documento. Além disso, considerou-se este Relatório Gerencial porque no questionário que o compõe houve uma amostra válida, pois responderam-no 100% dos conselheiros do CONEPIR. E esse valor é acima da taxa de resposta requerida nas metodologias de pesquisa para essa ferramenta que pregam valores superiores a 20% como taxa de resposta. Pontua-se, ainda, que o erro de medição foi aceitável. Para analisar o erro de medição observou-se: formulação das questões, tamanho do questionário, sinceridade dos respondentes, modo de aplicação, e itens utilizados para medir a variável.

Segundo o secretário executivo, esse relatório tinha como objetivo entender e verificar os impactos da maior adoção de ferramentas tecnológicas na governança participativa do colegiado. Inclusive as informações poderiam subsidiar algumas solicitações e tomadas de decisão da gestão- compra de plataformas de reunião, mensurar a adesão dos conselheiros à plenária virtual etc. Destaca-se que as plenárias virtuais, que registraram quórum, só passaram a serem verificadas no CONEPIR a partir da Circular emitida pelo subsecretário comunicando a adoção desse formato de reunião, daí o caráter exploratório do questionário citado. Para este questionário consultado, a equipe administrativa informou que os dados foram coletados em momento específico, 08 a 28 de janeiro de 2021, o que justifica o caráter interseccional dele. Segundo informações foi considerado este período para aplicação do questionário pela equipe administrativa haja vista o tempo transcorrido após a Circular emitida pelo gestor da pasta e, também, haver quase um ano de teletrabalho, prática potencializada pelo período pandêmico de COVID-19.

Outro fato que justificou este período e momento da aplicação do questionário foi, segundo a equipe administrativa, a realização da plenária do colegiado em janeiro ser discricionária. E, geralmente, tal reunião não ocorre neste mês. Então essa equipe administrativa do CONEPIR realiza estudos e ações visando subsidiar proposição de melhorias e monitoramento de atividades.

Ainda aqui, como metodologia, considera-se verificar se no Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) da SEDESE há ações com as temáticas de promoção da Igualdade Racial, Inovação Social ou Tecnologias de Comunicação e Informação- temáticas deste trabalho.

Por fim, na coleta de dados, há, também, a observação participante, ou pesquisa ação⁴⁴ conforme as possibilidades e adaptações para se fazer isso diante das diretrizes e recomendações de distanciamento social devido ao contexto pandêmico. Marconi e Lakatos (2011) entendem que esse instrumento, observador participante, “implica a interação entre investigador e grupos sociais, (...) [coletando dados] diretamente do contexto ou situação específica do grupo” (MARCONI; LAKATOS 2011, p. 279). E a pesquisa ação, para (BORGES *et al.*, 2020, p. 76) “é caracterizada com o envolvimento do pesquisador no objeto de pesquisa. Existe uma fronteira sutil entre o pesquisador e as pessoas envolvidas no problema investigado”.

3.2 Metodologia: 2ª Parte: Execução

Verificou-se que, alguns dados contidos em documentos físicos tais como livro de atas de 2015 a 2019, caderno de presença em plenárias e pasta documental de processos eleitorais, edital e chamamento do colegiado estavam na sede onde é o CONEPIR. E, diante de todo

⁴⁴ “Apenas mais tarde a chamada observação participante foi legitimada por William Halse Rivers Rivers (1864-1922) e posteriormente, Bronislaw Malinowski (1888-1942). Esses pesquisadores mostraram, pela primeira vez, a importância da empatia e do tato no contato com o povo estudado, na observação e registro dos relatos, no aprendizado de sua linguagem e na preocupação com expressar os diversos pontos de vista” (PANCETTI; ASSAD, 2009).

contexto de isolamento social atualmente, há medidas restritivas de funcionamento de estabelecimentos e circulação de pessoas. Portanto não foi possível ter acesso aos documentos físicos citados. E tal situação constitui uma das dificuldades dessa pesquisa. Assim, a consulta de muitos dos dados secundários foi realizada a partir de arquivos disponíveis no banco de dados do colegiado e com a devida autorização de acesso. Logo, nesta parte uma leitura revisional dos dados secundários disponíveis foi possível para verificar: o quórum da plenária; a participação dos conselheiros e convidados; o conteúdo das pautas predominou o caráter finalístico ou operacional.⁴⁵ Porém, foi uma das dificuldades dessa pesquisa, seguir a fórmula de cálculo utilizada em trabalhos anteriores, e, assim, ser possível correlacioná-los. Isso porque a fórmula não foi disponibilizada.

Ainda verificará se o colegiado possui sítio eletrônico, plataforma, sistema eletrônico de informação, redes sociais para a informação e comunicação do público envolvido com o trabalho do colegiado. Então, é importante, ainda, observar a disponibilidade de informações; atualização de informações; tipo de conteúdo disponível; abertura para contato com o usuário.

Para a realização das entrevistas, “visando a coletar visões detalhadas dos participantes” (CRESWELL 2007, p. 38), utilizou-se da plataforma “Reuniões Zoom”, seguindo as normas epidemiológicas de isolamento social devido ao contexto pandêmico vivenciado. Para preservar um pouco da identidade do(a) entrevistado(a) eles serão denominados Conselheiros A, B, C; seguido da atividade/cargo no colegiado; período ou tempo de exercício no colegiado, idade e escolaridade.

Apesar de alguns conselheiros, durante a entrevista, pontuarem a importância ou desejo de identificá-los, como se trata de uma pesquisa acadêmica, seguiu-se a padronização para todos os(as) entrevistados(as). E, assim, suprimiu o nome (ou nome social) e utilizou-se letras do alfabeto para referenciá-los.

⁴⁵ “Por operacional entende-se as reuniões que dizem respeito ao funcionamento da própria estrutura, e por finalístico as determinações ligadas diretamente à política de promoção da igualdade racial” (CARNEIRO 2018, p.29). Segundo a pesquisadora são exemplos de discussões operacionais aquelas sobre a própria estrutura: regimento interno; câmaras internas e comissões específicas; processo eleitoral; e atas. São exemplos de discussões finalísticos: orçamento da política; articulação com o Poder Executivo e com o Legislativo para desenvolver políticas relacionadas à pauta.

Quadro 5-Perfil dos entrevistados(as).

Entrevistado(a)	Atividade/Cargo	Período/tempo de exercício	Idade	Escolaridade
A	Presidenta do Conselho, conselheira pelos povos ciganos	2019 - 2021	46	Ensino médio em curso
B	Secretário Executivo	2020 -2021	36	Graduado em Tecnologia em Gestão Financeira, doutorando em Filosofia- Unifesp
C	Conselheira Governamental	2016-2021	50	Graduação em Ciências Contábeis, Mestrado Profiss. em Educação e Docência-UFMG.
D	Conselheira Civil (outros segmentos)	2014-2021	35	Graduada em História e Mestrado em Educação- UEMG
E	Conselheira Civil pelos povos Matriz Africana	2016-2020	51	Mestre em Saberes Tradicionais-UFMG ⁴⁶
F	Conselheiro Civil pelos povos judeus	2014-2020	56	Graduação em segurança patrimonial e empresarial.
G	Conselheiro Civil pelos povos indígenas	2016-2021	37	Ensino Médio

Fonte: Elaboração própria, 2021.

⁴⁶ É uma titulação pelo Programa de Formação Transversal em Saberes Tradicionais instituído na UFMG desde 2015, e constitui uma iniciativa inovadora que converge conhecimentos acadêmicos e os saberes indígenas, quilombolas e de outras comunidades tradicionais.

Apesar das dificuldades abordadas no acesso a dados secundários no arquivo físico, cita-se, aqui, como fator positivo na execução da coleta de dados a abertura, solidariedade, adesão, e desejo de colaborar por todos os membros do CONEPIR e de seletos servidores administrativos Subsecretaria de Diálogos Sociais. Isso se manifestou de diversas maneiras como no auxílio a autorização do acesso às informações para a coleta de dados; na disponibilidade dos conselheiros do CONEPIR em contribuir com a pesquisa respondendo a entrevista, na tentativa de obtenção de acesso à internet por alguns destes conselheiros para conceder a entrevista; ou gestores imbuídos de solidariedade e sensibilidade nas ações para esta pesquisa. Isso porque, alguns destes servidores também são estudantes, mestres ou pesquisadores. Assim, dispuseram a contribuir para realização de uma pesquisa acadêmica que abordasse o CONEPIR. Inclusive sugerindo consultas a determinado material existente no banco de dados, alternativas de pesquisas e fontes bibliográficas.

Apesar do acesso a ferramentas da Tecnologia de Informação e Comunicação não ser fácil para todos, a possibilidade de realizar entrevistas virtuais com pessoas de diversas partes de Minas Gerais permitiu reduzir distância geográfica para entrevistar algumas das pessoas, tal como os conselheiros representantes dos povos indígenas, dos povos ciganos e quilombola.

4 ANÁLISE DO SETOR

Nesta seção realizará a análise do ambiente selecionado para este estudo de caso e assim correlaciona os dados coletados com a literatura pesquisada nas temáticas, problematização e objetivos deste trabalho.

4.1 CONEPIR e a Participação Social

Segundo informações do regimento interno:

O Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial de Minas Gerais- CONEPIR, órgão Plenário de caráter consultivo, deliberativo e propositivo, criado pela Lei nº. 18.251, de 7 de julho de 2009, regulamentado pelo Decreto n.º 45.156, de 26 de agosto de 2009, tem por finalidade propor políticas que promovam a igualdade racial no que concerne aos segmentos étnicos minoritários do Estado, com ênfase na população negra, indígena e cigana, para combater a discriminação racial, reduzir as desigualdades sociais, econômicas, financeiras, políticas e culturais e ampliar o processo de participação social (MINAS GERAIS, 2021).

Com isso em mente, verificará, a seguir, o grau de institucionalização, democratização e o potencial inclusivo do setor - CONEPIR-. Haja vista os elementos abaixo e o referencial teórico (AVRITZER, 2009; SILVEIRA, 2018, PINTO *et al.* 2019):

- I. os fatores que conferem o grau de institucionalização dos conselhos: a) tempo de existência das instituições, b) existência de estrutura organizacional, c) frequência de plenárias obrigatórias;
- II. o potencial inclusivo e grau de democratização: a) composição, b) pluralidade dos segmentos, c) processo decisório, d) presença de comissões, e) previsão de conferências.

I) Grau de institucionalização do CONEPIR

a) Tempo de existência:

O CONEPIR foi criado pela lei n.º 18.251, de 7 de julho de 2009 e regulamentado pelo Decreto n.º 45.156 de 26 de agosto de 2009. Neste mesmo ano foi instituído por Decreto n.º 6.872 de 04 de junho o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

No Brasil, a década de 80 e 90 foram berço para início de vários conselhos. E, nesta época havia o Conselho Estadual de Participação e Integração da Comunidade Negra de Minas Gerais (CCN) que encaminhou proposta de projeto de lei ao governo do estado de Minas Gerais para criação do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial. Além disso, a criação do CONEPIR fez parte de um clamor e demanda social discutidas e enfatizadas na I e II Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial (COEPIR). Apesar de criado por lei em 2009, a primeira reunião plenária só ocorreu em agosto de 2010. Isso, conforme informações às fontes de pesquisa, ocorreu devido ter sido necessário aguardar os trâmites da Advocacia Geral do Estado, uma vez que o CCN foi extinto em 2009, havendo alterações de questões jurídicas e legais da transição deste conselho para o CONEPIR (CARNEIRO, 2018, p. 86).

Este tempo de existência – 13 anos- compõe um dos fatores de análise porque permite observar a atividade e produção do CONEPIR no período. E apesar de verificar certa quantidade de reuniões plenárias desde sua criação, também se observou um período que não houve plenárias 2015-2017 devido necessidade de regularizações das nomeações dos conselheiros e certa ausência de vontade administrativa. Assim, neste período, apesar do CONEPIR existir por decreto, a ausência das reuniões plenárias implica em ausência de atividade no conselho haja vista a finalidade legal que foi criado. E isso representou uma descontinuidade muito grande e negativa para a pauta e política de promoção da igualdade racial.

Tal situação foi alterada, após o envolvimento de pessoas comprometidas com a pauta para ressignificar e colocar o conselho em atividade conforme relatos e registros administrativos dos processos eleitorais para novos mandatos. Fato este que culminou na regularização dos mandatos e nomeações em setembro de 2018; e retorno das plenárias com quórum em setembro de 2019 até os dias atuais.

b) existência de estrutura organizacional:

A estrutura organizacional do CONEPIR é definida pelo decreto que o regulamenta e pelo Regimento Interno. De tal modo, o colegiado possui composição paritária entre o poder público e a sociedade civil. Então há vinte e dois membros, titulares e suplentes, distribuídos nas respectivas cadeiras. Ou seja, onze (11) representantes da sociedade civil oriundos de entidades indígenas, cigana, negra e outras etnias (judeu, por exemplo) e onze (11) representantes governamentais oriundos das secretarias do Estado cujas pautas relacionam-se com a temática e da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). Pontua-se que o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) é regimentalmente citado como membro convidado, com direito a voz e sem direito a voto.

Além disso, após definidas os representantes das cadeiras, há uma estrutura organizacional com divisão funcional que permite uma gestão das atividades dos membros, especialização com grupos específicos de trabalho e câmaras temáticas, divisão de competências e autoridade. E o conselho tem a figura do presidente e uma mesa diretora.

Maiores informações sobre a estrutura e competências podem ser consultadas no Regimento Interno do colegiado. Como a análise da estrutura orgânica aqui ocorre para verificar a institucionalidade, não requer adentrar nas competências. E, aqui, observa-se que a estrutura orgânica a ser seguida conforme os instrumentos legais, conferem a institucionalidade ao CONEPIR. Porém, essa poderá ser comprometida conforme a administração e nomeação das pessoas que atuarão nestas estruturas. E, por vezes, alguns servidores eram realocados neste colegiado sem haver perfil ou identificação com a temática, algo que foi relatado nas seções posteriores pelos entrevistados. Então visualizavam o conselho como uma forma de “realocar servidores” que não queriam/podiam continuar no local onde estavam. E muitos desses não acreditavam na necessidade de se haver esta órgão ou discussão da pauta no Brasil. Isso comprometeu/enfraqueceu a operacionalidade do colegiado, bem como ações e esforços que disso dependiam.

c) frequência de plenárias obrigatórias:

O monitoramento de frequência dos conselheiros nas plenárias obrigatórias (ordinária e extraordinária) é realizado pela secretaria executiva e levado à mesa diretora para análise, à

pleno para análise e validação, e para a coordenação dos conselhos para devidas providências (substituição, nova nomeação).

A metodologia utilizada para monitoramento da frequência está disposta regimentalmente, no art. 17 tem-se que a substituição do conselheiro (seja da sociedade civil ou governamental) ocorrerá quando este renunciar, ou quando não comparecer a três reuniões consecutivas ou a cinco intercaladas na vigência do mandato, salvo se a ausência ocorrer por motivo de força maior, justificada por escrito ao Presidente.

Conforme leituras de atas, houve renúncia de mandatos devido fatores diversos como desinteresse em continuidade por parte do conselheiro a representar a entidade no colegiado, problemas particulares, motivos de saúde e desincompatibilização sendo este último ocorre quando a pessoa irá concorrer a cargos políticos. Já perda de mandato por ausência ocorreu em dois casos, sendo um pelo representante dos povos negros e outro pelos povos indígenas. Neste último, houve a tentativa do reconsiderar as ausências devido à dificuldade de acesso (seja presencial ou virtual) pelo representante. Mas, posteriormente, este conselheiro também solicitou a renúncia para candidatar a vereança, e, foi eleito.

A frequência das plenárias obrigatórias confere a institucionalidade do CONEPIR tanto para que realize as plenárias (só pode iniciar e realizar a plenária se houver quórum), para haver deliberações e encaminhamentos. Plenárias sem quórum, e conselheiros ausentes são fatores negativos, ou até mesmo deletérios, num colegiado de participação social.

II- Potencial inclusivo e grau de democratização

a) Composição:

O CONEPIR tem composição paritária entre sociedade civil e governamental. E, segundo pode ser verificado regimentalmente, são 11 cadeiras de representantes governamentais, compostas por secretarias do Estado, e 11 cadeiras de representantes da sociedade civil cuja pluralidade do segmento será abordada no próximo tópico.

Esta composição paritária permite que uma composição (governamental/civil) não sobreponha à outra no processo decisório, evitando que uma composição limite a ingerência

do outro, inclusive em momentos de votação. Destaca-se que as câmaras setoriais também devem ser paritárias entre sociedade civil e governamental. Ainda mais por ser câmaras que abordarão temáticas específicas dentro do colegiado.

b) Pluralidade dos segmentos:

O CONEPIR além dos conselheiros governamentais das diversas secretarias do Estado, tem a pluralidade dos segmentos que compõe os conselheiros civis. São seis (06) representantes da população negra (conforme regimento, para os efeitos da representação da comunidade negra, deverão ser contemplados os segmentos organizados dos quilombolas, mulheres negras, movimento negro, juventude negra, LGBTQIA+ com o recorte do conselho, juventude negra e religiões de matriz africana com adeptos de origem negra). Dois (02) representantes dos povos indígenas; um (01) representante da comunidade cigana; e dois (02) representantes de outras etnias.

Esta composição, permite com que o público diretamente interessado pela política pública esteja nos espaços de participação, e seja incluído nas deliberações inerentes ao processo decisório. Ademais, esta pluralidade permite maior proximidade do colegiado com singularidades daquele segmento que, muitas vezes, extrapolam informações formais. E, sim, são adquiridas pela oralidade, algo muito valorizado e frequente por vários dos segmentos apontados anteriormente. Mas:

O problema com a democracia direta e participativa, entretanto, é que nem todos os grupos estão igualmente representados nesses encontros, e as decisões tendem a favorecer aqueles mais capazes de se organizar e pressionar por seus interesses, em vez de ajudar aos mais necessitados, mas menos capazes de participar (SCHWARTZMAN, 2004, p. 132).

c) Presença de comissões:

Não há no CONEPIR comissão que integre a sua estrutura, ou que esteja vinculado. Mas foi criada pelo Decreto nº 46.671, de 16 de dezembro de 2014 a Comissão Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais (CEPCT-MG) onde o CONEPIR é convidado permanente sem direito a voto.

Pontua-se, conforme consultas em atas do CONEPIR, que as ações e atividades deste colegiado envolve, muitas vezes, o CEPCT pela convergência de algumas situações e singularidades que há no público de ambos. Como exemplo disso, no projeto Ar.te Salva, foi proposto que os membros da CEPCT também fossem contemplados. E, inclusive, estes conselheiros membros do CEPCT fizeram parte, como convidados, de grupos de trabalhos criados no CONEPIR. Ademais

As soluções geradas coletivamente por meio de mecanismos de grupos de trabalho formados em instâncias participativas envolvem diferentes públicos e setores. Geram aprendizado, envolvimento e, conseqüentemente, comprometimento. O comprometimento é um valor ou princípio que contribui para a continuidade de uma inovação ou a solução para uma demanda (BARBOSA e PARENTE, 2019, p. 279)

d) Previsão de conferências:

Não há previsão de Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial (COEPIR) conforme consulta aos gestores e documentos do colegiado. A última ocorreu em 2017.

4.1.2 Dados das atas e encaminhamentos

Uma das fontes de dados secundários a ser analisada neste trabalho são as atas. Isso porque elas fornecem registro das plenárias e reuniões, momento de participação social, deliberação e encaminhamentos das atividades do CONEPIR. Após consultas as pautas das reuniões e plenárias realizadas que houve registro; percebe-se que, na praxe, as reuniões abarcam pautas e informes relacionadas às atividades finalísticas, mas, também operacionais do colegiado, como: gargalos na concessão de diárias e passagens para os conselheiros, gestão da participação em plenárias virtuais, gestão de nomeações dos conselheiros e processos administrativos gestionários.

Assim, para este trabalho, seguindo a abordagem proposta no trabalho de Carneiro (2018, p. 29), classificou-se as pautas da reunião como operacional e finalística E, aqui terá como finalísticas as pautas tais como orçamento da política; articulação com o Poder Executivo e com o Legislativo para desenvolver políticas relacionadas à pauta. E como pauta

operacional que abordem gestão ou pontos de atenção em regimento interno; câmaras internas e comissões específicas; processo eleitoral; atas.

Tabela 2- Classificação do conteúdo das reuniões plenárias do CONEPIR, Minas Gerais, 2019-2021.

Ano	Quantidade de atas disponíveis/elaboradas.	Conteúdo Operacional	Conteúdo Finalístico com encaminhamento	Conteúdo Finalístico sem encaminhamento
2019	01	02	1	
2020	11	17	21	01
2021	04	3	08	1

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Nota: não havia atas de reunião plenárias no ano de 2018. E as atas anteriores a esta data foram analisadas no trabalho de CARNEIRO (2018).

Nota 2: apesar de tentar seguir a mesma proposta de Carneiro (2018) na análise qualitativa das atas, não foi possível seguir a mesma metodologia/fórmula de cálculo da classificação. Pois, mesmo solicitada a metodologia, essa não foi disponibilizada. Logo, fez computo de valor unitário simples (sem fórmula). Pontua-se este fator como uma dificuldade dessa pesquisa.

4.1.3 Análise dos fluxos de atividades

Os fluxos de atividades existentes foram elaborados em 2018. E, estes fluxos não eram especificamente para as atividades do CONEPIR, mas sim um Procedimento Operacional Padrão (POP) para as atividades inerentes a todos os colegiados sob gestão da coordenação da Casa de Direitos Humanos- órgão público da SEDESE que abriga os Conselhos de Direitos desta secretaria. De tal modo, observa-se que, os POPs disponíveis não refletem a realidade atual da dinâmica administrativa do CONEPIR, e nem até mesmo dos demais colegiados. Como de exemplos disso, o POP contendo informações sobre o processo de solicitação de diárias e passagens para os conselheiros não é utilizado desde agosto de 2019, após a adoção de plenárias virtuais. Entretanto, apesar dos POPs não terem a funcionalidade para que se propõe, que é nortear procedimentos das atividades administrativas a serem realizadas no setor, eles serviram para verificar sobre a intensidade e utilização das ferramentas de

Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) nessas atividades para atender as demandas do CONEPIR. E isso é algo que será abordado na seção 4.2- Ferramentas de Tecnologia de Informação e Comunicação no CONEPIR.

4.1.4 Análise das entrevistas

As entrevistas aos membros do CONEPIR e gestores envolvidos ocorreram por meio da plataforma virtual *Zoom* e foram autorizadas as gravações pelos participantes que se voluntariaram. Tentou-se transcrever as falas com maior fidelidade possível. Inclusive, com pausas, repetições ou cortes de palavras.

Verificou-se que 4 (quatro) dos 7 (sete) entrevistado(a)s relataram ser o formato virtual melhor para o desenvolvimento dos trabalhos no CONEPIR. Estas pessoas justificaram esta escolha com itens como inexistência do tempo gasto com deslocamento; possibilidade de participar da reunião remotamente; a distância a ser percorrida; as dificuldades nos trâmites do recebimento e comprovação inerentes aos recursos de diárias não se tornam dificultadores; utilização de tecnologias favoravelmente ao conselheiro.

De outra perspectiva, os 3 (três) entrevistado(a)s que afirmaram ser a modalidade presencial a melhor para reunião plenária e demais atividades de participação para o desenvolvimento dos trabalhos, apontaram o fato de a interação presencial, inclusive com contato visual, ser fundamental até mesmo para discutirem problemas recorrentes em comum. Alegaram, também, que esse formato de reunião virtual proporciona menor distanciamento dos interlocutores, menor entrosamento, bem como maior confiabilidade. E que, apesar de recursos de diárias e passagens ter sido um ponto de entrave nos momentos anteriores, quando este era disponibilizado, se tornava importante para subsidiar a participação. Porém, o mesmo não ocorre com o fornecimento da internet ou ferramentas tecnológicas que devem ser adquiridas com recursos próprios, algo difícil para dois deles, sendo que um concedeu esta entrevista de um órgão público.

Exemplo:

...eu tive muita dificuldade pelo fato de morar na aldeia, essa questão de deslocamento, e depois de participar das reuniões *online* por questões as

vezes de internet dentro da própria aldeia. Por alguns momentos eu tive alguma dificuldade nesse sentido. E, mas eu já participei de plenária presencial, que eu acho que antes da pandemia era a mais importante porque tinha condições de diálogo ali com outros grupos, outros participantes da sociedade civil, quilombolas, grupos de ciganos, outras culturas diferentes do mundo indígena, né?! Então, quando é presencial você tinha espaço para conhecer outras culturas e dialogar sobre problemas em comum... (Entrevistado(a) G)

No(a) entrevistado(a) D:

Eu gosto muito do espaço presencial. Acho que quando o conselho funcionou com as plenárias presenciais na Casa de Direitos Humanos tinha uma troca maior. Mas, ao mesmo tempo, plenárias virtuais permitem que representantes de outras cidades, outras regiões também participem. E a gente tinha a dificuldade de contar com a participação porque nem sempre tinha recurso garantido para trazer as lideranças.

Já alguns daqueles que optaram pela modalidade virtual afirmaram:

Esse formato, vamos dizer assim, virtual, eu tenho achado bem positivo, vamos dizer assim. Fico até pensando se, daqui para a frente, se isso não poderia ser algo que pudesse manter dessa forma. Inclusive...eu, pelo menos, consigo me programar melhor, e não ter o deslocamento, que é um tempo que a gente leva, é muito positivo. E ter pessoas de outras cidades podendo participar, porque a questão das diárias e as questões financeiras, até liberar...então esses encontros virtuais eu tenho achado bem produtivo (Entrevistado(a) C).

Interessante destacar que grande parte dos(as) entrevistado(a)s favoráveis às plenárias presenciais pertenciam à sociedade civil. Porém, também verificou dentre essa sociedade civil membros favoráveis à plenária virtual. Houve, na maioria das falas, a preocupação com o melhor formato para a participação dos demais, e não somente para a própria participação. De modo que, os(as) entrevistados(as) compreendiam que as facilidades apontadas para uns, talvez poderiam ser entrave para outros. Como por exemplo, preocupações com o acesso às ferramentas tecnológicas e internet para outros membros, uma vez que a exclusão tecnológica e digital é uma realidade para muitas pessoas no Brasil. Além disso, a dificuldade para manusear as plataformas de acesso às reuniões, a dinâmica, e o acesso aos demais sistemas utilizados anterior e posterior a plenária (para validação de atas, leitura de encaminhamentos e deliberações) pode ser um fator complicador, haja vista que não foi oferecido treinamento

para estas pessoas para utilizarem as ferramentas de Tecnologia de Informação e Comunicação existentes no colegiado.

Pontua-se que comparando a quantidade dessa resposta recebida por meio da entrevista, com a quantidade de respostas no questionário aplicado pela secretaria executiva, os valores não se aproximam. Uma vez que, nesta entrevista houve mais pessoas favoráveis à plenária presencial do que virtual.

Figura 7-Resposta do questionário do CONEPIR: formato de participação.



Fonte: Relatório CONEPIR,2021

Reflete-se, ainda, se além da interação social, o valor que era recebido para diária e passagens pode ter sido um fator de peso na resposta de parte dos conselheiros favoráveis à plenária presencial. Valor este que corresponde, aproximadamente, 1/5 do valor salário-mínimo multiplicada pelos dias à disposição para participar da plenária desde o deslocamento. Mas, de 2019- a 2021 essa modalidade não era mais uma alternativa.

Então, cabe mais uma análise deste quesito. A alteração do formato de participação das plenárias foi vertical (*top down*), haja vista a diretriz emitida na circular, e não algo deliberado em colegiado. E foi catalisador nisso a redução de custos, que é um dos itens muito verificados na literatura como promotores de alterações gestionárias. Assim, a utilização de plenárias virtuais pode ser considerada uma abertura e tentativa de inovação, pois tal prática não era utilizada ou considerada pelo colegiado. Deste modo, corroborando Agostinho e Garcia (2018) “refere a uma ideia, método, ou objeto que é criado e que pouco se parece com

padrões anteriores porque possui novidade em comparação ao que já existe” e considerando o COVID como catalisador da adoção das plenárias virtuais houve inovação haja vista "alterações provocadas por mudanças na sociedade" (MANSETTO, 2004).

Pondera-se que apesar do gestor da pasta disponibilizar espaços públicos (ou parceiros) com computadores e internet próximos às regiões onde habitavam os conselheiros, para garantir a participação, esta medida foi insuficiente. Pois, além destes espaços ficarem distantes, as vezes até 100km do domicílio do conselheiro, até o momento da escrita deste trabalho, o gestor público não havia disponibilizado plataforma oficial para realização das reuniões plenárias, sendo as mesmas realizadas por meio de plataformas gratuitas como *Zoom*, *Google Meeting* cuja duração de uma reunião gratuita nesta plataforma é inferior ao tempo de reunião plenária do colegiado. Além disso, conforme a literatura, no processo de gestão e inovação há etapas a serem observadas e realizadas. E percebe-se que isso ficou comprometido ou realizado de forma insuficiente pela gestão administrativa.

Deste modo, houve um rearranjo por parte dos membros do CONEPIR para que a participação fosse garantida, principalmente entre os representantes da sociedade civil. Diante das dificuldades apresentadas pelos(as) conselheiros(as), foram doadas ferramentas tecnológicas por particulares para as entidades às quais os/as conselheiros(as) do CONEPIR estavam vinculados. Isso a fim de viabilizar a participação, pois muitos utilizavam os precários aparelhos de celular para participarem virtualmente. Mas o acesso à internet ainda era um gargalo. Ademais, estas ações convergem para a realização da boa governança no sentido da capacidade de organização das pessoas numa sociedade e ambiente democráticos, com condições, instrumentos e sistemas que possibilitam o controle sobre políticas públicas e dinâmica econômica visando o desenvolvimento social, da participação social, redução das desigualdades, respeito aos Direitos Humanos e as diferenças de gênero e raça, conforme citado no referencial.

Figura 8-Computador doado por terceiros à entidade civil com cadeira no CONEPIR pelo segmento povos ciganos.



Fonte: Enviado pelo(a) entrevistado(a) que é membro do CONEPIR pelos povos ciganos, 2021.

Considerando que “o comprometimento é um valor ou princípio que contribui para a continuidade de uma inovação ou a solução para uma demanda” (BARBOSA 2019, p. 279), a inovação neste processo de participação se verifica a partir do momento que os membros do CONEPIR, apesar dos gargalos, valeram-se das redes de apoio e capital social para utilizarem mais as ferramentas tecnológicas, em prol do bem-estar social, melhorias, e alterações que proporcionaram mudanças individuais ou coletivas. Sabia-se da necessidade da continuidade da inovação proposta da participação. Então foi necessário estabelecer alianças para defender os interesses. Neste contexto, pontua-se ainda que, segundo (WARSCHAUER, 2006, p. 217):

As iniciativas para fazer uso da TIC para fomentar o capital social ocorrem em três níveis diferentes, mas sobrepostos. O primeiro deles é o micro nível, referente às relações com amigos, parentes, vizinhos, colegas, que proporcionam companheirismo, apoio emocional, bens e serviços, informações, sensação de pertencimento e oportunidade para o desenvolvimento comunitário. O segundo é o macro nível, correspondente à confiança existente entre os governos e os cidadãos. O terceiro, situado entre os dois primeiros, é o mesonível, equivalente às associações de voluntários e às organizações políticas que dão às pessoas oportunidade de estabelecerem alianças, criar obras conjuntas e defender coletivamente seus interesses.

Quando os(as) entrevistados(as) foram questionados sobre a avaliação da utilização de ferramentas de TIC na participação social das plenárias durante o teletrabalho, houve como

resposta uma avaliação positiva, por todos(as) os(as) entrevistado(a)s. E, aqui, não se observa resistência ou negação da importância das ferramentas de TIC na participação. Mas, mais uma vez, pontuaram a falta de acesso e treinamento para utilização destas ferramentas pelos membros do colegiado. Ou seja, verificam a necessidade de inclusão e educação tecnológica. “[...]na verdade cada um tem suas questões da tecnologia e da capacidade de cada um [...]” (Entrevistado(a) F).

O entrevistado(a) F ainda pontuou outro elemento devido cortes por causa da conexão da internet que é haver uma perda de atenção e continuidade do raciocínio à participação na plenária.

Em algumas reuniões que me incomoda um pouco porque eu não consigo ouvir as pessoas por causa da dificuldade da internet, né? Vai pingando e tudo mais, é muito difícil de entender, e muitas vezes a gente acaba perdendo o raciocínio e necessita de muito mais de atenção da gente. (Entrevistado(a) F).

Algo interessante observado na análise do discurso foi o cuidado do (a) entrevistado(a) ao expor como ficou mais evidenciado, por meio da exclusão tecnológica, o fato de o conselho não receber suporte administrativo no âmbito governamental uma vez que “a descentralização formatada constitucionalmente demanda capacidade burocrática, demanda recursos para responder às demandas da coletividade” (PINTO *et al.* 2019, p. 631). Inclusive, após isso, questionou-se ao gestor da Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial se no Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) estava prevista alguma Ação, Programa de ação específicas voltadas para a pauta de promoção da igualdade racial, seja em projetos, seja em inovação e tecnologia, seja em despesas gerais. E, como resposta obteve a informação de que “Temos apresentado desde 2019 essa demanda para o CONEPIR, discutimos em plenária uma planilha que foi apresentada para a ALMG em 2019 e 2020. Porém não fomos contemplados”.

Logo, isso não converge para o fortalecimento de um dos princípios regimentais do colegiado, conforme exposto no art. 3º inciso VII que é

definir suas diretrizes e programas de ação, em consonância com os objetivos governamentais pactuados no Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI), no Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) e na Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) (CONEPIR, 2021).

Uma vez que não havia no PPAG ações específicas para pautas da promoção da igualdade racial, considerou-se, então, questionar à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais (SEPLAG) as ações existentes no PPAG que abarcassem a Inovação Tecnológica e Inovação Social no ambiente na administração pública de Minas Gerais. E, como resposta, considerando ações contempladas no PPAG, tem-se ação 4158 - Promoção da Inovação e Modernização na Gestão Pública, cujas metas físicas e financeiras estabelecidas para o período compreendido entre 2021 e 2024 podem ser visualizadas na Figura 11- Ação 4158 do PPAG: Promoção da Inovação e Modernização da Gestão Pública, disponibilizada pela gestora da Diretoria Central de Inovação da Ação Governamental-SEPLAG/MG. Não foi repassada a discriminação das ações, apenas que se referia a disseminação de métodos e ferramentas de inovação que iriam ao encontro do que se tem hoje no LAB.MG⁴⁷. E que, os resultados cumulativos dos projetos realizados pelo LAB.MG entre 2019 e 2020 foram 04 projetos em 2019 e 12 em 2020.

Pontua-se, ainda, que, na resposta, a gestora informou que não há atuação voltada para a governança participativa, logo não há para o CONEPIR. Ainda foi questionado qual a média de custo desses projetos e se algum fez parte das subsecretarias da SEDESE, responderam que não há estimativa de custo porque os insumos são apenas a própria equipe da referida diretoria. Sobre as metas, o que está definido no PPAG não é referente apenas à execução do LAB, pois atuam com projetos enquanto Superintendência de Inovação além da execução realizada no âmbito do Laboratório.

⁴⁷ O **Lab.MG** é uma iniciativa conjunta da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais (Seplag/MG) e da Fundação João Pinheiro (FJP), instituída por meio da Portaria Conjunta Seplag/FJP nº 38, de 1 de setembro de 2020. E, conforme informações no site do próprio LAB.MG, ele é “**um laboratório de inovação em governo**, espaço **criativo** para cocriar ideias **inovadoras** diretamente na administração pública!”(LAB.MG, 2021).

Figura 9- Ação 4158 do PPAG: Promoção da Inovação e Modernização da Gestão Pública.

AÇÃO : 4158 - PROMOÇÃO DA INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA								
								IAG : DEMAIS PROJETOS E ATIVIDADES
UNIDADE RESPONSÁVEL:	1501 - SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO							
FINALIDADE:	APRIMORAR A AÇÃO GOVERNAMENTAL FOMENTANDO A INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE PROCESSOS DE TRABALHO E DE SERVIÇOS PÚBLICOS COM FOCO NOS USUÁRIOS.							
PRODUTO:	SOLUÇÕES DE INOVAÇÃO E/OU MODERNIZAÇÃO ENTREGUES						UNIDADE DE MEDIDA: UNIDADE	
PÚBLICO-ALVO:	ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SERVIDORES ESTADUAIS E CIDADÃOS							
METAS								
(R\$ 1,00)								
REGIÕES	2021		2022		2023		2024	
	Físicas	Financeira	Físicas	Financeira	Físicas	Financeira	Físicas	Financeira
Região Intermediária de Belo Horizonte	8	2.596.837	8	2.636.561	8	2.663.349	8	2.690.408
TOTAL	8	2.596.837	8	2.636.561	8	2.663.349	8	2.690.408

Fonte: Diretoria Central de Inovação da Ação Governamental-SEPLAG/MG, 2021.

Retornando à análise da entrevista; após esta pesquisa de conteúdo correlacionada à resposta de um dos entrevistados e uma das proposições metodológicas; em geral, apesar de ver como positiva a maior utilização das ferramentas de tecnologia, percebe-se, na fala dos entrevistados(as), o descontentamento com a gestão governamental frente ao suporte administrativo ao colegiado. Para esta resposta e algumas posteriores, observou-se comunicações não verbais do entrevistado(a) tais como pausas, análise longa da resposta, repetição ou retificações de palavras. Isso porque, nesta resposta observa-se que se colocou um ponto nevrálgico e espinhoso sobre o conselho. Conselho este que é considerado segregado ao ser contemplado com melhorias administrativas. E mais uma vez tem:

Eu...eu tenho achado que eeu...Assim... Eu tenho pensado e observado que ficou mais possível compreender o que é o CONEPIR e todas as dificuldades, da precariedade que esta instituição tem para exercer a função que ela foi proposta ali. Isso, antes, não era visível: dessa precariedade mesmos de infraestrutura, equipamentos, para poder dar esse suporte pra gente, hoje, dentro dessas plataformas. (Entrevistado (a) E).

Inclusive, muito se escuta nas falas dos membros do colegiado sobre racismo institucional e estrutural. E, tais temas pontuados, além de servir como um alerta para o

possível desconforto não verbal verificado. Diante disso, é necessário reiterar que, apesar do local desse estudo de caso ser um conselho de promoção da igualdade racial, a temática “racismo estrutural e racismo institucional” não fizeram parte das categorias de análises do referencial. Isso porque o foco foi trazer uma visão sociotécnica considerando a inovação neste colegiado. Ademais, como exposto anteriormente, o conteúdo e referências sobre a promoção da igualdade racial, políticas e conceitos correlatos, principalmente no âmbito mineiro, estão no trabalho de Carneiro (2018), basilar para este.

Posteriormente, questionou-se aos entrevistados(as) como era avaliada a única *live* realizada pelo CONEPIR considerando capilaridade, acessos, repasse de informação. Antes de repassar as respostas, é importante uma contextualização sobre essa atividade. A *live*⁴⁸ realizada foi uma ação finalística do conselho fruto de encaminhamento de plenária. Ela teve como proposta uma atividade pedagógica com o recorte racial que foi abordada por meio de temas como “Samba que educa” e “A presença da população negra na administração pública: representatividade, acessos e desafios.” Foram apresentados pelos mestres nas respectivas temáticas Mestre Elzelina Doris e Mestre Sérgio Felix, sendo a primeira conselheira no CONEPIR e o segundo pesquisador da Fundação João Pinheiro. Essa atividade foi realizada no mês de novembro- mês importante para o movimento negro devido ao dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra.

E, dentre aqueles que acompanharam a atividade, avaliaram-na como uma atividade muito positiva para visibilidade do conselho e repasse de informações sobre a temática dele.

Eu acho que esta live foi a melhor iniciativa do CONEPIR, porque ela teve um formato de audiência pública. O CONEPIR falou para fora dos seus espaços físicos e teve participação real da sociedade como todo. Eu acho que essa live foi sensacional. E eu acho que esse é o caminho pra poder é...levar o CONEPIR, ampliar mais suas discussões, ter mais participação social mesmo, ter mais participação da sociedade civil das ações que o CONEPIR vem desenvolvendo. Eu acho que foi fantástica a live. Mas ao mesmo tempo eu percebo também que a live não deu uma sequência de articulação com quem participou no dia. Ela voltou de novo para dentro, e as discussões ficaram internas de novo. E, e... eu acho que precisa abrir, manter esse

⁴⁸ O conteúdo da *live* esta disponibilizado no canal da instituição parceira (<https://www.youtube.com/watch?v=c6W3d4tLTbs&t=89s>). Não houve repasse e disponibilização de recurso pela SEDESE para realização desta atividade. A *live* foi realizada com esforços e doação do trabalho/intelectualidade pelos colaboradores, palestrantes e parceiros.

diálogo mais aberto com a sociedade civil. Ela ficou muito focada no governo depois (Entrevistado(a) E).

Algo que é corroborado por outro(a) entrevistado(a).

Olha, eu estou no CONEPIR desde 2014. Eu acho que esta foi a maior atividade em termos, assim, de abrangência, de conseguir atingir o público-alvo, os objetivos que o conselho conseguiu realizar. E nesse aspecto... e a *live* ela tem um...se ela for gravada ela tem um ponto mais positivo ainda que ela gera uma memória que fica registrada, que pode ser acessada futuramente, e que marca o trabalho do conselho. Então, nesse sentido eu acho que foi uma das principais atividades que o conselho de forma autônoma realizou. Assim, de maior abrangência. (...) Eu lembro que teve o envolvimento de várias pessoas, se fosse presencial, talvez a gente não iria conseguir a construção do evento e nem a sua realização ter tanta... tanta participação, atingir um público maior, diversificado. Acho que neste sentido foi bastante positivo (Entrevistado(a) D).

Abaixo, ainda nesta pergunta, é interessante colocar as respostas dos(as) entrevistado(a)s B e C porque colocaram elementos novos na resposta:

Ai, qual a palavra que eu vou colocar porque eu acho que ela foi tão incrível!...A avaliação é essa, a avaliação da *live* ela foi...surpreendente na realidade, né?!Porque a temática “Dia da Consciência Negra” é uma temática complexa, uma temática densa. Na maioria das vezes a aceitação, geralmente a gente tem uma represaria, né?... Pelo fato do público da internet, pois o público da internet é mais violento né? São mais...ne...negam as as diversidades as, essa questão toda das minorias. Mas é... a *live* surpreende neste momento porque ela atinge uma grande capilaridade em momento online e depois em visualizações. E a chegada dela em vários lugares ao mesmo tempo foi muito bom. Sem contar que o conteúdo também foi muito bem trabalhado por todos os palestrantes. Então...isso foi incrível! (Entrevistado(a) B).

Aqui, além do(a) entrevistado(a) avaliar positivamente a atividade; considerar a capilaridade, registro para resgate e visualizações posteriores, permitindo contato sobre o trabalho do conselho por meio das ferramentas de Tecnologia de Informação e Comunicação, ele aborda a violência do público virtual e a negação de temas de minorias, ou seja, a violência cibernética⁴⁹.

⁴⁹ Durante a *live*, houve desrespeito e violência cibernética, isso pode ser visualizado nos comentários dos internautas que a assistiam.

E o(a) entrevistado(a) C, além de analisar positivamente, pontuou as parcerias com públicos diversificados aos existentes no próprio colegiado, o que permite reflexões no âmbito pedagógico também sobre a pauta.

Eu acho que foi muito positivo. E essa parceria com a Fundação João Pinheiro foi ótima, que, também, tem todo um outro público, né?!E é isso, esse somar de uma pauta tão necessária, e que a de repente a gente não dá conta. Mas seria algo que seria discutido diariamente (Entrevistado(a) C).

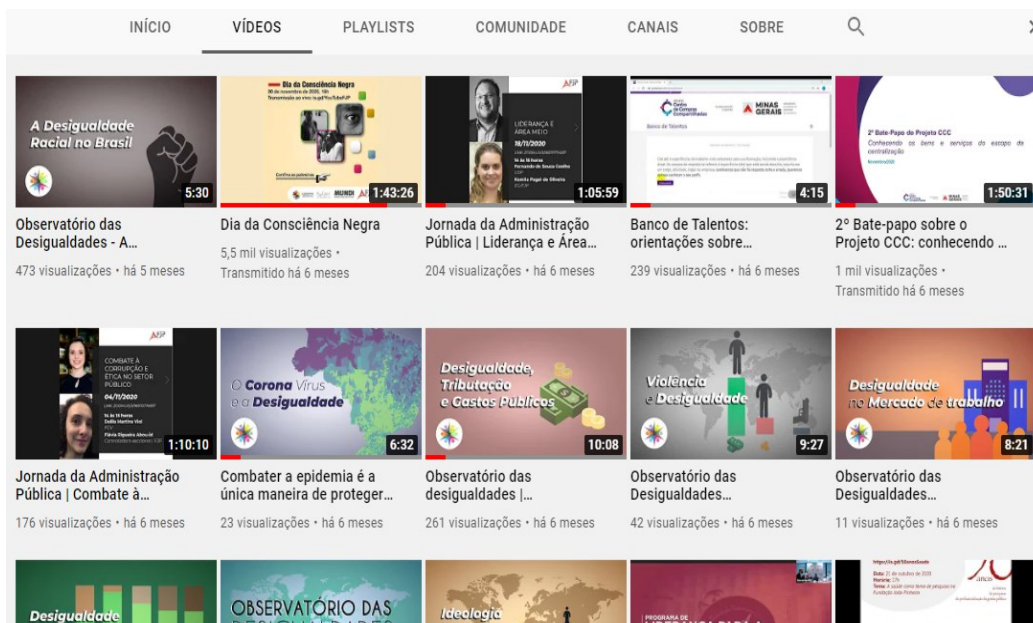
Após as informações repassadas pelos entrevistados(as), essa pesquisadora realizou um estudo para melhor compreensão sobre a importância conferida pelo público do colegiado à esta *live* e seus resultados⁵⁰. Nas informações contidas no relatório gerencial do CONEPIR e em visita ao site onde ainda está disponibilizada a gravação da *live*, observou-se que a ação teve uma capilaridade nacional sendo assistida por pessoas de várias partes do Brasil, destacando-se professores, gestores, alunos. A presença de grande público e o acesso posterior ao conteúdo corroboram a afirmativa de que a *live* alcançou capilaridade, e que é positivo haver um registro sobre a atividade que permite visualizações posteriores.

Salienta-se ainda, que esta foi a *live* com maior visualização simultânea comparativamente a todas as outras realizadas pela Fundação João Pinheiro- instituição parceira que proporcionou todo o suporte técnico e operacional para realização disso fornecendo recursos tecnológicos e técnicos. E não houve o mesmo suporte na própria SEDESE. E, comparativamente as *lives* disponíveis no canal dessa secretaria, a *live* do CONEPIR tem sido uma das primeiras com maiores visualizações dentre aquelas cujo conteúdo é sobre conselhos. Além disso, mesmo após meses da realização desta *live*, é o vídeo com maior número de acessos no canal do *Youtube* da instituição parceira-Fundação João Pinheiro. Segundo o relatório gerencial do CONEPIR, fonte de dado secundário para esta pesquisa, o número de visualização desta *live* ultrapassa em quatro (04) vezes a segunda

⁵⁰Pontua-se que essa atividade foi um encaminhamento da plenária, e esse ator da rede de parceiros (Fundação João Pinheiro) disponibilizando recursos teve grande significado (material e simbólico) para o colegiado. Compreende-se, também, que esta *live* teve uma importância para o CONEPIR porque houve uma quebra de paradigmas e conceitos pré-concebidos sobre a maior utilização de ferramentas de Tecnologia de Informação e Comunicação para atividades e públicos envolvidos nas pautas do colegiado. Daí vê-se a importância dessa atividade para o público desse colegiado, pois ultrapassa a execução de um encaminhamento de plenária.

live mais visualizada desse canal e em mais de mil (1000) vezes a *live* menos acessada. E houve, aproximadamente, 800 visualizações simultaneamente à realização do evento, ou seja, em tempo real.

Figura 10- Print Canal de disponibilização da *live* do CONEPIR com proposta pedagógica e divulgação de dados de pesquisa com o recorte racial.



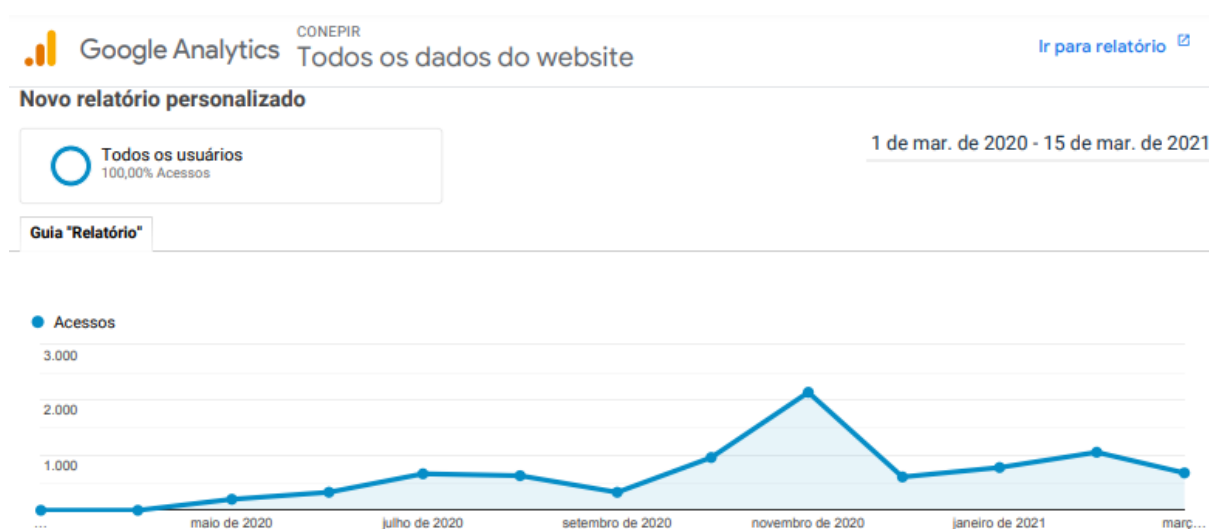
Fonte: https://www.youtube.com/channel/UCNUzB0qvhYSRSNu_M6R6FSA .

Para além do repasse do conteúdo proposto na *live*, esta atividade proporcionou a divulgação do CONEPIR e seus trabalhos, como pontuou os(as) entrevistados(as), bem como do site do colegiado. Isso porque o link e folder para divulgação do canal do *youtube* onde ocorreu a transmissão, estava publicado no site do CONEPIR. Assim, quando o cidadão teve acesso ao *folder* com a divulgação da *live*, que foi enviado por *e-mail* e *WhatsApp*, o convidado primeiramente era direcionado ao site do CONEPIR. E neste espaço havia informações sobre a *live*. Esta estratégia permitia que as pessoas também navegassem pelo *site* do conselho, e, assim, tivessem acesso aos dados e conteúdo publicados (ata, convites de reunião plenária, deliberações, publicações).

Pontua-se, ainda, segundo dados do relatório obtido no setor de Tecnologia de Informação da Casa de Direitos Humanos, que o número de acessos ao site do CONEPIR teve

um expressivo aumento no mês e dia da *live*. Posteriormente a esse evento, observa-se continuidade de visitas ao *site* um pouco acima do que ocorria. Corroborando que esta atividade permitiu divulgação maior do colegiado e das atividades realizadas por ele.

Figura 11- Relatório de Acessos ao site dos conselhos: personalizado para o CONEPIR.



Fonte: Casa de Direitos Humanos-Google Analytics,2021.

Destaca-se que este relatório teve como filtro os seguintes itens: o conselho que desejava obter as informações -CONEPIR-; número de acessos; cidades/região de onde ocorreram esses acessos; o tipo de ferramenta utilizada para realizar o acesso, e o período de acesso. Neste último filtro, considerou-se o intervalo de tempo de 01 de março de 2020 a 15 de março de 2021. E este período retrata o momento de maior utilização das ferramentas da Tecnologia de Informação e Comunicação devido à pandemia da COVID-19. Foi informado que, anterior ao período considerado, não realizavam tal monitoramento estatístico. E, isso, passou a ocorrer após a cessão de um servidor com formação em Tecnologia de Informação para a Casa de Direitos Humanos. Então, este servidor, por iniciativa própria, passou a realizar este monitoramento.

Continuando na abordagem do roteiro da entrevista, adentra-se na pergunta que se relaciona com o objetivo geral deste estudo de caso. Ou seja, verificar como a maior

utilização das ferramentas da Tecnologia da Informação e Comunicação utilizadas pelo CONEPIR promoveram alterações na participação dos membros do colegiado nas plenárias e reuniões virtuais. Isso tendo em vista a suspensão das práticas habituais - presenciais- de participação em plenárias e reuniões. E a pergunta realizada foi “Como você avalia a maior utilização de ferramentas de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) nas atividades e participação social do CONEPIR?”

Neste questionamento, dos 07 respondentes 05 avaliaram positivamente a maior utilização de ferramentas de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC). Isso porque permitiu, segundo os(as) entrevistados(as), melhorias para a participação no quesito deslocamento, acesso à informação, maior participação e quórum nas plenárias. E houve 01 entrevistado(a) que considera a avaliação positiva somente por se tratar de um contexto atípico vivenciado- pandemia da COVID-19-, e 01 entrevistado(a) que avalia tanto como positiva e negativamente. Destaca-se que, um dos(as) entrevistado(a)s que apesar de avaliar positivamente, a resposta corroborou o que alegou o entrevistado(a) G sobre julgar que as plenárias presenciais também são importantes. Mais uma vez foram pontuados pelos(as) entrevistado(a)s, tanto que avaliaram positivamente quanto negativamente, gargalos como acesso, velocidade e quantidade de internet; obtenção de aparelhos tecnológicos; organização dos conteúdos posteriores às plenárias e atividades que devem ser disponibilizados para acesso, leitura e assinatura.

Expondo as respostas nas quais verifica que a maior utilização de ferramentas de tecnologia de comunicação e informação na participação dos membros do colegiado nas plenárias e reuniões virtuais CONEPIR é avaliada positivamente, inclusive nas alterações proporcionadas, tem-se:

Essa tecnologia para mim é de 0 a 10 eu dou 10, né?! De ponto. Se for de 1 a 100 eu dou 100. Pra você entender, para mim é ótimo. Eee, éééé que eu não sei... não tenho palavras bonitas para falar, que eu não sei, né?...falar nesse sentido, que eu sou da ponta, que eu sou sociedade civil. Mas o que eu quero te dizer é o seguinte: que a tecnologia um dia ela favoreceu muito o trabalho do CONEPIR. Depois que começou a envolver isso, ééé...a sociedade civil, além dos governamentais, né? Principalmente a sociedade civil começou a participar mais. E começou a aprender com isso. Ééééé. É, assim, 100%! (Entrevistada A)

E a entrevistada C, apesar de avaliar positivamente, fez a seguinte ponderação:

Isso ainda, acho que é, quando falo novo para todos nós...mas acho que, né?!Requer de uma internet mais potente, né? Então assim, eu fico sempre pensando é...Iguar, por exemplo, nesse processo nosso de trabalho, eu tive que alterar a minha internet porque a minha não estava dando certo, né? Não estava...comportando toda essa demanda [...] (Entrevistado(a) C).

Apesar de compreender como positiva a utilização dessas ferramentas da Tecnologia de Informação e Comunicação, houve 02 entrevistados(as) que julgaram a necessidade e possibilidade de maior suporte por parte do CONEPIR, e mais avanços na utilização. Isso pode ser verificado na fala que segue:

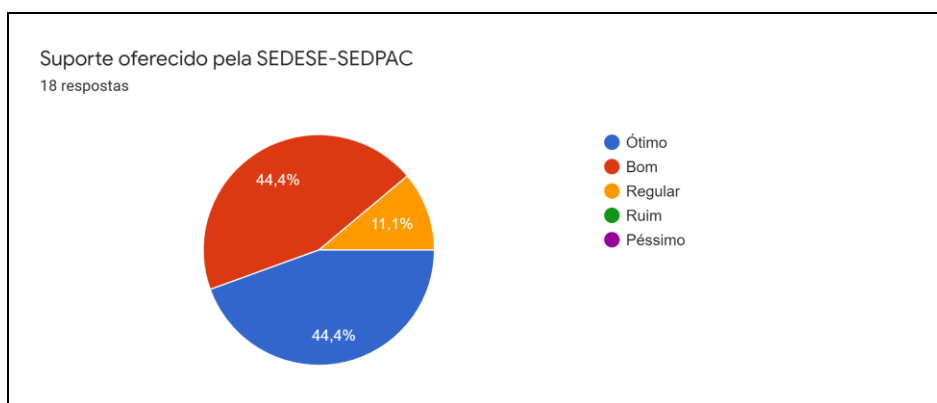
Eu acho que pode avançar mais. Tem caminhos para avançar mais. É... só de ter acesso, né? Da sociedade conseguir acessar esses espaços eu acho que o CONEPIR pode avançar muito mais. Tem muitas coisas que ainda pode fazer na área da tecnologia do do é... investimento mesmo. E é possível fazer porque o Estado já tem essa ferramenta em outras áreas [...] (Entrevistado(a) E).

É importante informar que este(a) entrevistado(a) é conselheiro em outros órgãos colegiados⁵¹ de secretarias do Estado (e, também, do município). Logo, poder comparar este cenário da participação social entre esses espaços justifica essa resposta. Inclusive, numa

⁵¹ Após esta fala, buscou-se informações no Conselho Estadual de Saúde (CES) sobre as ferramentas de Tecnologia de Informação e Comunicação adotadas e qual o tempo que as utilizam. Pesquisou-se esta informação neste conselho porque conselhos deste recorte possuem maior tempo de existência na maioria dos estados. Em resposta ao e-mail o secretariado executivo informou que o CES realiza plenárias virtuais desde abril de 2020, por meio de plataformas gratuitas. E os impactos a serem verificados se a maior utilização das TICs altera positiva ou negativamente só poderão ser mensurados quando retornarem ao formato presencial. Além disso, informou que no planejamento do CES estima-se que as plataformas virtuais continuarão a serem utilizadas, porém não deixarão de utilizar a estrutura presencial no colegiado. Mas isso no tempo certo e com segurança (refere-se à situação pandêmica de COVID-19 vivenciada nos anos 2020, 2021...). Informou, também, que se estima, para o mês de outubro de 2021, desde que sejam vacinadas 70% da população de Minas Gerais e 70% das Conselheiras e dos Conselheiros Estaduais de Saúde de Minas Gerais, que a atividade presencial seja retomada. Por fim, ainda segundo a resposta obtida pelo secretariado do CES, a tecnologia ajuda o órgão a se manter ativo no exercício do controle social. Então, verifica-se que além do CONEPIR e dos demais órgãos colegiados existentes na Casa de Direitos Humanos, no CES -que é um conselho da Secretaria de Estado de Saúde- também há ausência de plataformas oficiais para realização das reuniões plenárias dos conselhos. O secretário executivo do CES não informou, no e-mail, quais outras atividade ou ferramentas o conselho utiliza. Focou somente nas plataformas de reunião virtual.

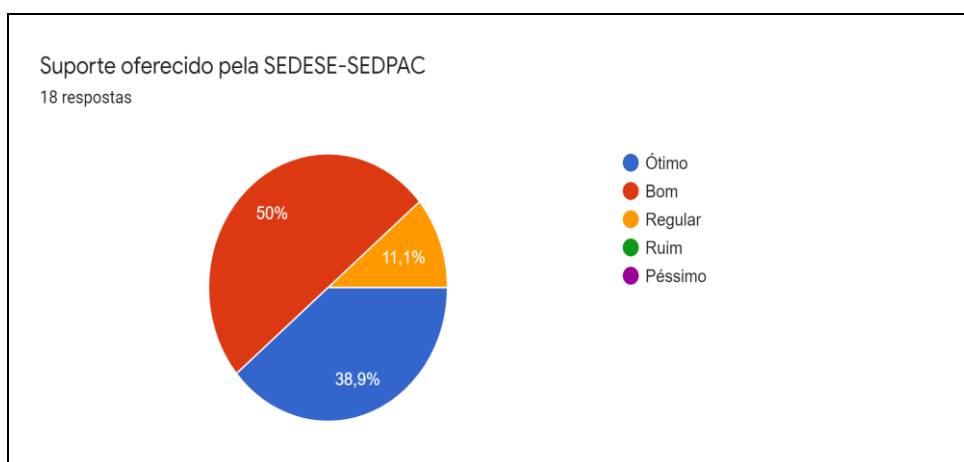
análise das informações não verbais, observa-se o descontentamento e insatisfação do(a) entrevistado(a) com o suporte e disponibilidade destas ferramentas pela gestão governamental ao CONEPIR. Inclusive, confrontando esta resposta do entrevistado(a), com as respostas do questionário aplicado aos conselheiros em janeiro e replicadas no “Relatório gerencial: Diagnóstico da participação social no Conselho Estadual de Promoção da Igualdade de Minas Gerais-CONEPIR”, observa-se uma redução da satisfação do suporte oferecido pela SEDESE ao colegiado. Isso comparando-se os anos anteriores a 2020 e o ano de 2020, quando começou a utilizar mais maciçamente as ferramentas da Tecnologia de Informação e Comunicação nas atividades do colegiado, conforme figuras que seguem. É sensível a diferença comparada, mas considerando a amostra, percebe-se a alteração, que, inclusive pode ser resultado da opinião da entrevistada.

Figura 12- Suporte oferecido pela SEDES-SEDPAC anterior a 2020.



Fonte: CONEPIR, 2021.

Figura 13- Suporte oferecido pela SEDESE-SEDPAC em 2020.



Fonte: CONEPIR, 2021.

Para avanços na utilização dessas ferramentas, apesar de julgar positiva, tem-se ainda a seguinte crítica:

Eu...eu ainda...eu acho que o CONEPIR é ainda um pouco modesto né? Digamos, assim, em termos de uma atuação mais éhhhhh...de uma agenda vamos falar mais positiva né?! Eu acho que assim...eu acho que muit...eu acho que o CONEPIR ele... Assim, a gente até tem nas nossas instituições daqui da comunidade judaica; a gente também tem um...também uma avaliação em relação a isso que a gente está sempre apagando fogo, né?! Sempre apagando um INCÊNDIO, né?! E não...e muitas vezes a gente poderia estar construindo agendas positivas, né?! (Entrevistado(a) F).

Outro (a) entrevistado(a) alega que reuniões virtuais comprometem a credibilidade que as pessoas de determinado segmento representam, bem como a assimilação e transmissão da informação entre o conselheiro e a sociedade civil do seu segmento. Isso porque caso estas pessoas não possuam a expertise para manusear a ferramenta de comunicação e compreender o conteúdo exposto, a participação fica comprometida. Além disso, essa situação de desvantagem, reflete como esse representante é visto pelos seus pares. Uma vez que é avaliado como ruim haver alguém que represente uma população e esteja numa situação desvantajosa, ainda mais em espaços de diálogo.

Olha, no momento que estamos vivendo, momento de isola...momento de isolamento social, distanciamento social, de certa forma é bom sim ter acontecido. Eu acho que é algo que, né?...a presidente da CONEPIR na

época ela fazia muito esforço para com as pessoas que estava de frente para que as pessoas participassem, tentava o máximo. Isso eu senti, né? E vivenciei isso no CONEPIR. Mas no mundo nosso indígena, discutindo com outras lideranças nos encontros que já tivemos presenciais com caciques de Minas Gerais e...essas liv...essas reuniões, os indígenas ...a gente não consegue assimilar bem elas porque o índio ele tem essa questão de de ouvir o outro falar, ver, né?! Presencialmente é uma outra, é é um outro entendimento quando você está no presencial com a pessoa do que de forma virtual. Então, a questão indígena está com muita dificuldade com essas reuniões online não só da CONEPIR como em outros espaços (Entrevistado(a) G).

Nesse momento foi indagado se essa dificuldade era verificada mesmo ao se considerar que a participação era realizada por lideranças dos povos indígenas as quais o contato com essas ferramentas da Tecnologia de Informação e Comunicação possa ser maior. E, o (a) entrevistado(a) manteve firme no posicionamento anterior.

Tem lideranças que eles não participam né?! Eles renegam a participar de reunião *online*, eles preferem presencial, mesmo em tempos de pandemia por essas questões. Eles gostam de falar olho no olho, né?! (Entrevistado (a) G).

Compreende-se, além do contato visual já abordado anteriormente, toda uma construção hierárquica social na adoção/imposição do uso das tecnologias entre as pessoas destas comunidades. Observa-se que a ressalva na adoção deste tipo de tecnologias tem um caráter de dominação e subalternidade. Isso porque, conforme verificado na referência bibliográfica, para a utilização destas ferramentas e tecnologias a educação e inclusão digital perpassam na validação e utilização delas. E, “há expressões concentradas de relações de poder em certas formas sociais, que condicionam e forjam a prática do poder na sociedade como um todo ao reforçar a dominação” (CASTELLS, 2015. p. 61).

E, muitas destas lideranças são introduzidas a este contexto de interações virtuais de forma traumática ou negativa. Isso pode ser ilustrado com as dificuldades em se obter aparelhos com tecnologia compatível para as plataformas; ausência de acesso à internet que permita a utilização sem cortes; facilidade e interatividade na instalação de aplicativos; língua utilizada no mundo digital ser predominantemente em inglês e não é, na maioria das vezes, compreendida; termos e siglas do mundo digital que não são explicados ou de

domínio amplo das pessoas tais como *download*, *login*, *meeting*⁵². Então, além de ficar comprometida toda uma comunicação, há também um contexto de constrangimento. Assim, as relações e a própria reunião já possuem simbologias e subjetividades que aludem ausência de equidade de diálogo num espaço democrático onde isso não era para ser observado.

Após este tema levantado, a democratização da internet, ter sido ponto comum entre os(as) entrevistado(a)s, verificou-se após coleta de informações sobre as justificativas de ausências enviadas ao colegiado. E nos registros do colegiado constata-se que não haver internet, ou haver uma conexão ruim foram pontos citados tanto nas ausências, ou, também, nas saídas antecipadas das pessoas durante reuniões, atividades ou plenárias. Inclusive, os conselheiros que residiam em regiões mais distantes da capital foram aqueles que mais relatavam a ausência ou saída antecipada dessas atividades citadas. Isso corrobora com o que foi pontuado pelo(a) entrevistado(a) D e o conteúdo citado por autores presentes no referencial teórico, uma vez que “(...) a exclusão digital impede que se reduza a exclusão social, uma vez que as principais atividades econômicas, governamentais e boa parte da produção cultural da sociedade vão migrando para a rede” (SILVEIRA 2005, p. 18).

Questionou-se mais informações aos entrevistados, mas considerando um dos itens do objetivo específico deste trabalho que é “como a utilização de ferramentas da Tecnologia de Informação e Comunicação alteraram a participação, especificamente, nas reuniões plenárias no período de 2019 a 2021”. E considerando a pergunta correlata itens mais presentes nas respostas foram alcance de quórum, maior participação de pessoas de outras representações que queiram interagir nas discussões do colegiado, pautas mais qualificadas, não há gargalo no deslocamento ou acesso físico ao local. Porém, foi maciçamente exposto nas falas respostas a importância de os conselheiros possuírem uma conexão de internet que permita os acessos, além da necessidade de continuar a organização das pautas e encaminhamentos. Chama a atenção a fala do(a) entrevistado(a)F quando pontua a possibilidade de haver plenárias mistas:

⁵² *Download* é traduzido como baixar. É utilizado no sentido de puxar, carregar um arquivo de determinado site. *Login* é traduzido como conectar. É utilizado nos aplicativos quando a pessoa irá acessar um sistema. *Meeting* é traduzido como reunião. Palavra utilizada nomeando algumas plataformas de reunião virtual.

eu acho que, eu acho que isso aí éé...Na verdade, assi, o mundo caminhava, estava caminhando para isso. Eu acho que a pandemia acelerou o processo, né?! Então, assim, na verdade nós temos é que aprender a conviver, e eu acho que quando voltarmos ao presencial, acho que a gente não pode afastar a possibilidade de éé...a tecnologia estar em funcionamento. Então, assim, isso vai fazer uma reunião no CONEPIR ne? No futuro no presencial, e voltar o que era antes, acho que seria interessante voltar a colocar, também, a tecnologia, né?...para transmissão. E que mais pessoas possam assistir esta reunião, talvez, né?! (...) podemos aprender com esses recursos e colocar no novo *modus vivendi*. (Entrevistado(a) F).

A resposta deste entrevistado, compreende-se que:

As estratégias que levam em consideração a natureza do acesso, reconhecem a interação entre as comunicações *face to face* e online e combinam a utilização da internet com um amplo conjunto de outras mídias, novas e antigas, proporcionam as melhores oportunidades para a melhor inclusão social por meio do emprego da TIC (WARSCHAUER, 2006, p. 265).

Não que os resultados anteriores à adoção mais acentuada das ferramentas de TICs sejam relativizadas, mas pode-se perceber que, quanto maior a utilização delas, mais vale-se do momento para discussão de assuntos finalísticos. E, questões operacionais, são discutidas pelas reuniões das comissões temáticas, ou da mesa diretora, previamente, e levadas a pleno em um estágio mais avançado da discussão. Ademais, correlacionando as respostas na entrevista com as leituras das atas, planilhas de monitoramento de presença, relação de encaminhamentos realizados, deliberações e recomendações publicadas verifica-se que a maior utilização das ferramentas de TIC proporcionaram maior ou melhor capilaridade; articulação; visibilidade da temática e do CONEPIR; acesso a outras instituições e parceiros de modo mais facilitado e com participação de mais atores dessas instituições/parceiros; quórum nas reuniões plenárias (todas as reuniões plenárias de 2019 a 2021 houve quórum); maior transparência e compartilhamento da informação; melhor distribuição das atividades das respectivas câmaras, grupos de trabalho e conselheiros.

Como exemplo que ilustra a maior parte dos elementos anteriores foi o encaminhamento resultante da pauta na plenária extraordinária de 05 de maio de 2020 do CONEPIR em que a segurança alimentar dos povos tradicionais face a pandemia do COVID-19 foi abordada. Houve a articulação dos gestores e sociedade civil para que o projeto Ar.te

Salva chegasse até as discussões posteriores de plenária do colegiado. E quando isso foi realizado, houve a criação de um grupo de trabalho para esta pauta especificamente.

Fez parte desse projeto Ar.te Salva -fruto de iniciativa governamental, sociedade civil e iniciativa privada- linhas de crédito, ações de capacitação, e, distribuição de cestas básicas. Nesse projeto, fez parte das discussões do CONEPIR, especificamente, o recebimento e distribuição de, aproximadamente, 30 mil cestas básicas. Ressalta-se que todas as reuniões de pactuação, planejamento, organização, logística e cadastramento dos assistidos pelo projeto foram realizadas remotamente por meio de ferramentas de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC), com a participação das lideranças do público-alvo do CONEPIR. Eles realizavam a conexão e diálogo entre Estado e sociedade neste projeto. Inclusive, durante as reuniões foi pactuada a inclusão do público da Comissão Estadual para Desenvolvimento Sustentável dos Povos de Comunidades Tradicionais de Minas Gerais (CEPCT-MG), abarcando a presença dos povos geraizeiros, circenses, carroceiros, apanhadores de flores, dentre outros segmentos que compõem esta Comissão para além do público do CONEPIR. Isso porque, segundo relatado pelos conselheiros, essa comissão integra a estrutura da Coordenação da Política Estadual de Promoção da Igualdade Racial-CEPIR, coordenação cujas pautas têm relação com as temáticas do CONEPIR. Mas cabe informar que o CONEPIR não é subordinado administrativamente a esta coordenadoria.

Inclusive, o processo de *accountability*, ou responsabilização conforme também é utilizado na literatura, ocorreu utilizando as ferramentas de Tecnologia de Informação e Comunicação. Isso tanto para realizar reuniões virtuais, elaborar e publicizar relatórios, utilizar georreferenciamento das comunidades, quanto para divulgação dos resultados nas plenárias do CONEPIR cuja pauta envolvia esta devolutiva com registro em ata, e publicação no site.

Outro trabalho da governança participativa no CONEPIR que ilustra os tópicos elencados anteriormente, ou seja, pontos positivos na maior utilização das ferramentas da TICs neste colegiado foi a necessidade de sensibilidade e inclusão da educação mais assistida para alunos de povos e comunidades tradicionais, principalmente durante o período remoto. Conforme informações obtidas em atas, durante encontro com gestoras da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG), e segundo relato das conselheiras, que também são lideranças da comunidade cigana, indígena e quilombola, há questões

administrativas e pedagógicas nevrálgicas que dificultam o processo de aprendizagem dos alunos e até geram a evasão deste público do espaço escolar. Como exemplo citaram: conseguir realizar matrículas (principalmente para os ciganos itinerantes), dificuldade de acesso à escola (transporte), divergência do conteúdo lecionado e a vivência/história/cultura desses povos- fato este que repercute em preconceitos étnicos ou, até mesmo necessidade de revisão da política pública de ensino por meio de Legislação específica tal qual expressam as leis Lei 10.639/2003 e 11.645/2008.

Porém, conforme exposto pelas lideranças civis, com restrições de circulação e fechamento das escolas devido à pandemia de COVID-19, foi inserida a metodologia de estudo por meio dos Planos de Ensino Tutorado (PET). E, nos relatos o ensino ministrado aos alunos dessas comunidades representadas por suas lideranças estava ficando comprometido. Isso, também, devido à dificuldade de acesso ao PET pelas pessoas; dificuldade de acesso à internet para assistir as aulas; dificuldade dos responsáveis pelo aluno na compreensão do conteúdo, da linguagem e, assim, poder assistir a aprendizagem.

Após a exposição da situação pelas lideranças durante esta reunião virtual, a demanda foi acolhida pelas gestoras da Coordenação da Educação Escolar Indígena, do Campo e Quilombola; da Coordenação Temáticas Transversais e Transversalidades Curriculares e da Superintendência de Políticas Pedagógicas presentes na reunião. E elas realizaram ações no âmbito da gestão que envolvia facilidade de acesso ao PET e suporte aos povos por profissionais da educação cuja lotação era em escolas próximas ao local de residência/permanência dos alunos provenientes de comunidades representadas pelas lideranças civis nesta reunião (ciganas, indígenas, quilombolas). Sobre o acesso à internet para visualização das aulas citadas, foi repassado que a visualização das aulas era opcional. Posteriormente, foi monitorado a efetividade desta atividade, e as lideranças avaliaram como satisfeita a atuação e responsividade.

Outro exemplo nos registros de retornos sociais resultantes de ações da governança participativa no CONEPIR com maior utilização de ferramentas de TIC, foi o pleito por reserva de vagas nos cursos de graduação da Universidade do Estado de Minas Gerais

(UEMG)⁵³ para povos ciganos. Segundo informações obtidas por e-mail enviado à Coordenadora de Assuntos Comunitários da Pró-Reitoria de Extensão da UEMG, a articulação para o atendimento de tal pleito ocorreu na modalidade mista de reuniões – pontua-se que não foram reuniões plenárias-. Houve a participação da conselheira civil do segmento dos povos ciganos, o gestor da Coordenadoria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da SEDESE, e o relator da proposta no conselho universitário da UEMG. Tal resultado foi pioneiro no estado mineiro, e proporcionou alterações com retornos positivos para pessoas desta comunidade. Pontua-se, também, segundo a coordenadora que ainda não obtiveram o ingresso de alunos autodeclarados ciganos no Programa de Seleção Socioeconômica da Universidade do Estado de Minas Gerais (PROCAN/UEMG). Porém, a partir das ações de participação civil, tornou-se uma política institucional de inclusão social que compõe uma das modalidades da Política de Ações Afirmativas da UEMG.

Na análise dos dados coletados compreende-se que a maior utilização das ferramentas de Tecnologia de Informação e Comunicação (plataformas de reunião, Sistema Eletrônico de Informações, sítios eletrônicos) proporcionam maior proximidade do público envolvido e alvo nas ações do CONEPIR. Ademais, o grau de desenvolvimento e tratamento das demandas apresentadas permitem melhorias na performance do colegiado e das discussões em plenárias. Assim há um espaço de trocas de informações, diálogos, consensos e realização de atividades que coadunam com o atendimento do que foi proposto ou deliberado. Pontua-se que, quando as ferramentas da tecnologia de informação permitiram essa maior proximidade, verifica-se o quanto que a exclusão digital recai, atualmente, em outras exclusões, como abordado no referencial teórico. Uma vez que “tecnologia e sociedade estão entrelaçadas” (WARSCHAUER, 2006, p. 23).

Entretanto, subsidiaram a avaliação negativa da maior adoção de tecnologias de informação e comunicação nas plenárias do colegiado, e, também, foram pontuadas até mesmo por aqueles que avaliaram positivamente essa adoção os seguintes itens: importância do contato visual, conversas e interação proporcionados pela plenária presencial que

⁵³ Para maiores informações sobre esta ação, sugerimos consultar o site da universidade. E, informações sobre a iniciativa foi divulgada nos canais de comunicação governamental como o Portal Agência Minas (<http://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/ciganos-terao-direito-a-cotas-no-processo-seletivo-da-uemg>).

permitem proximidade e inserção; falta de acesso à conexão de internet, ou ausência de uma conexão que suporte a visualização da reunião; educação e inclusão digital do público do colegiado uma vez que foi colocada esta modalidade de participação virtual.

Estes itens pontuados e ressaltados nas respostas anteriores são tidos como gargalos que envolvem não apenas a participação social, pois há uma complexidade maior que perpassa a inclusão social, inclusão digital, educação tecnológica, e capacidade política. Assim, durante a pesquisa, da escuta das entrevistas e da análise do discurso verifica-se que a inovação gerencial, inicialmente, foi o elemento mais preponderante durante a utilização das ferramentas das tecnologias de informação e comunicação.

Uma vez que houve, conforme Voccaro *et al.* (2012)⁵⁴ por Lopes *et al.* (2015, p. 5) “Implementação de uma prática, processo ou estrutura de gestão que é nova para a organização adotante”, porém, os recursos e gestão oferecidos não foram suficientes para assistir e monitorar às necessidades do público envolvido e processos de participação de modo inclusivo.

Ainda nas entrevistas foi questionado aos entrevistados(as) quais as dificuldades na participação, anteriores a adoção de plenária virtual, que podem persistir. E, nas respostas foram pontuados elementos como choque de agenda, continuidade de alcance de quórum, ausência de suporte de recursos para a realização das plenárias. Inclusive o(a) entrevistado(a) B afirmou que o conflito de agendas traz a necessidade de as pessoas trabalharem num processo educativo do tempo e de onde trabalhar com as informações.

Chama a atenção uma das respostas da entrevista que envolve o grau de comprometimento de pessoas indicadas para trabalhar no colegiado, tanto na estrutura administrativa quanto nos membros das cadeiras dos segmentos. E isso corrobora os itens abordados nas seções anteriores sobre institucionalidade do conselho. Assim, tem-se:

Ah, eu acho que tem muita disputa, né?!... O espaço é político, o conselho é um espaço político. É composto de muita disputa. E muitas vezes a gente... algumas entidades acabam abrindo mão da participação porque a entidade A que representa certo segmento foi escolhida né? Participou do processo e foi eleita, e a B não. Essa coisa da participação sempre foi um gargalo. Eu também vejo que mesmo a gest... principalmente a gestão

⁵⁴ Vaccaro, I; Jansen, J; Van Den Bosch, F; Volberda, H.W., Management Innovation and Leadership: The Moderating Role of Organizational Size. *Journal of Management Studies*, 49(1), 28-51, 2012.

pública...Os gestores públicos têm muita dificuldade assim, né? De... de ter pessoas sensíveis, engajadas que queiram participar do conselho. Muitas vezes, são nomes indicados porque não tem outro. Mas a pessoa não faz muita questão né?...de participar, não tem nem engajamento. Eu sinto muita falta, sim! Era um conselho que poderia ter maior participação, maior abrangência, mais força...Acho que é um problema que já existia antes e continua mesmo com a questão digital (ENTREVISTADO(A) D).

A partir desta fala tem-se que “Aumentar a eficiência do poder público com um governo mais horizontal e contando com servidores mais motivados, pareciam alternativas para aumentar o grau de confiança e de cooperação e para incrementar a legitimidade (PETERS, 2005, *apud* PINTO *et al.*, 2012, p. 630)⁵⁵. Além disso, trata-se de uma temática que ainda encontra obstáculos tanto na administração pública quanto na sociedade tradicional mineira para se desenvolver, ou mesmo realizar as atividades mínimas propostas, pois o preconceito e desinformação são latentes e, também, são obstáculos. Daí compreende-se que “Valores e motivações, no entanto, não surgem no vácuo; precisam de um solo adequado para fincar raízes e prosperar” (SCHWARTZMAN, 2004, p. 27).

Na entrevista foram questionadas as considerações, atividades, e itens que os(as) entrevistados(as) sugerem para promover a inclusão digital no público do colegiado. Neste momento da entrevista, foi necessário explicar a alguns deles o que é a inclusão digital. Isso porque percebeu-se pela comunicação não verbal (pausas, movimentação de sobrancelhas) e, até mesmo na comunicação verbal, uma vez que abertamente interrogam o que era este conceito. E como resposta teve:

Oh, posso ser sincera?! Se eu entendi corretamente, eu acho que a gente está precisando é dar acesso aos conselheiros né?! a internet né?!... gratuita ou ééééé...paga pelo próprio Estado. Por quê? Porque a gente usa a nossa internet. Eu, por exemplo...eu tenho... eu fico 24 horas em reuniões e, no entanto, eu tenho que pagar a minha internet para isso. Então, no lugar das diárias que fosse fornecido a internet gratuita para todos os conselheiros do CONEPIR. Eu acho que essa teria que ter inclusão digital porque acesso a aparelhos a maioria tem celular. Então, às vezes, dificuldades é porque não tem condições de estar pagando uma conta de internet. Entende?!” (Entrevistado (a) A).

⁵⁵ PETERS, Guy. **Governanza y Burocracia Pública: ¿nuevas formas de democracia e nuevas formas de control?** FORO INTERNACIONAL, DISTRITO FEDERAL, México, v. XLV, n. 4, p. 585-98, out./dez. 2005.

E:

...acho que é pensar em um treinamento né?!...dentro das comunidades indígenas a lidar com essa tecnologia, né?... com esses equipamentos que não são todos que tem, e que tem condições de de manu...manusear. E e, ou talvez incluir dentro das escolas indígenas... cursos para os alunos treinarem com seus pais dentro das famílias...alguma coisa nesse sentido também. E, claro né? Com tudo, disponibilizar talvez equipamentos para a comunidade indígena, ou pontos de apoio tendo esses equipamentos dentro das comunidades indígenas para estar participando dessas reuniões da CONEPIR, não só da CONEPIR como outras instâncias também, né? (Entrevistado (a) G).

Esta fala pode compreender (e só corrobora como percebe-se desde o início da entrevista) que a ressalva do representante deste segmento não é com a maior utilização da Tecnologia de Informação e Comunicação. É todo o desdobramento negativo e excludente que resulta em exclusões, desigualdades e constrangimentos os quais fazem-no optar por reuniões presenciais.

Outro entrevistado colocou ainda:

Tem umas coisas que são muito básicas...assim. E que o próprio governo do Estado poderia fazer, alcançar enquanto uma política pública que eu entendo que já existente, mas a gente não consegue avançar. E que é...é acessibilizar mesmo a internet para essas pessoas. E disponibilizar, também, equipamentos, ainda que for de segunda mão, mas para comunidades. Por exemplo: a própria presidente do conselho, né?! A gente percebe que ela tem certa dificuldade de acesso à internet, o que é contraditório, né? Ela devia ser a pessoa mais bem assessorada, já que ela representa.....Acredito que não seja uma questão do único conselho. Mas os desafios que a sociedade civil, principalmente, enfrenta para ocupar os espaços que é de... é legítimo que eles ocupem, né?! A participação social e o controle social estão garantidos na Constituição. Então eu acho que os instrumentos que o conselho... não sei... não sei... poderia dialogar com outras secretarias, outros espaços, outros parceiros; mas fazer uma mobilização uma doação ampla, né?!...de acessibilidade à internet. As vezes até... aproveitando os espaços que já existem. As comunidades que eu frequento mesmo, quilombolas, tem muitos telecentros e que viraram elefantes brancos, assim nas comunidades né?! Na época, foi uma revolução, computadores novos, todo um equipamento, mas a internet que era o principal não chegou... assim, não se tornou acessível! E a gente tem que fazer a crítica, né? Se isso também, até que ponto isso, também, não é... não uma estratégia, né?! E de enfraquecimento popular. Porque nada justifica! Não é algo tão difícil hoje, né?... de se fazer. Com quinhentos reais, talvez, não sei uma verba pequena, apoio pequeno em termos de recurso financeiro, ou também procurar empresas, outros patrocínios como a gente está acostumado a fazer..., mas nesse sentido não se pensou. Então,

eu acho que é um acesso facilitado que ...no dia a dia, no jogo político ele acaba sendo dificultado...eu não sei o porquê. Mas seria uma estratégia (Entrevistado (a) D).

Percebe-se que a necessidade de acesso à internet foi bem salientada tanto pelos entrevistados pertencentes à sociedade civil como governamental. E, foi destacado que o acesso a este recurso se torna divisor de águas, pois, caso sejam disponibilizadas ferramentas ou “telecentros”, como citado, sem a conexão à internet, as ferramentas (máquinas) ficam subutilizadas ou sem função para essas comunidades tornando o “elefante branco”. E sem a internet não é viabilizada a participação social das pessoas dessas comunidades.

Ouviu-se também, que a ausência desta acessibilidade foi compreendida por uma das conselheiras como uma estratégia de enfraquecimento popular. Já que a internet “por reduzir custos pessoais com relação a tempo, nível de comprometimento e energia, pode ser elemento decisivo no momento de escolha do cidadão de participar, ou não de algum tema de interesse” (STEFANI, 2015).

Diante dos reiterados destaques de disponibilização de internet gratuita, um (a) entrevistado(a) alega que deveria ser analisada a possibilidade dos recursos que seriam para diárias e passagens serem destinados para acesso à internet para os conselheiros, uma vez que não houve por parte da administração dos conselhos o fornecimento de tal item essencial para a participação virtual. Ainda mais se considerarmos que, o público majoritário que sofre as mazelas e perversidades da exclusão social no Brasil e o público-alvo do CONEPIR tem singularidades.

O que foi oferecido, conforme a circular emitida são telecentros. Porém, estes se tornam inviáveis. Isso porque, para alguns conselheiros, como aqueles que residem em Carmésia, o telecentro mais próximo seria em Itabira. E isso representa um deslocamento de, aproximadamente, 100 km, conforme já explicado em páginas anteriores. Assim, haveria um gasto pelo conselheiro com transporte que não está sendo subsidiado pelo Estado.

É importante pontuar que a disponibilização de internet gratuita aos conselheiros foi sugerida no Relatório Gerencial elaborado pela secretaria executiva do CONEPIR. E, neste documento afirmaram que a economicidade estimada para este tipo de alteração extrapola os valores mensais de diárias multiplicada pelos 06 conselheiros que residem/estão no interior, bem como o membro cigano itinerante. Isso porque, segundo o mesmo documento, traria

benefícios que não se podem mensurar financeiramente como abertura do CONEPIR e SEDESE a inovação tecnológica com maior participação social; inclusão digital de povos e comunidades tradicionais na interlocução com o governo; inovação com ações que resultem em contribuições e melhorias para a sociedade; maior capilaridade e alcance das ações do Conselho e da gestão pública; maior confiabilidade dos dados dentre outros elencados.

Portanto, aqui, podemos perceber que “a exclusão digital se caracteriza não apenas pelo acesso físico a computadores e a conectividade, mas também a recursos adicionais, que permitem que as pessoas utilizem a tecnologia de modo satisfatório (WARSHAUER, 2006 p. 21).” E ainda considerando o mesmo autor “não há uma divisão binária entre ter informação e não ter informação, mas sim uma relação baseada em diversos graus de acesso à tecnologia da informação “(WARSCHAUER, 2006, p. 22).

Assim, além de fatores inerentes a administração intraorganizacional citados anteriormente, percebe-se que há, ainda, fatores relacionados ao ambiente extraorganizacional. Aqui tem-se o acesso à comunicação pelos conselheiros para atuarem nos espaços e reuniões de proposição, discussão e deliberação. E, isso, interfere, também, na articulação e repasse de informações desses conselheiros para a sociedade civil que a representam. Inclusive, aqui, tem uma escalabilidade que ultrapassa fronteiras geográficas e institucionais, e que abarca a sociedade, os movimentos, atores políticos e a rede envolvida na participação social desta temática.

Quando foi questionado quais resultados (negativos e positivos) os(as) entrevistados(as) gostariam de destacar, uma vez que houvesse uma maior adoção e utilização de TIC. Ou ainda, questionado o que a inclusão digital poderia causar no público-alvo do colegiado, foram colocadas como negativo a perda da interação física; o desconhecimento do público do colegiado em operar as ferramentas de TIC; e a falta de acesso à internet já que não isso foi disponibilizado pelo Estado (como havia disponibilização de recursos de diárias e passagens para participação nas plenárias presenciais).

Os resultados positivos como a abertura para utilização de tecnologias para a participação social, respostas mais ágeis às demandas que são encaminhadas ao conselho; agilidade e diálogo mais facilitados com parceiros e novos atores; maior participação da sociedade civil de outros municípios, retirando a dependência de diárias e passagens e ou gargalos com deslocamentos. Nestes pontos positivos percebe-se que a “Tecnologia

representa novas formas de fazer as coisas, e, uma vez dominada, cria uma mudança duradoura, que as organizações e as pessoas não "desaprendem" (BARBOSA, 2016, p.40).

Nisso, tem a seguinte crítica do(a) entrevistado(a):

...eu acho que é preciso pensar é ...você vai pensar hoje o CONEPIR que é um órgão que desenvolve políticas de combate ao racismo e a desigualdade social provocadas pelo racismo, é preciso, também, investir na tecnologia para que a gente consiga acompanhar as políticas públicas que estão sendo é...é...é...que estão sendo distribuídas à partir dessas ferramentas. E a gente... e não pode ter só acesso para as plenárias, tem que ter acesso é...para poder dialogar também com outros departamentos, com outros setores. E esses outros setores, também, tenha essa, esse, esse...esse retorno dentro dessa....E eu acho que... que a tecnologia ela aproxima isso, Nayara. Eu acho que ela aproxima o nosso diálogo, e ela consegue nos mostrar em tempo real, sabe?! E pensando, também, ela ainda provoca uma perspectiva de futuro que é o que a gente está se sentindo muito atrasado pela falta de tecnologia mesmo (Entrevistado(a) E).

Para a pergunta final, se os(as) entrevistados (as) consideram a necessidade de uma educação digital para o público do CONEPIR, a resposta foi unânime para a necessidade dessa educação digital.

4.2 Ferramentas de Tecnologia da Informação e Comunicação no CONEPIR

Nesta seção serão abordadas as principais ferramentas da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) utilizadas no colegiado. E, assim, será possível verificar como essas ferramentas contribuem para a maior ou menor participação dos conselheiros nas plenárias, se elas alteraram a participação, especificamente, nas reuniões plenárias no período de 2019 a 2021, além da capilaridade e alcance dos trabalhos realizados no CONEPIR utilizando essas ferramentas.

Antes do desenvolvimento desta seção, é importante abordar que para o período considerado neste estudo 2019 a 2021, faz parte das rotinas administrativas do colegiado a utilização de alguns sistemas eletrônicos, sites institucionais, *website* e plataformas de reunião, somente. Sabe-se da importância de elementos do que tem sido denominado “Nova Tecnologia”. Neste caso tem a *Big Data*, Inteligência Artificial, computação em nuvem,

Internet das Coisas. Entretanto, a gestão deste conselho ainda deve caminhar, com passos largos-acelerados e folego de atleta, para solidificar a maior utilização das ferramentas das tecnologias que antecedem a essas citadas da Nova Tecnologia. Inclusive deve abrir mais para utilização e acesso às ferramentas basilares que, ainda, não chegaram a este público. Então, quiçá um dia, poderá ter a esperança para o avanço em direção à essas outras da Nova Tecnologia. Só não se sabe se será em um futuro (não) muito distante. Portanto, por compreender ser descabido para a realidade do contexto deste conselho, não se realizou esta abordagem nas entrevistas, no referencial teórico e nas análises sobre essa “Nova Tecnologia”. Isso, talvez, será possível em trabalhos futuros.

A conexão de internet disponível na Casa de Direitos Humanos para utilização durante o trabalho presencial dos conselhos que abriga é de 5 Mb dedicados fornecidos pela Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais -PRODEMGE. E os computadores são do fabricante Positivo; modelo: Positivo Master; Processador: Intel Pentium, CPU G840 2.8Ghz, Memória RAM: 4GB; HD: 320 GB, Sistema operacional: Windows 7 - 64 bits. Configuração compreendida como satisfatória para a realização das atividades do conselho, visto que não se realiza tratamento de imagem ou produção de conteúdo, algo que requer máquinas mais potentes.

Apesar de haver essas máquinas, durante o teletrabalho devido a pandemia de COVID-19 os servidores utilizaram a conexão e máquinas que possuíam em casa. Aqueles que não tinham computadores, isso foi cedido pelo Estado por meio da Gestão da Casa de Direitos Humanos. Porém, somente para servidores administrativos lotados em conselhos (agentes administrativos do secretariado executivo). Isso não aplica aos conselheiros (sejam estes civis ou governamentais). Pontua-se que não foi disponibilizada conexão de internet para os servidores.

Não há sites de mídias sociais para o Conselho. Como esta seria uma iniciativa por parte do CONEPIR, e sem envolvimento da assessoria de comunicação da SEDESE, haver este tipo de canal está em discussão nas plenárias. E o Sistema Estadual de Redes em Direitos Humanos (SER-DH) que é o modelo de gestão de políticas públicas em Direitos Humanos da SEDESE, que, conforme informações do site, tem como objetivo estabelecer, em conjunto com atores governamentais e não-governamentais, ferramentas de fortalecimento, modelagem e integração de redes setoriais de promoção e proteção de direitos ainda está em fase de

introdução no colegiado até o momento da escrita deste trabalho. Inclusive não foi possível realizar e divulgar a *live* realizada pelo CONEPIR e a FJP por ele devido gargalos administrativos envolvendo o cadastro dos membros do colegiado. Porém, vislumbra-se avanços e excelentes contribuições desta plataforma para os trabalhos deste colegiado.

Já no site do CONEPIR⁵⁶ são disponibilizados e visualizados conteúdos publicados os quais estão distribuídos em seções denominadas:

- a) Institucional (competências, estruturas, composição, legislação, atas, convocações);
- b) Serviço à população (links úteis);
- c) Publicações (relatórios, Plano de Ação⁵⁷, publicações no Diário Oficial);
- d) Banco de notícias (últimas atividades e eventos envolvendo o CONEPIR);
- e) Atos emanados (deliberação, recomendação, moção, grupos de trabalho);
- f) Fale conosco.

Um dos sistemas de maior utilização é o Sistema Eletrônico de Informação- SEI que, conforme informações contidas no portal do Governo Federal⁵⁸, é um sistema de produção e gestão de documentos e processos eletrônicos desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4). São abordadas como vantagens na utilização deste sistema os seguintes itens:

- a) Portabilidade: 100% Web e acessado por meio dos principais navegadores do mercado: Internet Explorer, Firefox e Google Chrome;

⁵⁶ Site do CONEPIR: <http://conselhos.social.mg.gov.br/conepir/>

⁵⁷ O conselho não tem Plano de Ação desde 2015.

⁵⁸ BRASIL. SEI-Sistema Eletrônico de Informações. Disponível em: <http://portalsei.df.gov.br/category/sobre-o-sei/o-que-e-o-sei/>. Acesso em 23 maio de 2021. TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO. **Tempo de tramitação de recurso no TRF4 reduz quase 80% com processo eletrônico.** Disponível em http://www2.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=noticia_visualizar&id_noticia=7579. Acesso em 24 de maio de 2021.

- b) Acesso Remoto: pode ser acessado remotamente por diversos tipos de equipamentos, como microcomputadores, notebooks, tablets e smartphones de vários sistemas operacionais (*Windows, Linux, IOS e Android*). Isto possibilita que os usuários trabalhem a distância;
- c) Sistema intuitivo: estruturado com boa navegabilidade e usabilidade;
- d) Economia nos contratos de compra de papel; em outsourcing⁵⁹, material de escritório e serviço de postagem, redução de custos em logística e transporte de documentos, e permite maior produtividade, rapidez, transparência e segurança aos trâmites administrativos (BRASIL, 2021).

Além disso, o SEI possibilita padronização de documentos para determinados procedimentos, controle e monitoramento da tramitação e nível de acesso, assinatura eletrônica, guarda dos documentos digitais resultando em menor extravio, criação de base de informação sobre o procedimento e seu conteúdo.

Apesar dos benefícios citados acima, também se encontra na literatura⁶⁰ pontos críticos deste sistema:

- Área de pesquisa ineficiente.
- Adaptação lenta por excesso de recursos e ferramentas.
- Não integrado com outros órgãos que utilizam SEI.
- Não faz arquivamento de processos concluídos.
- Dificil disponibilidade para acesso externo.
- Classificação documental inadequada
- Não faz avaliação documental (NASCIMENTO, 2017, p. 45).

A adoção desse sistema para os processos e atividades dos colegiados iniciou em 2019 de modo obrigatório e latente, para as rotinas administrativas e operacionais. Diferentemente do que se observa em outros órgãos do Estado que já o utilizam há mais tempo. Assim, há

⁵⁹ Externalização ou terceirização. Para este contexto é terceirização. Tradução nossa.

⁶⁰ NASCIMENTO, P. R. S. **Impactos da implantação do Sistema Eletrônico de Informação (SEI):** estudo de caso da Universidade de Brasília. 2017. 136 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) -Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

CÁRIA, I. M. S. **O processo de implantação do Sistema Eletrônico de Informações no Centro de Serviços Compartilhados da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais [manuscrito] uma contribuição para a análise segundo a perspectiva neoinstitucional.** Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em Administração Pública) – Fundação João Pinheiro, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, 2017. Disponível em: <http://monografias.fjp.mg.gov.br/handle/123456789/237>. Acesso em 9 jul.2021.

quem defenda que este sistema promoveu benefícios às atividades do CONEPIR e da Administração Pública estadual. Porém, há críticas negativas sobre o sistema também. Inclusive verificou-se estudos acadêmicos sobre esse sistema.

No CONEPIR o SEI é empregado para aceite e encaminhamento de Atos, para fins de publicação no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais; tramitação de ofícios/memorandos/notas técnicas e jurídicas/convocações/circulares/assinatura de atas desde 2019. Observa-se que, inicialmente, algumas pessoas de determinados segmentos da sociedade civil do CONEPIR tiveram dificuldade para acessar o SEI e utilizá-lo. Isso mesmo para atividades consideradas triviais como assinatura de atas. O mesmo não ocorre com os conselheiros governamentais do CONEPIR, pois como são servidores lotados em outras órgãos do Estado, já receberam treinamento para utilização do sistema. Logo, possuem maior facilidade para a utilização do SEI, ainda mais que ele já é utilizado rotineiramente na maioria dos órgãos do serviço público estadual há alguns anos, conforme pontuado anteriormente.

Entretanto, como esse treinamento não se aplica aos conselheiros civis, pois estes são vinculados às entidades da sociedade civil e não aos departamentos do governo, não se observa as mesmas condições de uso e treinamento. Foi informado pelo secretariado executivo do CONEPIR que houve repasse de informações sobre o sistema, mas treinamento não houve.

Figura 14- Sistema Eletrônico de Informações.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Sistema Eletrônico de Informações

sei!MG
amor de mãe
cuida e salva vidas
DOE SANGUE
AGÊNCIA - MG APP - CIDADÃO
SUA DOAÇÃO - BEMOMINAS.MG.GOV.BR

Usuário (CPF):
Senha:
Órgão:
SEDESE
Esqueceu sua senha? Usuário Bloqueado?
 Lembrar

Fonte: Minas Gerais, 2021.

Para o CONEPIR, observa-se tanto os itens citados como vantagens como pontos críticos. E, a adaptação é o ponto mais nevrálgico, isso devido pela ausência de treinamento, ausência de conectividade pelos conselheiros civis, e, também, por não ser uma ferramenta de utilização maciça por estes.

4.3- Inovação Social e o CONEPIR

Nesta seção verificar-se-á se a utilização de ferramentas da TIC promoveu Inovação Social considerando práticas para a participação no CONEPIR. Assim recorrerá aos itens elencados na literatura que configuram a Inovação Social vis a vis ao contexto do CONEPIR.

Para analisar isso, deve considerar o CONEPIR em duas dimensões micro e macro. Pois:

em um nível micro, os objetivos de inovações sociais abrangem satisfazer necessidades sociais, melhorar o padrão de vida continuamente e enriquecer a capacidade de agir de grupos e indivíduos, por exemplo. Já numa perspectiva macro, inovação social trata de uma mudança geral na sociedade ao eliminar desigualdades e promover o desenvolvimento sustentável (BUCHEGGER; ORNETZEDER, 2000 *apud* BULUT; EREN; HALAC, 2013).

Nessa última visão, a Inovação Social tomaria forma quando uma nova ideia estabelecesse um jeito de pensar e agir que mudasse os paradigmas existentes (CAJAIBA-SANTANA, 2014). Assim, tem-se:

Quadro 6-Análise micro e macro do CONEPIR para a Inovação Social.

Micro	Macro
Alteração na participação dos conselheiros (capacidade de agir).	Alteração na articulação com a sociedade civil e parceiros (eliminar desigualdade).
Alterações na performance da plenária (capacidade de agir de grupos e indivíduos).	Alteração na visibilidade do colegiado na sociedade (mudança de paradigmas).
Atendimento dos encaminhamentos das plenárias (necessidades sociais)	Institucionalização da política (promover equidade e o desenvolvimento sustentável).

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Primeiramente, abordará a análise micro.

Para as alterações na performance da plenária do CONEPIR, observando a capacidade de agir de grupos e indivíduos, a maior adoção das ferramentas de TIC promoveu alterações positivas e Inovação Social. Uma vez que, conforme exposto em seções anteriores, essas ferramentas possibilitaram que os conselheiros aderissem a uma nova prática para participarem da reunião mesmo em situações críticas e adversas (ex.: ausência de boa conexão de internet, necessidade de inclusão digital, e isolamento social). Conseqüentemente, possibilitada a participação virtual nas reuniões plenárias houve quórum, discussões, deliberações e encaminhamentos. Isso inclusive sobre pontos nevrálgicos que assolavam o público-alvo no momento da adoção de maior utilização das ferramentas e da pandemia de COVID-19. E essa capacidade de agir em grupo pelos membros do CONEPIR proporcionou resultados para esse público (vacinação de comunidades quilombolas, distribuição de cestas por meio do Projeto Ar.te Salva, discussão com o MPMG e prefeituras sobre despejo de assentamento cigano de outras cidades mineiras, discussão e conquistas para a educação do público do colegiado, validação de ferramentas de Tecnologia de Informação e Comunicação no colegiado e seus pares replicando e consolidando a maior utilização).

Concomitantemente, houve alteração da performance do conselho. Como exposto nas seções anteriores, as plenárias tiveram pautas mais qualificadas, pois os trabalhos apresentados já estavam em um nível de discussão e tratamento mais avançado (haja vista o trabalho prévio das câmaras setoriais e grupos de trabalho); reduziram-se discussões sobre gargalos operacionais e focando mais tempo e esforços na política pública e ações de promoção e bem-estar da população-alvo. Além disso, o *feedback*/retorno dessas ações era possível ser verificado tanto por meio das publicações e repasse de informações realizadas pela secretaria executiva no site, ou nos informes e nos processos SEI!MG. Tal item já responde o terceiro elemento do quadro anterior sobre o encaminhamento da plenária face às necessidades sociais e pautas.

Considerando a análise macro:

Verifica-se que houve alteração na articulação com a sociedade civil e parceiros. Isso porque foi possível utilizar das ferramentas de Tecnologia de Informação e Comunicação para não paralisar a articulação, tendo em vista as restrições impostas sejam de ordem financeiras, sejam sanitárias, sejam gerenciais. Assim possibilitou ações que convergissem para promover equidades ou eliminar desigualdades (Ex.: Secretaria de Estado de Saúde na deliberação em prol da vacinação de parte do público-alvo do colegiado; Secretaria de Estado de Educação no encaminhamento das modalidades educacionais com PET, sociedade civil e parceiros no projeto Ar.te salva nas doações de cestas básicas, Fundação João Pinheiro no alcance de suporte administrativo-tecnológico).

Raciocínio análogo é para a Institucionalização da política. Uma vez que se observa como a política de promoção da igualdade racial foi abordada em ações com instituições e parceiros abertos (CEMIG, ALMG, MPMG). Porém, dentro da própria SEDESE a promoção de melhorias para este colegiado ainda é insipiente e realizada com esforços daqueles que fazem parte um perfil resiliente e militante. Como explicitado, a política não foi incluída no PPAG da secretaria com ações específicas para a temática. Ademais, como exposto nas entrevistas e atas, ações mínimas como direcionamento de servidores para trabalharem no colegiado são realizadas de modo que não alinham com uma boa gestão de pessoas e competências. E, os

movimentos sociais procuram preencher lacunas deixadas pela retração ou pela inação do Estado. Evidentemente, a complexidade dos problemas acumulados por décadas de marginalização possui inúmeras causas e poucas soluções. A inovação social surge como uma das formas de se buscarem alternativas viáveis para o futuro da sociedade humana (BIGNETTI, 2011, p.04).

Considerando as alterações na visibilidade do CONEPIR na sociedade, houve uma nova forma de realizar os trabalhos do colegiado com o maior uso de ferramentas de Tecnologia de Informação e Comunicação. Assim, essa maior utilização de ferramentas de TIC que eram/são vistas com ressalva por alguns para a realização das atividades no colegiado, permitiram a continuidade ou avanços em discussões, atividades e encaminhamentos. Inclusive, ao realizar a *live* com muita capilaridade, acesso e participação; ou até mesmo realizar diálogos com políticos e parceiros de diversos locais do Brasil. Logo, houve certa mudança de paradigma. Uma vez que, conforme exposto no início deste trabalho

na seção sobre a relevância; a maior utilização de ferramentas tecnológicas para o colegiado era vista com reservas por parte da gestão governamental. Então “novas práticas desconstróem e modificam arranjos institucionais anteriores, abrindo espaço para novos paradigmas de desenvolvimento” (GENTIL *et al.*, 2019, p. 516).

Portanto, pontua-se que no CONEPIR a maior utilização de ferramentas de Tecnologia de Informação e Comunicação resulta em Inovação Social tendo em mente que houve o” resultado do conhecimento aplicado a necessidades sociais através da participação e da cooperação de todos os atores envolvidos, gerando soluções novas e duradouras para grupos sociais, comunidades ou para a sociedade em geral” (BIGNETTI, 2011, p.04).

Ainda após a análise dos itens do Quadro 10- Análise micro e macro do CONEPIR para a Inovação Social, ainda, compreendeu-se que pensar e adotar práticas inovadoras especificamente para o CONEPIR, não eram totalmente rechaçadas pela gestão administrativa da secretaria que ele está vinculado. Mas, também, não eram acolhidas, oferecidos suportes e desenvolvidas considerando os processos da inovação, ou de Inovação Social verificado na literatura Mulgan (2006) a saber: compreensão das necessidades sociais e das possíveis soluções; desenvolvimento e prototipagem; avaliação, aprendizagem e evolução. E esse processo só ocorreu a partir da demanda da sociedade civil, especificamente a presidente do colegiado, que interessada no acompanhamento dos processos do CONEPIR e informações na área de gestão, junto do secretariado executivo, realizou e solicitou o registro de tais etapas de modo independente do suporte da secretaria vinculada. O que pode ser comprovado pelo Relatório Gerencial do CONEPIR.

Pontua-se que, houve uma tentativa de compartilhamento pelo CONEPIR do Relatório gerencial, via processo no SEI, para gestores governamentais da pasta da secretaria vinculada (SEDESE). O intuito era ampliar a avaliação e evolução do processo de maior adoção das ferramentas de TIC. E como se explicitou anteriormente, neste relatório há dados e conteúdos informativos sobre a avaliação e monitoramento do colegiado antes e após a adoção maior de ferramentas virtuais nas atividades. Este processo SEI, inicialmente, não recebeu atenção por parte de alguns gestores governamentais designados para a pasta à época. Inclusive, constatou-se que o processo com o conteúdo foi concluído/encerrado em algumas unidades do SEI da própria subsecretaria de Direitos Humanos sem nenhuma consideração ou apreciação.

Entretanto, com a mudança de um dos gestores máximos da pauta, e após este ter acesso ao conteúdo do relatório para maior proximidade e informações sobre as unidades que seria gestor, o relatório recebeu uma boa receptividade por ele. Desta maneira, foi expedido um memorando para a coordenação dos conselhos de direitos abrigados na Casa de Direitos Humanos realizar um relatório e questionário similares para os demais conselhos (Conselho da Pessoa Idosa, Conselho da Pessoa com Deficiência, Conselho da Criança e do Adolescente, Conselho da Mulher, Conselho da Juventude, Conselho de Direitos Humanos). Argumentou-se que seria para possíveis melhorias gestionárias, abertura a inovação e maior utilização de ferramentas de TICs. Diante disso, compreende-se que “As inovações que começam num setor podem ser assumidas por outros” (MULGAN, 2010, p. 59 *apud* VIEIRA *et al.*, 2019, p. 65).

Apesar desse pequeno avanço e abertura, em momentos anteriores foram apresentados outros trabalhos pelos membros do CONEPIR a alguns coordenadores governamentais. Por exemplo sobre a utilização de práticas inovadoras e ampliação da rede de economia social em parceria com a Subsecretaria de Trabalho e Emprego (SUBTE) da SEDESE. E, assim, além dos impactos da atividade no âmbito da gestão de desenvolvimento social haveria, também, abertura para práticas de Inovação Social e a possibilidade de fortalecimento da economia social⁶¹ com o recorte do público do colegiado. Deste modo possibilitando “incrementar a produção de produtos finais, insumos e serviços; gerar novos postos de trabalho e promover a distribuição de renda; e garantir as condições econômicas para o exercício das liberdades públicas e privadas eticamente exercidas” (VIEIRA *et al.*, 2019, p. 51). Mas apesar da abertura e interesse da SUBTE os trabalhos não foram acolhidos e desenvolvidos pelos demais gestores governamentais da pasta correlata da SUBDH da SEDESE. Logo:

para atingir os seus propósitos, as inovações sociais precisam se fortalecer. Isto requer o desenvolvimento de metodologias de pesquisa e desenvolvimento no setor público, com foco no fomento às iniciativas e à implementação de ferramentas e do empoderamento dos atores sociais para

⁶¹ A economia social considerando o recorte de povos e comunidades tradicionais de Minas Gerais, algo muito abordado no Conselho Estadual de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais-CEPCT da SEDESE, não será esgotada neste estudo de caso. Assim, também, poderá ser tema de pesquisas posteriores considerando aspectos da inovação social. Inclusive, a Parente *et al.* (2019, p. 291-349) realizaram uma pesquisa semelhante em Portugal.

atuarem como representantes e gestores das inovações (MOULAERT et al., 2005 *apud* CORREIA et al., 2018).

Ainda considerando inovações para o CONEPIR, o mesmo, infelizmente, ocorreu com a ideia de inovação proposta após chuvas de ideias do colegiado na utilização de georreferenciamento⁶² de pontos de economia solidária de povos e comunidades tradicionais que seriam plotados e disponibilizados em sites de prefeituras e instituições de turismo mineiras.

Isso exposto, e corroborando Vásquez (2012)⁶³ em Vieira et al. (2019, p. 52):

...aspectos relevantes relacionados à sustentabilidade e difusão da inovação social ainda estão incompreendidos, principalmente os que dizem respeito às condições ambientais que favorecem a sustentabilidade e difusão da inovação social e às novas formas de alinhar interesses e atores diversos e de combinar os diferentes atores e recursos disponíveis para a obtenção de novas respostas aos problemas enfrentados.

Assim, uma questão compreendida nestas situações acima expostas é que o gargalo não é o distanciamento do CONEPIR da tecnologia e as inovações provenientes disso, mas do Estado do CONEPIR. E isso é confinar o público deste colegiado a mais alijamento, barreiras, retrocessos é aprofundar desigualdades e não promover equidades. Neste contexto, faz-se necessário reconstruir uma totalidade alternativa que desfaça o culturalismo conservador-retrógrado-excludente. E, assim, promover ideias, pensamentos, processos e pesquisas, a fim de promover o desenvolvimento, prover melhores serviços, reforçar o valor da inovação e desenvolvimento da nação despindo de ideias preconcebidas Souza (2017), Chesbrough (2006).

Inicialmente, compreende-se que no CONEPIR houve uma inovação gerencial com a adoção das ferramentas tecnológicas na realização das plenárias que alteraram o processo de governança participativa. Inovação gerencial motivada por redução orçamentária, e,

⁶² O georreferenciamento correlacionado ao turismo e a economia social também são sugestões de temas de pesquisa que poderão fazer parte de trabalhos posteriores considerando a Inovação Social e a utilização de ferramentas da Tecnologia de Informação e Comunicação.

⁶³ OLIVEIRA, C.; BREDÁ-VÁZQUEZ, I. Creativity and Social Innovation: What Can Urban Policies Learn from Sectoral Experiences? *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 36, n.3, 2012, p. 522–38

posteriormente, como resposta a situação da pandemia de COVID-19. E, depois, com os arranjos realizados horizontalmente pelo público do CONEPIR, percebem-se elementos da Inovação Social no colegiado. E, observando o que foi exposto no referencial deste trabalho Parente (2014), o modelo de intervenção foi, marcadamente, na dimensão de processos (apesar de não coordenados segundo os elementos que compõe as fases para isso abordadas na literatura). E no modelo de gestão foi na dimensão da democracia e cooperação sobretudo na governança e capital social (redes, parcerias, interessados (*stakeholders*), prestação de contas e comunicação externa), ou seja para além de um processo *top-down*. Deste modo, o conteúdo deste parágrafo responde a problematização do estudo de caso.

Então, verifica-se que a inovação no processo de participação assistido pela rede de apoio permitiu resultados que solucionassem algumas necessidades do público envolvido. Ademais, houve a participação dos usuários finais (público do conselho) no processo de geração de ideias uma vez verificadas as necessidades do conselho, numa tentativa de contornar problemas, falhas e dependências. Pois “a Inovação Social possui características próprias – em função de o processo ser conduzido através de uma constante interação entre desenvolvedores e beneficiários” (BIGNETI, 2011, p.03).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ferramentas da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e inovações sociais são elementos que, alinhados a uma gestão orientada, permitem alterações gerenciais e de performance nos ambientes. E alguns autores, como Castells por exemplo, sinalizaram, em 2001, sobre a participação social frente a uma inovadora era da informatização e digitalização. Mas, a depender da gestão de um colegiado, a maior utilização das ferramentas de TIC pode configurar como a ponte que aproxima ou o muro que separa seu público, as políticas e recursos. Já que, muitas das vezes, há perfis neste público que estão nas franjas sociais e os gestores devem ter atenção e sensibilidade nisso ao adotem tais ferramentas, devendo realizar de modo planejado e monitorado.

Então, após vinte anos das sinalizações citadas anteriormente, pouco se alterou para algumas instâncias participativas para a inclusão nessa era. Assim, numa visão mais realista e recente daquele mesmo autor, a utilização das ferramentas de Tecnologia de Informação e Comunicação podem ser uma forma de resgate e alavancar a participação social, para transgredir fronteiras estabelecidas na preservação dos mecanismos de dominação. Pois, adentrar na era da informatização e digitalização ainda não é trivial. Inclusive porque a exclusão digital no Brasil também tem seu público-alvo e raízes.

Com isso em mente, conselhos como o CONEPIR cujo público-alvo compõe uma parcela da população na sociedade mineira que ainda carece de direitos fundamentais de saneamento, moradia, saúde, segurança e educação básica, a maior utilização das ferramentas de TICs não planejada e assistida ainda encontra gargalos. Mesmo com a abertura e resiliência de grande parte do público envolvido para aderi-las.

Com este trabalho verificou-se que ainda há práticas segregadoras e deletérias que persistem e enfraquecem as tentativas de uma democracia participativa do colegiado deste estudo de caso; apesar de haver elementos que conferem institucionalização e certa solidez. Essas práticas se manifestam na falta de maior suporte operacional, na displicência na

composição da equipe administrativa, na ausência de recursos financeiros basilares para a governança participativa no CONEPIR, e nos contornos necessários realizados pelos membros do colegiado para a continuidade da participação social e da governança participativa.

Dito isso, quais os fatores que influenciam a maior utilização de Tecnologias da Informação e Comunicação na participação social no CONEPIR? A intensificação da utilização das ferramentas da Tecnologia da Informação e Comunicação por esse público debruça num antagonismo. Pois ao mesmo tempo que se requer que isso ocorra neste espaço de participação; não são subsidiados, gerenciados e monitorados cenários e recursos propensos para essa maior utilização das ferramentas basilares de TIC. Então, conforme a Figura 16-Quadro 03: Paradigma de Mudança Organizacional e suas implicações práticas do referencial, convém observar que o discernimento é importante para saber a diferença entre a realidade e o ideal administrativo; bem como conhecer os objetivos das ações sociais e seus condicionantes.

Nisso há o fato de que é um conselho cujas pautas ainda desenvolvem a maturidade de discussão e diálogo em Minas (no Brasil) e em espaços institucionais. Pois não se pode desconsiderar, conforme Gomes (2017, p.124), que “Há uma arrogância construída dentro do próprio campo progressista que consegue estabelecer hierarquia entre as lutas sociais, considerando umas mais válidas que as outras”. E “as discussões dentro dos edifícios provam apenas que a vida prossegue, e nem todos se libertaram ainda” (ANDRADE, 2012).

Mesmo assim, pontua-se como elementos favoráveis à maior utilização das ferramentas de TIC: redução de tempo de deslocamento; pautas mais qualificadas porque foram possibilitadas reuniões virtuais prévias dos grupos de trabalhos e câmaras setoriais; ganhos de performance; maior articulação; maior visibilidade do colegiado e da pauta; maiores capilaridade e participação social. E são elementos críticos: necessidade de inclusão digital assistida; educação tecnológica, melhor gestão administrativa do conselho, maior capacidade estatal por mecanismos que viabilizem sua ação (SOUZA, 2017, p. 31). Apesar dos pontos críticos serem menores que os pontos favoráveis, observa-se um peso destes pontos críticos que afetam substancialmente a participação social no CONEPIR. Então, compreende-se esses itens se tornam pontos de atenção a serem evoluídos.

A despeito dessa situação, foram importantes os esforços da rede de cooperação existente promovendo a maior utilização das ferramentas de TICs e Inovação Social nos processos de participação no CONEPIR. Com isso em mente, compreende que a maior utilização de ferramentas da Tecnologia de Informação e Comunicação alteraram, positivamente, a participação nas reuniões plenárias que ocorreram em plataformas virtuais; bem como proporcionaram certa “inclusão” de povos distantes geograficamente e usuários beneficiados; capilaridade; visibilidade e alcance dos trabalhos realizados no CONEPIR ao utilizarem-nas. E, assim, apesar de a necessidade de inclusão digital e melhor gestão governamental, o CONEPIR não deixou de ter suas atividades realizadas (reuniões, reuniões plenárias, publicação de deliberações/notas/recomendações, execução de encaminhamentos, moções) -fato que já ocorreu em anos anteriores sem fatores agravantes como pandemia, e redução drástica da equipe administrativa e de recursos orçamentários-.

Informa-se que a continuidade da participação e quórum foram constatados pelos relatórios de cômputos de presença nas plenárias. E houve quórum em todas as plenárias convocadas a partir de setembro de 2019, quando utilizaram, mais fortemente, estes recursos de TICs frente a circular do gestor da pauta à época e o intuito de cortes de custos informado por ele. Apesar disso, conforme exposto em seções anteriores, a utilização dessas ferramentas aliada aos esforços de cooperação existentes permitiram maior capilaridade, articulação e certo contorno às situações adversas como esta redução de disponibilidade de recursos. Ou seja, segundo Vázquez (2012) houve efeitos escalares, obtidos com o apoio de atores estratégicos, que puderam facilitar a difusão da Inovação Social do colegiado, bem como redes que podem estabelecer laços mais fortes. Isso se verifica tanto nos parceiros nas ações do colegiado, como o envolvimento do público do CONEPIR com lideranças de entidades civis e instituições educacionais, culturais ou políticas (Fundação João Pinheiro, UEMG, ALMG, Instituto Histórico Israelita, COPASA...). Assim, também corroborando com Schwartzman (2021, p. 336) ao afirmar que “Existe muita vida inteligente e comprometida com boas causas no planeta, e com isso sempre haverá esperança”.

Mas ainda há uma necessidade de atenção para um adequado sistema de comunicação institucionalizado, minimizando as desconfianças e outros obstáculos. E esses obstáculos foram pontuados pelos entrevistados, perpassando desde dificuldade nos acessos dos canais de comunicação, bem como a interação destes canais pelo público. E, ainda, foi verificado

certo constrangimento tanto na subordinação quanto na utilização das ferramentas tecnológicas de comunicação e informação impostas às lideranças de povos tradicionais que necessitam ser melhor assistidos. Pois, é necessário que sejam repassados suportes e assistência mais sensíveis à realidade e inclusão digital do público envolvido (conexão de internet, aparelhos para realizar a conexão, informação/treinamento, fornecimento de plataformas de comunicação). Daí, também, compreende-se que o contato presencial e o “olho no olho” ainda são necessários e importantes para este público que, mais uma vez, se vê alijado dos desdobramentos sociais, tecnológicos e econômicos. Pois há uma diferença na aplicabilidade das tecnologias de comunicação e informação para os “mundos sociais” (WARSCHAUER, 2006).

Acresce a essa ressalva, os gargalos nas reduções orçamentárias e os recursos financeiros escassos. Isso seja na ausência de ações no Plano Plurianual de Governo específicas para o CONEPIR e ou para a governança participativa; seja nos cortes de recursos destinados às diárias e passagens que poderiam ser revertidos para a inclusão digital e nas pautas de promoção da igualdade racial, após uma análise administrativa. E apesar dessa ausência de recursos, conforme Vázquez (2012) em Vieira et al. (2019) isso pode “ser um gatilho para o desenvolvimento da Inovação Social em fases iniciais do ciclo”, mas a continuidade de restrições financeiras neste conselho se torna mais uma barreira a se transpor na busca pela promoção da igualdade e direitos, bem como a participação social. Algo que só contribui para acentuar exclusões.

Como sugestões para novos estudos propõe-se uma pesquisa sobre a utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação nos demais conselhos de direitos de Minas Gerais tais como o Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência (CONPED) e Conselho Estadual do Idoso (CEI). Assim, poderá abordar outras perspectivas, narrativas, gargalos e contextos na (ex)inclusão digital e inovações sociais. Sabe-se das limitações para a realização de novos estudos assim tais como acesso a dados, metodologia de cálculos (algo que ocorreu neste trabalho) e autorização para realização da pesquisa. Porém, considerando a importância de produções norteadas pela ciência, e distantes de quaisquer discursos midiáticos ou enviesado, esses materiais podem ser contribuições para profissionais dos diferentes níveis de gestão e execução em prol de alteração positiva e coerente. Além disso, conforme pontuado no início deste trabalho, pesquisas científicas subsidiam discurso mais qualificado daqueles que buscam

e necessitam desta informação. E, se bem utilizadas, refutam quaisquer retóricas com conceitos pré-concebidos, ou ainda mal elaborados/desenvolvidos sobre determinadas temáticas, público e ambiente. Daí, a relevância de pesquisas assim, trazendo para a sociedade e o Estado conhecimentos da academia, aproximando-os cada vez mais e “mostra que as ideias não são “achismos” individuais e estão baseados em estudos fundamentados (BORGES *et al.*, 2020, p.49).

Conclui-se que a Inovação Social nos processos de participação no CONEPIR foi uma resposta dos atores membros do colegiado frente à necessidade de maior utilização das ferramentas de TICs determinada *top down*, para continuidade das atividades. Mas motivada, inicialmente, pela redução de custos de gestão. Porém, não foi um processo assistido e monitorado diante das necessidades e benefícios de inclusão digital e social latentes na governança participativa e público deste conselho. Então, os atores e parceiros realmente involucrados e comprometidos com a participação social foram cruciais, numa ação em rede e inovadora, para tentar suprir as ausências e necessidades observadas. E ainda numa ação em busca da concretização das atividades de participação democrática e promoção de equidade pois, apesar dos elementos de institucionalidade do CONEPIR, ou da importância dele e seus atores “Não se proviam solo para as roseiras: elas que se alimentassem da beleza” (SCHUMPETER 2017, p. 416).

REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, F.L. **Os barões da federação: os governadores e a redemocratização no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, p. 253, 2002.
- ABRAMOVAY, R.; MAGALHAES, R.; SCHRODER, Mônica. **Representatividade e inovação na governança dos processos participativos: o caso das organizações Brasileiras de agricultores familiares**. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 12, n. 24, p. 268-306, Aug. 2010.
- ANDION, C.; RONCONI, L.; MORAES, R. L.; GONSALVES, A. K. R.; SERAFIM, L. B. D. Sociedade civil e inovação social na esfera pública: uma perspectiva pragmatista. **Revista de Administração Pública**, v. 51, n. 3, p. 369-387, 2017. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122017000300369&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 04 maio 2021.
- AGOSTINI, M. R; VIEIRA, L. M.; BOSSLE, M. B. Social innovation as a process to overcome institutional voids: a multidimensional overview. *RAM, Rev. Adm. Mackenzie*, São Paulo , v. 17, n. 6, p. 72-101, Dec. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-69712016000600072&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03 Maio 2021.
- AGUSTINHO, E. O. e GARCIA, E. N.; Inovação, Transferência de Tecnologia e Cooperação. **Revista de Direito e Desenvolvimento**, v. 9, n. 0, p. 223-239, 2018.
- ALBUQUERQUE, E. M. Capitalismo pós-www: uma discussão introdutória sobre uma nova fase na economia global. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 24, p. 131-154, 2019.
- ALBUQUERQUE, E. M. **Informação, conhecimento e apropriação: notas sobre o significado econômico das patentes e os impactos da emergência de uma economia baseada no conhecimento**. *Perspectivas em Ciência da Informação*, [S.l.], v. 5, n. 2, dez. 2007. ISSN 19815344. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/127>. Acesso em: 16 nov. 2020.
- ALVES, H. de A.; CAMPOS, F.; NEVES, A. **Aplicação da Técnica Criativa “Brainstorming Clássico” na geração de alternativas na criação de games**. UFP, Dept. de Design. Pernambuco. p. 02, 2010. Disponível em <http://projeto.unisinos.br/sbgames/anais/arteedesign/fullpapers/34805.pdf>. Acesso em: 18 de fev. 2021.
- ANDRADE, C. D., 1902-1987. *Sentimento do mundo/ Carlos Drummond de Andrade*. — 1a ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

- ANDRÉ, I.; ABREU A. **Dimensões e espaços da inovação social**. Finisterra, p. 121-141, v. 81, 2006.
- ARBIX, G.; MIRANDA, Z. Inovação em tempos difíceis. **Plural**, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 18-36, 2015.
- ASSIS, M. **Obra Completa**. Rio de Janeiro : Nova Aguilar. v. II. 1994.
- AVRITZER, L. **Participatory institutions in democratic Brazil**. Washington: Woodrow Wilson Center Press; Baltimore: The John Hopkins University Press, 2009.
- AVRITZER, L. **Experiencia democrática, sistema político e participação popular**. Fundação Perseu Abramo, 2013.
- BAIROS, L. **Mulher negra: o reforço da subordinação**. In. LOVELL, P. (Org.). **Desigualdade racial no Brasil contemporâneo**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1991.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa - Portugal: Edições 70, Ltda. 1977.
- BOAS, F. **A Capacidade Humana conforme determinada pela Raça**. In: (Org.) STOCKING JR. **A Formação da Antropologia Americana, 1883-1911: Antologia**. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. UFRJ, 2004, p. 267-293.
- BALBE, R. da S. **Uso de Tecnologias da Informação e comunicação na gestão pública: exemplos no governo federal**. **Revista do Serviço Público**, [S. l.], v. 61, n. 2, p. p. 189-209, 2014. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/45>. Acesso em: 13 fev. 2021.
- BARBOSA, A.C.Q.; PARENTE, C.; **Sociologia, Gestão e Economia: Diálogos transversais entre Brasil e Portugal**. Curitiba: Editora CRV, 2019. Capítulos 9, 10 e 11.
- BARBOSA, A. F.; CAPPI, J.; GATTO, R. **Os caminhos para o avanço do governo eletrônico no Brasil**. In: CGI.br (Comitê Gestor da Internet no Brasil). **Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação**. 2008. São Paulo, 2009, pp. 67-71.
- BARBOSA, A. **Lições sobre a Pandemia da COVID-19 e a Informação Científica**. APS EM REVISTA, v. 2, n. 1, p. 70-72, 15 abr. 2020.
- BARBOSA, J. A. ; MORESI, E. A. D. ; BRAGA FILHO, M. O. . **Inovação e participação social: o App Mapa da Saúde**. REVISTA IBEROAMERICANA DE SISTEMAS, CIBERNÉTICA E INFORMÁTICA , v. 13, p. 37-42, 2016.
- BEUREN, I. M.; MOURA, GEOVANNE D. e KLOEPPPEL, N. R. **Práticas de governança eletrônica e eficiência na utilização das receitas: uma análise nos estados brasileiros**. REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - Rio de Janeiro 47 (2): 421-441, mar/abr. 2013.
- BOLAÑO, C. R. S.; VIEIRA, E. S. **Economia política da internet e os sites de redes sociais**. REVISTA EPICT ONLINE, v. 16, n. 2, p. 72-88, 2014.

BONAVIDES P. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Malheiros, p. 530, 2008

BORGES, R. S. G.; DUARTE, R. G.; PEREIRA, M. C.; MIURA, I. K. **Manual expresso para redação de TCC na área de gestão**. [S. l.]: Paco e Littera, 2020. Capítulos 1,2,3, 4, 5,6,7.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Texto constitucional promulgado em 05 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas emendas constitucionais nº 1/92 a 52/2006. Brasília: Senado Federal / Subsecretaria de Edições Técnicas, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde / Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa / Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Plano Operativo. Série B: Textos Básicos de Saúde. Brasília: **Ministério da Saúde**, 2008.

BRASIL-TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (2013). Referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública e ações indutoras de melhoria. Brasília: TCU. Disponível em <http://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?inline=1&fileId=8A8182A24F0A728E014F0B2E3ED6213C>. Acesso em: 16 mar. 2021.

Bram Klievink & Marijn Janssen **Developing Multi-Layer Information Infrastructures: Advancing Social Innovation through Public-Private Governance**, Information Systems Management, 31:3, 240-249, 2014. Disponível em: <https://www.researchgate.net/deref/http%3A%2F%2Fdx.doi.org%2F10.1080%2F10580530.2014.923268>. Acesso em: 14 mar. 2021.

BRONZO, C.; **Conselhos de políticas públicas: desafios para sua institucionalização**. RAP: REVISTA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, Rio de Janeiro, v. 36, n.2, p. 277-292, Mar./Abr. 2002.

CAJAIBA-SANTANA G. **Social innovation: Moving the field forward. A conceptual framework**. Technological Forecasting and Social Change, 82(1), 42-51, 2014.

CARVALHO, I. C. S.; FREITAS, K. A.; BARBOSA, C. R. **Tecnologia da Informação como Apoio à Participação Social**. REVISTA PRETEXTO, v. 20, n. 3, p. 55-67, 2019.

CARVALHO, A.C.P. **Estudo da estrutura de gestão dos conselhos de políticas públicas vinculados à Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania de Minas Gerais**. Disponível em: <http://monografias.fjp.mg.gov.br/handle/123456789/2296> Acesso em :16 de mar. 2021.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança :movimentos sociais na era da internet**. Tradução de Carlos A. Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTELLS, M. **O poder da comunicação**. São Paulo; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

CASTILHOS, A.; SILVA, T. N. Governança aplicada às tecnologias sociais para populações em situação de risco socioeconômico associada ao paradigma da sustentabilidade Administração Pública e Gestão Social, vol. 12, núm. 2, 2020. **Universidade Federal de Viçosa**, Brasil Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=351562414008>. Acesso em: 07 de mar. 2020.

CETIC – Centro de Estudos Sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação. **Cultura e tecnologias no Brasil**: um estudo sobre as práticas culturais da população e o uso das tecnologias de informação e comunicação. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2017.

CHANDLER, D.; An Introduction to Genre Theory . 1997. Disponível em: http://www.aber.ac.uk/media/Documents/intgenre/chandler_genre_theory.pdf. Acesso em: 05 de maio de 2021.

CHESBROUGH, H.W. **Open Innovation**: researching a new paradigm. Oxford University Press, 2006. Capítulo 3.

CIMOLI, M.; DOSI, G.; NELSON, R. R.; STIGLITZ, J. **Instituições e Políticas Moldando o Desenvolvimento Industrial**: uma nota introdutória. REVISTA BRASILEIRA DE INOVAÇÃO, Campinas, SP, v. 6, n. 1, p. 55–85, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rbi/article/view/8648941>. Acesso em: 5 nov. 2020.

COLEMAN, S.; NORRIS, D. F., A New Agenda for e-Democracy. II FORUM DISCUSSION. Caderno nº 4, 2005 Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1325255. Acesso em: 10 maio 2021.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL-CGI. Sobre. Disponível em: <https://www.cgi.br/>. Acesso em: 07 de mar de 2021.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL -CGI. Lei do Marco Civil da Internet no Brasil. Disponível em: <https://www.cgi.br/lei-do-marco-civil-da-internet-no-brasil/>. Acesso em: 07 de mar de 2021.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL-CGI. **TIC Governo Eletrônico 2019**. Pesquisa Sobre o Uso das Tecnologias da Informação e Comunicação no Setor Público Brasileiro. Disponível em: <https://cetic.br/pt/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-das-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-no-setor-publico-brasileiro-tic-governo-eletronico-2019/>. Acesso em: 26 de mar. de 2021.

CONCEIÇÃO, O. A. C. A centralidade do conceito de inovação tecnológica no processo de mudança estrutural. **Ensaio** FEE, v. 21, n. 2, p. 58-76, Porto Alegre, 2000.

CORREIA, S. E. N.; GOMÉZ, S. R. P.; OLIVEIRA, V. M.; **Inovações sociais e seus níveis de análise**: o caso Patac – PB. Gestão e Desenvolvimento - Novo Hamburgo, 14(2) - jul./dez, 2018.

CORREA, D. S.; DIAS, R. C. A crítica e os momentos críticos: de la justification e a guinada pragmática na sociologia francesa. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 67-99, Apr. 2016.

CORTES, S. V.; GUGLIANO, A. **Entre neocorporativistas e deliberativos**: uma interpretação sobre os paradigmas de análise dos fóruns participativos no Brasil. *Sociologias*, Porto Alegre , v. 12, n. 24, p. 44-55, Aug. 2010 .

COSTA, A. B., (Org.) **Tecnologia Social e Políticas Públicas**. São Paulo: Instituto Pólis; Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2013.

CRESWELL, J. W. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

DAMANPOUR, F., & Aravind, D. **Managerial Innovation: Conceptions, Processes and Antecedents**. *Management and Organization Review*, 8(2), 423-434, 2012.

DIAS, T. F, HIRONOBU S., MARCOS F. M. M. **Inovação e tecnologia da comunicação e informação na administração pública** - Brasília: ENAP, 2019.

DINIZ, E. H. et al . **O governo eletrônico no Brasil: perspectiva histórica a partir de um modelo estruturado de análise**. *Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro , v. 43, n. 1, p. 23-48, Feb. 2009 . Disponível em : http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122009000100003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13 nov. 2020.

HOWALDT, J.; DOMANSKI, D.; KALETKA, C. **Social Innovation: Towards a New Innovation Paradigm**. *Revista de Administração Mackenzie*, v. 17, n. 6, p. 20-44, 2016

DRUCKER, P. F. **Social innovation: Management's new dimension**. *Long Range Planning*, 20(6), 29-34, 1987.

EVARISTO, C. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Belo Horizonte: Nandyala, 2008

ETZKOWITZ, H.; LEYDSDORFF, L. **Universities in the global knowledge economy: a triple helix of academic-industry-government relations**. London: Cassel, 1997.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Dôminus Editora, 1965.

FERRARINI, A. V. **O Ethos da Inovação Social: implicações ético-políticas para o estudo de práticas produzidas em diferentes ambientes**. *CONTEMPORÂNEA. Revista de sociologia da UFSCAR* , v. 6, p. 447-466, 2016.

FERREIRA, R. A. **Inovações em Organizações Públicas: estudo dos fatores que influenciam um ambiente inovador**. FJP, 2012.

FERREIRA, R. de A.; ROCHA, E. M. P. da; CARVALHAIS, J. N. **Inovações em Organizações Públicas: Estudo dos fatores que influenciam um ambiente inovador no Estado de Minas Gerais**.

INMR - **Innovation & Management Review**, [S. l.], v. 12, n. 3, p. 07-27, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rai/article/view/100929>. Acesso em: 26 abr. 2021.

FIORILLO, C. A. P. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2014.

FLEURY, S. **Redes de políticas**: novos desafios para a gestão pública. *Administração em Diálogo*, São Paulo, n° 7, pp. 7789, 2005.

FREEMAN, C.; SOETE, L. **The economics of industrial innovation**. Oxon: Routledge, 1997.

FRY, P. **A persistência da raça**: ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África Austral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FREIRE, P. **A educação na cidade**. 7. ed. São Paulo: Cortez, p. 56, 2006.

GENTIL, P. P. C. et al. Territorial governance and social innovation in regional development processes in mining territories: a theoretic model under construction. **Cadernos EBAPE.BR** [online]. 2019, v. 17, n. 3, pp. 509-522. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1679-395173778x> <https://doi.org/10.1590/1679-395173778>. Acesso em: 22 jan. 2021.

GHEZZI, D.R.; SILVA, F.A.B.; ZIVIANI, P. As tecnologias digitais e seus usos. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2470, p. 56, abril 2019. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9293/1/TD_2470.pdf. Acesso em: 22 mar. 2021.

GODOY, Arilda S. Estudo de caso qualitativo. In: GODOI, C. K., BANDEIRA-DE-MELO, R.; SILVA, A. B. **Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais**: paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo: Saraiva, 2006.

GOMES, N. L. O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: **Vozes**, 2017.

GONÇALVES, T. D. et al. **Contradições no agir do voluntário nas organizações da sociedade civil**: ensaio teórico à luz da sociologia pragmática francesa. **Cadernos EBAPE.BR** [online]. 201, v. 15, n. 4, pp. 900-913. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1679-395155047>. Acesso em: 4 out. 2021.

Grindle, M. S. (2004). **Good Enough Governance Poverty Reduction and Reform in Developing Countries**. *Governance*, 17, 525-548.

GUIMARÃES, A. S. A. Democracia racial. In: OLIVEIRA, I. (org.). **Relações raciais e educação: temas contemporâneos**. Niterói: EdUFF, p. 33-60, 2002.

ITS BRASIL. **Caderno de Debate** – Tecnologia Social no Brasil. São Paulo: ITS, 2004

JULIANI, D. P.; JULIANI, J P ; SOUZA, J. A. ; HARGER, E. M. . Inovação social: uma revisão sistemática de literatura. In: X CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO, 2014, Rio de Janeiro. X Congresso Nacional de Excelência em Gestão, 2014.

SILVA, A. B.; LABRA, E. Plenária virtual permanente: em busca da interlocução entre os conselhos de saúde. **Ciência da Informação**, v. 36, n. 2, 2007. Acesso em: 21 mar. 2021.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A.; **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, p. 62, 2007.

LAVALLE, A.G. Participação: valor, utilidade, efeitos e causa. Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação. v. 7 (372 p.) **IPEA** 2011. Disponível em: http://desafios2.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/livro_efetividade.pdf. Acesso em: 14 mar. 2021.

LERMAN, N.; **From useful knowledge to habits of industry: gender, race and class in nineteenth-century technical education**. Thesis (Ph.D.), University of Pennsylvania, p. 11. 1993.

LÉVY, P. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. São Paulo: Loyola, 2000.

LÉVY, P. **Cibercultura**. (Trad. Carlos Irineu da Costa). São Paulo: Editora 34, 1999.

LOPES, D. P. T., VIEIRA, N., BARBOSA, A. C. Q. e PARENTE, C. Inovação gerencial e inovação social: pensando para além da inovação tecnológica. In **Anais do Congresso Latino-Americano de Gestão da Tecnologia**, 16, Porto Alegre, RS. 2015

LOUSADA,C.;DOVE, S. **Burocracia e Pós-Burocracia na Estrutura Organizacional**. In:Lousada: Marrodan, Carlos. De Buocratas a Gerentes? As ciência da Gestão aplicadas na administração do Estado. Tradução de Denise Ferreira Costa e Santiago Daniel Ramos.Vitória:Esesp, p.195, 2009.

MARTINS, S. ; CKAGNAZAROFF, I. B. ; LAGE, M. L. C. . **Análise dos Conselhos Gestores de Políticas Públicas à luz dos Relatórios de Fiscalização da Controladoria Geral da União**. *Administração Pública e Gestão Social* , v. 4, p. 221-245, 2012.

MASETTO, M. T. Inovação na Educação Superior in **Revista Interface- Comunicação, Saúde Educação** v.8,n.14, set.2003-fev.2004.

MAZZUCATO, M. **O estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público x setor privado**. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.

MINAS GERAIS. Decreto Estadual 44998, de 30 de dezembro de 2008. Institui a Política de Tecnologia da Informação e Comunicação no Governo do Estado de Minas Gerais. **Diário Oficial de Minas Gerais**, Poder Executivo. p. 16. Belo Horizonte, MG, 31 dez. 2008.

MINAS GERAIS. Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial de Minas Gerais (CONEPIR) **Regimento Interno** 2021. Disponível em: http://conselhos.social.mg.gov.br/conepir/images/legislacao/regimento_interno.pdf. Acesso em: 19 de maio de 2021.

MINAS GERAIS. Controladoria Geral do Estado (CGE). **Normativos**. 2021. Disponível em: <https://www.cge.mg.gov.br/publicacoes/normativos/resolucoes>. Acesso em: 16 jan. 2021.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Casa de Direitos Humanos é inaugurada em Belo Horizonte. **Jusbrasil**, 2013. Disponível em: <https://tj-mg.jusbrasil.com.br/noticias/100354989/casa-de-direitos-humanos-e-inaugurada-em-belo-horizonte>. Acesso em: 18 maio de 2020.

MINAS GERAIS. Laboratório de Inovação em Governo 2021. Materiais. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/conteudo/labmg/labmg>. Acesso em: 02 fev. 2021.

MOTTA, P. R. (1997). **Transformação organizacional: a teoria e prática de inovar**. Rio de Janeiro: Quality Mark.

MOTTA, Paulo Roberto. **Transformação Organizacional: a Teoria e a prática de inovar**. Rio de Janeiro: Quaitymark Ed., 1999.

MORGAN, G. Images of organization. Thousand Oaks CA: Sage, p129-130, 2006.

MULGAN, G. Inovação social. In: AZEVEDO, Carlos; FRANCO; Raquel C.; MENEZES, João W. **Gestão de Organizações Sem Fins Lucrativos: o desafio da inovação social**. Porto: Uniarte Gráfica S. A. pp. 51-74, 2010.

MULGAN, G.; ALBURY, D. Innovations in the public sector. Londres: [s.n.], out. 2003.

OLIVEIRA, D. P. R.. administração de processos. conceitos, metodologia, práticas. 3. ed. São Paulo: Atlas, p. 04, 2009.

ODDONE, N. **Revisitando a "epistemologia social"**: esboço de uma ecologia sociotécnica do trabalho intelectual. Ciência da Informação [online]. 2007, v. 36, n. 1, p. 113. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-19652007000100008>. Acesso em: 02 Ago. 2021.

OSÓRIO, R. G. O sistema classificatório de “cor ou raça” do IBGE. Texto para Discussão. Brasília: Ipea, n. 996, nov. 2003.

PANCETTI, A.; ASSAD, L. Os desafios de d(escrever) povos. Com Ciência: revista eletrônica de jornalismo científico. 2009. Disponível em

<http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=52&id=657>. Acesso em 02/06/2010.

PARENTE, C.; QUINTÃO, C. **Uma abordagem eclética ao empreendedorismo social**. In: PARENTE, C.; *Empreendedorismo Social em Portugal*. Porto: Universidade do Porto, 2014.

PINTO, T. et al. **Governança Participativa: possibilidades e desafios na gestão local**. *Interações (Campo Grande)* [online]. 2018, v. 19, n. 3, pp. 627-641. Disponível em: <https://doi.org/10.20435/inter.v19i3.1730>. Acesso em: 15 fev. 2021.

POL, E. e Ville, S. **Social innovation: buzz word or enduring term?**. *The Journal of Socio-Economics*, 38 (6), 878-88, 2009.

PLONSKI, G. A.; **Lei de Inovação Tecnológica: Os aspectos legais da inovação no Brasil**. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, 01 Dez. 2008, Vol.3 pag. 60-76 - Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/index.php/revistadireito/article/view/7016> Acesso em: 10 fev. 2021.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **Assistência social, segurança alimentar e cidadania**. Disponível em : <https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac/igualdaderacial>. Acesso em: 18 maio de 2020.

QUEIROZ, R. G. M., Ckagnazaroff, I. B. (2010). **Inovação no setor público: uma análise do choque de gestão (2003-10) sob a ótica dos servidores e dos preceitos teóricos relacionados à inovação no setor público**. *RAP*, 44(3), 679-705.

PINTO, T. R. G. S.; MARTINS, S.; LEONEL, D. S.; CKAGNAZAROFF, I. B.; **Governança Participativa: possibilidades e desafios na gestão local**. *INTERAÇÕES*, v. 19, p. 627-641, 2018.

RANA, N. P. et al. **Profiling Existing Research on Social Innovation in the Public Sector**. **Information Systems Management**, [s. l.], v. 31, n. 3, p. 259-273, 2014. Disponível em: <http://search.ebscohost-com.ez27.periodicos.capes.gov.br/login.aspx?direct=true&db=iih&AN=96981527&lang=pt-br&site=ehost-live>. Acesso em: 8 maio. 2021.

SANTOS, B. S.; **Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo**. In: OLIVEIRA, Francisco; PAOLI, Maria Célia. (Orgs.) *Os sentidos da democracia*. Petrópolis, Vozes, 1999.

SCHWARTZMAN, S.; **Pobreza, exclusão social e modernidade: uma introdução ao mundo contemporâneo**. São Paulo: Augurium Editora. 2004.

SCHWARTZMAN, S.; **Falso mineiro**: memórias da política, ciência, educação e sociedade. 1.ed-Rio de Janeiro: História Real, Capítulos 1,2,3,4,5,6,11, 2021.

SCHUMPETER, J. A.; **Capitalismo, socialismo e democracia**. São Paulo. Editora Unesp. Capítulos 1,2,3,7, 2017

SILVEIRA, S. A. **Software livre**: a luta pela liberdade do conhecimento. São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SILVEIRA, S.A. **Exclusão digital**: a miséria na era da informação. São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

SILVA, E. M.; O desenho institucional dos conselhos nas cidades brasileiras de pequeno e médio porte: gestão de políticas públicas no poder local. **Revista do Serviço Público**, [S. l.], v. 69, n. 1, p. 179-208, 2018. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/1704>. Acesso em: 16 mar. 2021.

SILVA, H. P. e LIMA, J. B, Governo Eletrônico e Informação Utilitária: uma relação necessária para uma efetiva inclusão digital Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/29560-29576-1-PB.pdf>. Acesso em: 22 de mar.2021.

SIMIONE, A. A. ; CKAGNAZAROFF, I. B. . **Governança Participativa em Moçambique**: Dinâmicas do Envolvimento dos Cidadãos na Gestão Municipal da Cidade de Xai-Xai. *Administração Pública e Gestão Social* , v. 9, p. 69-74, 2017.

SLACK, N.; CHAMBERS, S.; JOHNSTON, R. **Administração da produção**. 2ªed. São Paulo: Atlas, p. 455, 2008.

SMULOVITZ, C.; PERUZZOTTI, E. Societal accountability in Latin America. **Journal of Democracy**, v. 11, n. 4, p. 148, 2000.

SOUZA, C. Modernização do Estado e construção de capacidade burocrática para a implementação de políticas federalizadas. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro 51(1): 27-45, jan. - fev. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v51n1/0034-7612-rap-51-01-00027.pdf>. Acesso em: 27 de maio de 2020.

SOUZA, L. C. Democracia: Representativa ou Deliberativa ou Participativa. O espaço dos conselhos neste debate. **Saber Acadêmico**, n. 10, 2010.

SOUZA, J. **A elite do atraso: da escravidão a lava jato**. Rio de Janeiro. Leya, 2017.

STEFANI, A. G. M. **Utilização de TICs em processos participativos no Brasil sob a ótica de capacidades de governo**. 2015. Dissertação (Mestrado em Análise de Políticas Públicas) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015

TIDD, J.; BESSANT, J. **Gestão da Inovação**. 5ª edição. Porto Alegre: Bookman, Capítulos 1,4,6,8, 2015.

VIEIRA, N. D. S.; BARBOSA, A. C. Q.; PARENTE, C. Inovação Social em Rede no Âmbito de um Instituto Brasileiro. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 13, n. 3, p. 50-66, 2019.

YIN, R. K. **Estudo de caso: Estudo de caso planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

WARSCHAUER, M. **Tecnologia e inclusão social: A exclusão digital em debate**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006. Capítulos 1,2,3,4,5,6,7.

WIMMER, R. D.; DOMINICK, J. R. **La investigación científica de los medios de comunicación: una introducción a sus métodos**. Barcelona: Bosch, 1996.

APÊNDICE A-PERGUNTAS DA ENTREVISTA À CONSELHEIROS(AS) CIVIS E GOVERNAMENTAIS.

Qual cadeira de representação você pertence (civil ou governamental?)

Há quanto tempo é conselheira no CONEPIR?

Qual formato de Reunião Plenária e demais atividades de diálogo, capacitação e participação é melhor para sua participação?

Como foi sua frequência nas plenárias do CONEPIR anterior ao ano de 2020?

Como foi sua frequência nas plenárias do CONEPIR no ano de 2020?

Como você avalia o trabalho desempenhado e a participação social do colegiado durante o teletrabalho utilizando recursos digitais e informática?

Como você avalia a *live* realizada pelo CONEPIR considerando capilaridade, acessos, repasse de informação?

Quais itens você atribui como fatores que contribuíram para essa resposta?

Como você avalia a utilização de ferramentas de TIC- Tecnologia de Informação e Comunicação- nas atividades e participação social do CONEPIR?

Avalia que a utilização das TICs pode alterar positivamente ou negativamente a participação nas plenárias?

Quais as dificuldades na participação, anteriores a adoção de plenária virtual, que podem persistir?

Quais considerações, atividades, e itens sugere para promover a inclusão digital no público do colegiado?

Quais resultados (negativos e positivos) gostaria de destacar que a adoção de maior utilização de TIC e inclusão digital pode causar no público-alvo do colegiado?

Considera a necessidade de uma educação digital para o público do CONEPIR? Outras considerações.

APÊNDICE B- PERGUNTAS PARA ENTREVISTADO(A) DA SECRETARIA EXECUTIVA

Há quanto tempo trabalha no CONEPIR?

Qual formato de Reunião Plenária e demais atividades de diálogo, capacitação e participação é melhor para desenvolvimento do seu trabalho no CONEPIR?

Como você avalia a utilização de ferramentas de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) na participação das plenárias do CONEPIR?

5-Como você avalia a utilização de ferramentas de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) nas demais atividades e participação social do CONEPIR?

6-Como você avalia as atividades desempenhadas e a participação social do colegiado durante o teletrabalho utilizando as ferramentas de Tecnologia de Comunicação e Informação?

7-Como você avalia a *live* realizada pelo CONEPIR, em novembro de 2020, considerando capilaridade, acessos, repasse de informação utilizando as TIC?

8-Quais itens você pontua como fatores que contribuíram para essa resposta?

9-Quais os gargalos na participação, anteriores a adoção de plenária virtual, que podem persistir TIC?

10-Quais considerações, atividades, e itens sugere para promover a inclusão digital no público do colegiado?

11-Quais resultados gostaria de destacar que a adoção de maior utilização de TIC e meios digitais podem causar no público-alvo do colegiado?

Considera a necessidade de uma educação digital para o público do CONEPIR?
Outras considerações.

APÊNDICE C-AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA NO CONEPIR

Memorando n.º 01/2021/CONEPIR

À Senhora
Nayara de Castro Dias
Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial

Belo Horizonte, 21 de janeiro de 2021.

Assunto: Autorização Para Pesquisa Acadêmica

Prezada Nayara,

Foram autorizadas pela Presidente do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial /CONEPIR – Sra. Valdinalva B. S. Caldas e pela Superintendente de Participação e Diálogos Sociais/SEDESE – Sra. Ana Carolina Gusmão da Costa a aplicação de questionários, entrevistas e a consulta à documentos em prol de estudos e pesquisa no curso de Mestrado Profissional de Inovação Tecnológica e Propriedade intelectual na Universidade Federal de Minas Gerais, conforme solicitação formalizada. Ressalta-se que não será permitido o uso e consulta de documentos classificados como restritos por lei.

Atenciosamente,

Uéverson Luiz Melato de Moraes
Secretário-Executivo

ANEXO

I-Fotos da realização de trabalhos nas modalidades presencial, mista e virtual.

Figura 15: Reunião de membros do CONEPIR em acampamento cigano de MG.



Fonte: Site do CONEPIR, 2019.

Nota: autorizada a utilização da imagem.

Figura 16 :Presidente do CONEPIR em Audiência Pública na ALMG, 2019.



Fonte: Banco de dados e site do CONEPIR, 2019.

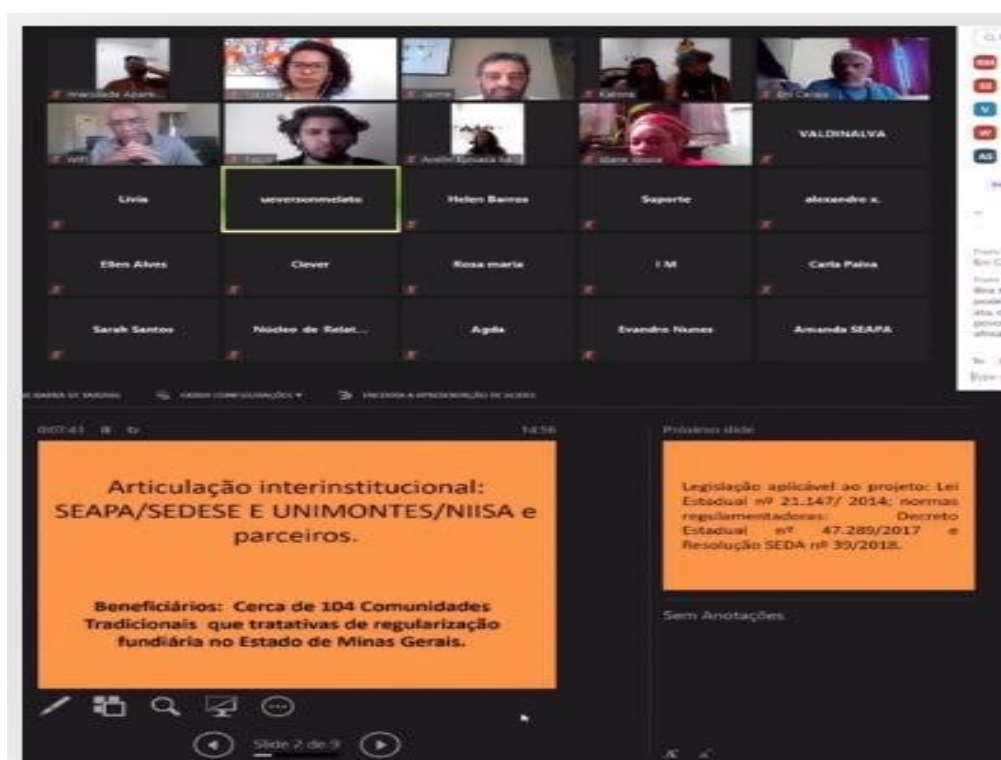
Nota: autorizada a utilização da imagem.

Figura 17 - Reunião Plenária Modalidade Mista de setembro de 2019.



Fonte: Banco de dados e site do CONEPIR, 2019.
Nota: autorizada a utilização da imagem.

Figura 18: Reunião plenária virtual de 26 de agosto de 2020.



Fonte: Banco de dados e site do CONEPIR, 2020.
Nota: autorizada a utilização da imagem.

Figura 19 -Equipe CONEPIR, 2019.



Fonte: Site do CONEPIR, 2019.

Nota: autorizada a utilização da imagem.